


Unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

NATHALIA DE ASSIS SILVA

**AS PESQUISAS SOBRE TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DE
SÃO PAULO: ANÁLISE DAS TESES E DISSERTAÇÕES (1996 A
2018)**



ARARAQUARA – S.P.
2020

NATHALIA DE ASSIS SILVA

**AS PESQUISAS SOBRE TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DE
SÃO PAULO: ANÁLISE DAS TESES E DISSERTAÇÕES (1996 A
2018)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar

Linha de pesquisa: Formação do Professor, Trabalho Docente e Práticas Pedagógicas

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria José da Silva Fernandes

Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

ARARAQUARA – S.P.
2020

Silva, Nathalia de Assis
AS PESQUISAS SOBRE TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DE
SÃO PAULO: ANÁLISE DAS TESES E DISSERTAÇÕES (1996 A
2018) / Nathalia de Assis Silva – 2020
168 f.

Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) –
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita
Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus
Araraquara)

Orientador: MARIA JOSÉ DA SILVA FERNANDES

1. Trabalho Docente. 2. Reformas Educacionais. 3.
Estado de São Paulo. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

NATHALIA DE ASSIS SILVA

**AS PESQUISAS SOBRE TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DE
SÃO PAULO: ANÁLISE DAS TESES E DISSERTAÇÕES (1996 A
2018)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar

Linha de pesquisa: Formação do Professor, Trabalho Docente e Práticas Pedagógicas

Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria José da Silva Fernandes

Bolsa: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

Data da defesa: 13/02/2020

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria José da Silva Fernandes
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Alda Junqueira Marin
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Silvia Regina Ricco Lucato Sigolo
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

AGRADECIMENTOS

A maior parte do tempo o ato de pesquisar é solitário por conta das leituras e da escrita. Porém, o trabalho só é construído de fato de maneira coletiva e com esta dissertação não foi diferente. Portanto, agradeço imensamente minha orientadora, Maria José da Silva Fernandes, que se mostrou presente durante todo o processo, colaborando com indicações de leitura, revisão dos textos, apoio acadêmico e também suporte emocional, que foram essenciais para a construção tanto do texto escrito e como da minha jornada pessoal.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Direciono meus agradecimentos às professoras da banca de qualificação, Alda Junqueira Marin e Silvia Regina Ricco Lucato Sigolo, que fizeram críticas certeiras, colaborando para a melhoria da produção, de modo ímpar e gentil, além do incentivo para o avanço da etapa de finalização da pesquisa.

Aos professores da Pós-Graduação, eu dedico meus agradecimentos, pois foram fundamentais para esta etapa da minha formação acadêmica.

Agradeço aos colegas do grupo de pesquisa, "Trabalho Docente, suas relações com o universo escolar e a sociedade", pois além de auxiliarem com sugestões para o trabalho se expandir, foram muito amigos, obrigada: Kátia, Rebeca, Aline, Gabriela, Daiana, Lidiane, Franciele e Danilo.

Agradeço aos amigos que fiz durante a permanência no Mestrado, os quais foram companheiros de partilha e estudo, em especial: Luciana, Gisele, Raíssa, Ana Júlia, Samantha, Filipe e Jéssica.

Agradeço a todos os amigos que me apoiaram para a realização da pesquisa.

Agradeço minha mãe, Sonia, por toda dedicação e amor, ao meu pai, Paulo, pela força e apoio. A meu irmão, Vinicius, pela parceria. Agradeço a todos por investirem em mim com afeto e educação e, por meio disso, alcanço mais um passo na minha formação.

Agradeço meu marido, meu companheiro e meu amor, Bruno, pelo incentivo e compreensão em todas as horas.

Agradeço aos meus familiares, em especial, minha avó Regina, pela força de viver e meu tio Gerson (Guga), por ser um exemplo para mim.

“A missanga, todos a vêem. Ninguém nota o fio que, em colar vistoso, vai compondo as missangas. Também assim é a voz do poeta: um fio de silêncio costurando o tempo.”

Mia Couto (2010, p.4)

AS PESQUISAS SOBRE TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DE SÃO PAULO: ANÁLISE DAS TESES E DISSERTAÇÕES (1996 A 2018)

RESUMO

O presente trabalho apresenta resultados de uma pesquisa que se apoiou em levantamento bibliográfico de teses e dissertações dedicadas à investigação sobre Trabalho Docente, na qual o conceito central é compreendido como complexo e inserido na lógica contraditória de trabalho no capitalismo. As referências teóricas utilizadas foram: Oliveira (2004; 2006), Duarte (2011), Hypólito (1991; 2011) e Ball (2002; 2005). O conjunto analisado foi localizado nos repositórios dos principais programas de Pós-Graduação em Educação do Estado de São Paulo, com o intuito de selecionar pesquisas que abrangiam o ensino regular paulista (Ensino Fundamental I e II) e que foram produzidas após o ano de 1996. O objetivo geral da investigação foi o mapeamento e análise dos estudos sobre o Trabalho Docente realizadas ao longo do período de 1996 a 2018, recorte temporal definido por conta das implantações de sucessivas reformas educacionais de cunho neoliberal na rede pública estadual de ensino paulista. Como objetivos específicos estão: identificar o nível e a modalidade de ensino abordado nas teses e dissertações; reconhecer os principais Programas de Pós-Graduação nos quais são produzidas as pesquisas sobre Trabalho Docente no Estado de São Paulo; identificar as principais abordagens metodológicas presentes nas teses e dissertações; identificar as concepções de Trabalho Docente presente nas produções acadêmicas estudadas e organizar um quadro referência com os principais eixos de análise dos resultados apontados pelas pesquisas. A partir do levantamento, foram estabelecidos três eixos de análise: Contexto abordado pelas pesquisas ao situar o(s) objeto(s) de pesquisa; Características do trabalho docente; Medidas Reformistas. As 134 produções analisadas nos permitiram apontar os efeitos no cotidiano escolar de uma política que há anos vem implantando medidas de cima para baixo, com ações, dentre outras, de padronização curricular e regulação por meio de avaliações externas. As medidas não deixaram o trabalho docente incólume e, além de alterar as possibilidades de constituição de um processo de autonomia, modificaram negativamente as condições e relações de trabalho. Confirmou-se a hipótese de que o Trabalho Docente se tornou um campo específico e consolidado na área da pesquisa acadêmica à medida que as reformas educacionais no Estado de São Paulo foram implementadas e aprofundadas (1996-2018), acarretando por um lado em implicações para o trabalho realizado nas escolas e, por outro, em significativo incremento de estudos sobre a temática nas universidades paulistas.

Palavras-chave: Trabalho Docente. Reformas Educacionais. Estado de São Paulo.

RESEARCH ON FACULTY WORK IN THE STATE OF SÃO PAULO: ANALYSIS OF THESIS AND DISSERTATIONS (1996 A 2018)

ABSTRACT

The present dissertation shows the results of a research that was based in a bibliographic survey of theses and dissertations dedicated to the investigation of Faculty Work, in which the central concept is understood as complex and inserted in the contradictory logic of work in capitalism. The theoretical references used were: Oliveira (2004; 2006), Duarte (2011), Hypólito (1991; 2011) and Ball (2002; 2005). The analyzed set was located in the repositories of the main Education Graduation Centers of the State of São Paulo, in order to select researches that included regular education in São Paulo (Elementary School I and II) and that were produced after 1996. The general objective of the investigation was the mapping and analysis of the studies on Faculty Work implemented at the period of 1996 to 2018, a time frame defined because of the implementation of successive neoliberal educational reforms in the state public school system in São Paulo. The specific objectives are: to identify the level and type of teaching addressed in the theses and dissertations; recognize the main Graduate Programs in which are produced research on Faculty Work in the State of São Paulo; identify the main methodological approaches present in the theses and dissertations; identify the conceptions of Faculty Work present in the academic productions studied and organize a reference framework with the main axes of analysis of the results pointed out by the researches. From the survey, three axes of analysis were established: Context approached by the researches when placing the object(s) of research; Features faculty work; Reform Measures. The 134 productions analyzed allowed us to point out the effects on the school routine of a policy that for years has been implementing measures from top to bottom, with actions, among others, of curriculum standardization and regulation through external evaluations. The measures did not leave the faculty work unscathed and in addition to changing the possibilities of establishing a process of autonomy, negatively changed working conditions and relationships. It was confirmed the hypothesis that Faculty Work has become a specific and consolidated field in the area of academic research as educational reforms in the state São Paulo were implemented and deepened (1996-2018), leading on one hand to implications for the work carried out in schools and, on the other hand, a significant increase in studies on the subject at universities in São Paulo.

Key words: Faculty Work. Educational Reform. State of São Paulo.

LISTA DE ABREVIATURAS

APEOESP	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CEB	Câmara de Educação Básica
CENP	Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CLT	Consolidação das Leis de Trabalho
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FMI	Fundo Monetário Internacional.
IDESP	Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo
IES	Instituição de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NGP	Nova Gestão Pública
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PC	Professor Coordenador
PFL	Partido da Frente Liberal
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SARESP	Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo
SE	Secretaria da Educação
SEE-SP	Secretaria de Educação do Estado de São Paulo
USFCAR	Universidade Federal de São Carlos
UMESP	Universidade Metodista de São Paulo
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Número de trabalhos por Instituições de Ensino	51
Figura 2: Distribuição temporal das pesquisas analisadas (1996-2018)	56
Figura 3: Tipos de instrumentos utilizados nas pesquisas de campo	63
Figura 4: Sujeitos participantes das pesquisas	64
Figura 5: Principais autores brasileiros citados nas teses e dissertações	81
Figura 6: Principais autores estrangeiros citados nas teses e dissertações	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Repositórios Digitais das Instituições de Ensino	46
Quadro 2: Seleção de trabalhos	47
Quadro 3: Número de trabalhos encontrados de acordo com a etapa de publicação	48
Quadro 4: Etapa de produção acadêmica dos trabalhos selecionados	52
Quadro 5: Programas e Linhas de Pesquisas	53
Quadro 6: Temas predominantemente abordados nas pesquisas	58
Quadro 7: Total de trabalhos por Etapa de Ensino	66
Quadro 8: Trabalhos selecionados por Etapa de Ensino	66
Quadro 9: Base teórica das pesquisas selecionadas	70
Quadro 10: Principais autores citados	74
Quadro 11: Eixos de análise a partir da recorrência de palavras-chave	83
Quadro 12: Palavra-chave: Trabalho Docente	91

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
INTRODUÇÃO.....	13
1.BREVE CONTEXTO POLÍTICO A PARTIR DA DÉCADA DE 1990 E AS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DOCENTE	18
2. O TRABALHO DOCENTE NA REDE DE ENSINO PAULISTA NO CONTEXTO DAS REFORMAS NEOLIBERAIS.....	33
3. AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE O TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DE SÃO PAULO: A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA.....	45
4. TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DE SÃO PAULO: ANÁLISE DOS DADOS.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	98
APÊNDICE.....	117
ANEXO.....	167

APRESENTAÇÃO¹

Durante a graduação em Pedagogia, iniciada em 2010, na Unesp, campus Bauru pude dedicar a maior parte do tempo exclusivamente ao estudo, sendo assim, participei de projetos de extensão universitária e produção de pesquisa acadêmica. O processo de envolvimento com a pesquisa se deu por meio de Iniciação Científica com bolsa CNPq – PIBIC, a qual foi intitulada “As escolas primárias em Botucatu após a criação da Delegacia Regional de Ensino na cidade – décadas de 1930 e 1940”, na área de História da Educação.

Em tal estudo me propus a analisar a criação e desenvolvimento dos sistemas escolares no interior paulista no século XX, de acordo com os projetos políticos e econômicos que se estabeleceram no interior do estado, além da história da formação docente na região por meio da análise das fontes primárias, como os relatórios elaborados pelos inspetores de ensino.

Após esse primeiro contato com a pesquisa acadêmica, como trabalho de conclusão de curso, dediquei-me ao tema das reformas educacionais que desencadeou, anos mais tarde, no projeto de Mestrado.

A pesquisa do trabalho final da graduação foi “A implantação das reformas educacionais em Bauru na década de 1970”, cuja análise teve como foco a Reforma Universitária prevista na Lei nº 5.540/68, que mobilizou docentes e alunos do ensino superior em busca de direitos que garantissem a autonomia universitária. Para tanto o estudo foi realizado a partir da análise do conteúdo de atas da Congregação da Faculdade de Odontologia de Bauru, da Universidade de São Paulo (FOB/USP).

Além disso, também abordei a reforma da Educação Básica, presente na Lei nº 5.692/71, discutindo a questão do processo de transição da escola graduada – os grupos escolares – para o novo projeto de ensino, cuja implantação do sistema educacional, disposto em 1º e 2º graus, alterou todo o quadro escolar no país.

¹Optei por uma apresentação escrita na 1ª pessoa do singular e os demais itens do trabalho na 1ª pessoa do plural.

No intervalo entre a Graduação e a inserção na Pós Graduação, realizei uma especialização em História e, como produto final, elaborei um artigo subsidiado por fontes bibliográficas e documentais, intitulado “A Divulgação da Reforma Educacional no Diário de Bauru (1972-1973)”. Neste estudo investiguei como um jornal bauruense se reportou à Reforma Educacional do Ensino Básico (Lei 5.692/71), com foco para o Ensino Secundário.

Em 2017, ingressei no mestrado no Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp/Araraquara, ainda tendo como foco no projeto de pesquisa as reformas educacionais, o qual foi aprovado sob a orientação da professora Maria José da Silva Fernandes. Após reformulações no projeto inicial, associamos os estudos que realizei outrora com o Trabalho Docente.

Dessa forma, o assunto abordado nesta pesquisa desperta há tempos meu interesse enquanto pesquisadora e também enquanto trabalhadora docente imersa num cenário de alterações políticas vivenciadas enquanto exercia o cargo de professora substituta (categoria V) ² no Ensino Médio numa Escola Estadual, no município de Bauru, minha cidade natal.

² Categoria V- É a nomenclatura que a SEE/SP atribui aos a professores eventuais, que não participam do processo de atribuição de aulas; tal situação funcional está presente na Lei 500/74 e Decreto Estadual 24.984/86 (MOURA, 2013).

INTRODUÇÃO

O contexto político e econômico que o Brasil vivenciou ao longo da segunda metade da década de 1990 foi marcado por reformas nos mais diversos setores, dentre eles, o educacional. Para Hypólito (2011), a adoção de medidas reformistas na educação faz parte de um novo tipo de Estado de natureza gerencialista³, também denominado Nova Gestão Pública (NGP), o qual, segundo o autor, foi organizado pelas alianças liberais-conservadoras que se pautaram pela adoção de princípios neoliberais. No campo educacional, especificamente, as políticas neoliberais consideram a educação como uma mercadoria a ser negociada no âmbito do capitalismo (Gentili, 2003).

Para Ball (2005, p. 544), autor que discute as reformas educacionais neoliberais em diferentes partes do mundo, “o gerencialismo desempenha o importante papel de destruir os sistemas ético-profissionais que prevaleciam nas escolas, provocando sua substituição por sistemas empresariais competitivos”.

A escola fortalece, nesse contexto, a articulação com a economia, relativizando a ação transmissora de conhecimento frente à capacitação para o mercado. As alterações ocorridas nas concepções e práticas voltadas à organização da escola levaram a alterações significativas no Trabalho Docente.

No caso específico do Estado de São Paulo, as reformas educacionais de natureza neoliberal tomaram corpo a partir da chegada do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) ao poder, em 1995, iniciando-se as reformas educacionais no ano de 1996. Krawczyk (2010) apontou que ao longo da década de 1990, diferentes países latinos passaram por mudanças profundas na gestão e organização escolar, por meio de um conjunto de ações estratégicas formuladas pelos organismos internacionais para orientar a educação. Estas ações compõem as denominadas reformas educacionais.

Em São Paulo, deste momento inicial até os dias atuais, com três grandes movimentos de reformas, foram estabelecidas medidas que impactaram o Trabalho Docente, provocando a redução da autonomia das escolas, gerada pelo controle da gestão e pela imposição de um currículo padronizado.

³Gerencialismo é conceituado por Ball (2002), como um mecanismo central da reforma política e da reengenharia cultural do setor público.

Segundo Fernandes (2008); Rigolon (2017); Fernandes e Barbosa, (2014) e Rodrigues, (2017), as reformas ampliaram a intensificação, a flexibilização nas normas contratuais de trabalho, a performatividade com base no desempenho das escolas em avaliações externas como mecanismo de vantagem para bonificação salarial e o gerencialismo, cuja premissa básica envolve a produtividade e a competição entre os pares. Tais medidas provocaram, segundo os autores, alterações no Trabalho Docente.

O Trabalho Docente pode ser entendido como complexo e “[...] parte da totalidade constituída pelo trabalho no capitalismo, estando submetido, portanto, à sua lógica e às suas contradições” (DUARTE, 2011, p.163). Assim, é uma categoria analítica central para compreensão das reformas realizadas no âmbito da educação, especialmente escolar.

Considerando tal contexto de mudanças que afeta profundamente as escolas e os trabalhadores, estabelecemos como objeto de estudo as pesquisas acadêmicas realizadas sobre o Trabalho Docente no Estado de São Paulo, uma vez que tal unidade da federação concentra o maior número de escolas e de docentes, bem como de programas de Pós-Graduação em Educação.

A partir deste contexto de reformas educacionais, fomos instigadas a identificar e analisar as discussões sobre o Trabalho Docente no Estado de São Paulo. Assim, estabelecemos uma questão central que conduziu a investigação: O que as teses e dissertações produzidas nos Programas de Pós-Graduação no Estado de São Paulo apresentam sobre o Trabalho Docente no contexto das reformas educacionais neoliberais ocorridas nas duas últimas décadas?

Tal questão se desdobrou em outras: Quais as etapas modalidades de ensino que as teses e dissertações abrangem? Onde são produzidas as pesquisas sobre Trabalho Docente no Estado de São Paulo? Quais são as principais abordagens metodológicas utilizadas pelos pesquisadores? Quais as concepções de Trabalho Docente predominantes nas pesquisas? Quais os principais resultados apontados pelas pesquisas sobre o Trabalho Docente?

Para responder tais questionamentos, nos comprometemos a analisar as pesquisas sobre o tema Trabalho Docente no Estado de São Paulo, levantando especialmente as investigações realizadas no período marcado pelas recentes reformas educacionais. Delimitamos como recorte o ano de 1996, com a implementação no estado da primeira reforma educacional de base gerencialista, até o ano de 2018, quando foi realizado o levantamento bibliográfico.

Com base nas questões norteadoras foram desencadeados os objetivos da pesquisa:

Geral: Analisar a produção acadêmica – teses e dissertações – sobre o Trabalho Docente à luz das reformas educacionais no Estado de São Paulo no período de 1996-2018.

Específicos: 1) Identificar as etapas e as modalidades de ensino abordados nas teses e dissertações; 2) Reconhecer os principais Programas de Pós-Graduação nos quais são produzidas as pesquisas sobre Trabalho Docente no estado de São Paulo; 3) Identificar as principais abordagens metodológicas presentes nas teses e dissertações; 4) Identificar as concepções de Trabalho Docente presente nas produções acadêmicas estudadas; 5) Organizar um quadro referência com os principais eixos de análise dos resultados apontados pelas pesquisas.

Com o desenrolar da pesquisa fomos construindo a hipótese de que o Trabalho Docente se tornou um campo específico de estudos que foi se consolidando na pesquisa acadêmica à medida que as reformas educacionais no Estado de São Paulo foram implementadas (1996-2018).

Tomando como ponto de partida as questões e os objetivos mencionados, adotamos no presente estudo a abordagem metodológica da pesquisa bibliográfica, a fim de termos elementos necessários para mapear e analisar as teses e dissertações produzidas nos principais programas de Pós-Graduação em Educação do Estado de São Paulo.

Para o levantamento dos dados bibliográficos foram utilizados os seguintes descritores combinados: Reforma Educacional; Trabalho Docente e Estado de São Paulo. Em um segundo momento foi substituído o descritor “Reforma Educacional” por “Política Educacional”. Os dados foram obtidos nos repositórios dos principais programas de Pós-Graduação em Educação do Estado de São Paulo.

O levantamento em sua fase inicial tomou por base a seleção das pesquisas a partir do título e resumo, considerando-se três critérios principais: a) o recorte temporal delimitado pelo início das reformas educacionais do Estado em São Paulo (1996); b) os estudos realizados sobre o sistema regular de ensino da rede estadual paulista; c) as

pesquisas sobre Trabalho Docente nas etapas de ensino sob a responsabilidade do governo estadual - Ensino Fundamental e Ensino Médio. Ao fazer o levantamento do material para leitura, nos deparamos com importantes teses e dissertações sobre a temática, que foram fontes fundamentais para consolidar a pesquisa pretendida.

Assim, durante o processo de levantamento das pesquisas já produzidas sobre o objeto de análise, ficou evidente a necessidade de um estudo que agrupasse e analisasse o conjunto das produções acadêmicas sobre o Trabalho Docente, proporcionado pela revisão bibliográfica. Morosini e Fernandes (2014) apontaram que tal revisão proporciona o mapeamento de ideias existentes, promovendo ao pesquisador uma segurança com relação às fontes utilizadas e indicando um aprofundamento sobre o tema de estudo. Desta maneira, a pesquisa apesar de datada, ou seja, apresentar um recorte específico de espaço e tempo, pretende contribuir com novas produções acadêmicas e nortear outros estudos, uma vez que, reúne as teses e dissertações sobre o Trabalho Docente no Estado de São Paulo até então publicadas.

Para realizar a explanação do trabalho até aqui realizado organizamos o texto em quatro capítulos. No Capítulo I, intitulado “Breve contexto político a partir da década de 1990 e as características do Trabalho Docente”, abordaremos o contexto da realidade escolar nacional e também paulista diante das reformas educacionais, uma vez que a unidade federativa abrange a maior rede de ensino do país e é governada por um mesmo partido político portanto com políticas semelhantes, ao longo dos últimos vinte e três anos, o qual engloba o recorte temporal proposto na atual pesquisa (1996 a 2018).

No Capítulo II, denominado “O Trabalho Docente na rede de ensino paulista no contexto das reformas neoliberais”, delineamos as definições de Trabalho Docente e para tanto discutiremos sua condição, natureza e especificidade. O contexto de análise é o das reformas neoliberais ocorridas principalmente, em uma conjuntura de mudanças políticas e econômicas. Além disso, também abordaremos a influência das agências multilaterais no fomento das reformas no campo educacional nos países pertencentes à América Latina, entre eles, o Brasil, e mais especificamente o Estado de São Paulo, acarretando, em transformações que impactaram diretamente o Trabalho Docente.

O Capítulo III refere-se: “As produções acadêmicas sobre o Trabalho Docente no Estado de São Paulo: a trajetória metodológica da pesquisa” apresenta à descrição metodológica da pesquisa.

E por fim, o Capítulo IV intitulado “Teses e dissertações sobre Trabalho Docente no Estado de São Paulo: análise dos dados”, remete às análises sobre as teses e

dissertações que tratam sobre o Trabalho Docente diante do processo de implementação das reformas na educação.

1. BREVE CONTEXTO POLÍTICO A PARTIR DA DÉCADA DE 1990 E AS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO DOCENTE

O capítulo inicial possui dois objetivos, sendo que o primeiro deles é o de contextualizar o processo de incidência das reformas educacionais no Brasil. O segundo por sua vez, apresenta os conceitos centrais relacionados ao objeto de estudo desta pesquisa – o Trabalho Docente.

Para compreender a lógica imposta pelas políticas educacionais no Estado de São Paulo, principalmente a partir da década de 1990, a qual é foco da presente pesquisa, precisaremos retomar algumas décadas e estabelecer uma relação com o cenário mundial.

Com as transformações socioeconômicas ocorridas a partir da segunda metade do século XX e início do século XXI, o mundo do trabalho sofreu profundas mudanças. De acordo com Souza (1999) em decorrência da crise estrutural capitalista, nos anos finais da década de 1960 e início da década 1970, provocada pelo aumento do preço do petróleo, o mundo presenciou a queda econômica dos maiores grupos ocidentais industrializados e a notável ampliação das desigualdades econômicas.

Em consequência da crise do capital, especialmente nos países europeus ocidentais e nos Estados Unidos, houve o aumento da inflação e do número de desempregos, situação que o modelo fordista-keynesiano⁴ não conseguiu resolver. (CARCANHOLO, 1998; SOUZA, 1999). Para Souza (1999) a partir das transformações no mundo do trabalho assalariado, houve a necessidade de criar estratégias que visavam novas responsabilidades e exigências a fim de superar a situação econômica.

Como forma de superar a crise vivenciada pelo capital recorreu-se ao neoliberalismo que tem como princípios básicos promover o Estado Mínimo, com pouca intervenção estatal, valorizar a privatização dos serviços públicos e incentivar o consumismo exacerbado. Além disso, o neoliberalismo contribui para o retrocesso nas políticas sociais, uma vez que preza pela estabilidade monetária em detrimento ao gasto social e as medidas efetivas para tal (FRIGOTTO, 2003; HYPOLITO, 2011).

⁴ Para Antunes (1995, p. 17) o modelo fordista caracteriza-se “[...] pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle do tempo e movimentos, pelo cronômetro taylorista e produção em série fordista”. Já o keynesianismo é responsável por controlar a economia e garantir os benefícios sociais básicos como saúde e educação, sendo denominado de Estado de bem-estar social- “*Welfare State*”.

De acordo com Anderson (1995, p. 9):

O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar.

A onda neoliberal atraiu a atenção de muitas nações pertencentes em sua grande maioria à OCDE⁵, que viam o Estado de Bem-Estar como incompetente para resolver a crise econômica. Segundo Anderson (1995), o neoliberalismo avançou como onda, tanto na Europa Ocidental como nos EUA:

Na Inglaterra, foi eleito o governo Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em pôr em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980, Reagan chegou à presidência dos Estados Unidos. Em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schmidt, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, Estado modelo do bem-estar escandinavo, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schluter. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram à direita. A partir daí, a onda de direitização desses anos tinha um fundo político para além da crise econômica do período. (ANDERSON, 1995, p. 11)

Os pressupostos do neoliberalismo tiveram grande penetração em diferentes países por conta da atuação dos organismos internacionais que contribuiram para que os mesmos se tornassem tendência hegemônica no âmbito da economia e da organização da sociedade. A partir das experiências iniciais nos países desenvolvidos, o neoliberalismo avançou na América Latina. Moraes (2001) apontou que as primeiras vivências neoliberais ocorreram a partir da década de 1970 no Chile, seguido pela Argentina e Brasil.

Dentre os organismos internacionais que tiveram evidente atuação na disseminação do neoliberalismo no campo educacional, embora criados com outras finalidades após a Segunda Guerra Mundial, destacam-se, segundo Frigotto (2003): o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a Organização das Nações Unidas para Educação a Ciência e a Cultura (Unesco), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e o Centro Interamericano para o Desenvolvimento do Conhecimento e da Formação Profissional (Cinterfor).

⁵ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico é uma organização internacional composta por 36 países desenvolvidos que visa fornecer uma plataforma para comparar políticas econômicas, solucionar problemas comuns e coordenar políticas domésticas e internacionais.

Com relação às conferências e documentos direcionadas para a educação mundial que foram estabelecidas pelos organismos internacionais, Shiroma (2002) destaca:

-Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em 1990, em Jomtiem, na Tailândia; foi coordenada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e inspirou o “Plano Decenal de Educação para Todos” (1993-2003)

-Prioridades y Estrategias para la educación, documento elaborado pelo Banco Mundial, em 1995

-Documentos da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), tais como faz parte das comissões econômicas regionais das Nações Unidas, a qual foi criada em 1948.

-Relatório Delors, coordenado por Jacques Delors em parceria com a Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, entre 1993 e 1996.

Os organismos internacionais emitiram, com frequência, notas técnicas sobre educação e promoveram eventos internacionais nos quais circularam os pressupostos do neoliberalismo, tendo grande influência nas decisões governamentais, como foi o caso do governo brasileiro que incorporou as prescrições em disposições legais que sustentaram as reformas no ensino, como ressalta Gentili:

As recentes reformas educacionais do neoliberalismo deixaram uma herança inescusável: elas foram as mais antidemocráticas reformas implementadas em períodos de institucionalidade democrática. Medidas provisórias e decretos; transferência de responsabilidades públicas a entidades privadas; fechamento de canais de participação, deliberação e fiscalização por parte da comunidade; corrupção e irresponsabilidade no uso dos recursos públicos; arrogância e desprezo no tratamento das entidades representativas por parte das hierarquias ministeriais são algumas das penosas marcas de uma reforma que fez da democracia uma farsa, um pastiche autoritário e opressivo. (GENTILI, 2003, p. 269)

Os princípios propagados, especialmente, pelo Banco Mundial desencadearam vários movimentos reformistas, sendo que no âmbito da educação houve profundas alterações de cunho político e ideológico com a justificativa de promover a equidade social. Logo, os sujeitos envolvidos, isto é, trabalhadores docentes, discentes e a própria comunidade, foram obrigados a conviver com alterações na estrutura organizacional da escola, decorrentes de novas leis e medidas.

Com o advento do neoliberalismo novos conceitos e práticas foram inseridos na sociedade. No bojo desse processo de implantação do neoliberalismo, a educação passou a ser vista como instrumento para ampliar o desenvolvimento econômico dos países, portanto, a formação e qualificação específica seriam requisitos essenciais na

sociedade. Deste modo, foram realizadas diversas conferências e fóruns para estabelecer diretrizes e metas para a educação de países em desenvolvimento, com o intuito de favorecer o crescimento econômico e diminuir a pobreza dos mesmos (MAUÉS, 2003).

No Brasil, os conteúdos propagados pelos relatórios dos organismos internacionais tiveram grande influência durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002), período no qual a educação básica acompanhou a tendência prevista na conjuntura internacional, que compreendia uma nova regulação pautada na maior flexibilidade, descentralização e autonomia local (OLIVEIRA, 2009).

As políticas neoliberais tornaram-se tendência hegemônica no Brasil, contraditoriamente, a partir da segunda metade da década de 1990, quando se discutia a abertura da escola e a ampliação dos direitos sociais, frutos ainda do período de redemocratização do país ocorrido na década anterior.

Diante de um panorama de reforma do Estado, a educação foi abarcada sob as reformas educacionais ocorridas no âmbito da Nova Gestão Pública (NGP) que parte dos princípios do neoliberalismo. Oliveira (2015) aponta que:

A NGP não é uma entidade homogênea, mas resulta da sedimentação progressiva de novas maneiras de pensar a organização administrativa, a importação de práticas da administração privada, dos ensinamentos tirados da experimentação conduzida nos países anglo-saxões e de preconização de organismos internacionais tais como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Alguns de seus princípios podem ser observados nas reformas que ocorreram nas últimas décadas em diferentes contextos nacionais, sendo eles: a dissociação das funções de execução e controle; a fragmentação das burocracias e sua abertura às demandas e exigências dos usuários; a concorrência de atores públicos com o setor privado e a terceirização dos serviços; o reforço das responsabilidades e da autonomia dos níveis de execução da ação pública; a gestão por resultados e a contratação (os chamados contratos de gestão) fundadas na realização dos objetivos e da avaliação de desempenho; a normalização, via padronização, das práticas profissionais baseadas em evidências e em experimentos exemplares. (OLIVEIRA, 2015, p. 631)

Para Hypólito (2011), a adoção de medidas reformistas na educação caracterizou um novo tipo de Estado denominado, sob o viés da NGP, de gerencialista, o qual, foi organizado pelas alianças liberais-conservadoras que se pautaram pela adoção de princípios neoliberais e pela redução da atuação estatal no campo social.

Os princípios neoliberais buscavam valorizar a lógica de liberdade individual, o estímulo à privatização, o livre comércio e a flexibilização diante de um contexto de crise do contexto de mundo globalizado (SOARES, 2003; GENTILI, 2004). Cabe enfatizar que o neoliberalismo tem ainda como pressuposto a lógica da

responsabilização individual e da meritocracia como forma de alcançar a mobilidade social.

Shiroma (2006) salienta que o discurso gerencialista embasado na abordagem técnico-burocrática se instalou por meio do estímulo ao empreendedorismo, com a missão de cumprir metas e visando superar os problemas sob um viés coletivo, porém, valorizando práticas de desempenho individual que promoveram a competição entre os pares. A autora ainda indica que o gerencialismo visou o aumento da produtividade e da eficiência, atrelando o desempenho aos resultados, portanto, a postura do docente, assim como do gestor escolar deveria ser estratégica e pragmática, uma vez que são responsabilizados por suas ações e decisões.

Para Ball (2005, p. 544), “o gerencialismo desempenha o importante papel de destruir os sistemas ético-profissionais que prevaleciam nas escolas, provocando sua substituição por sistemas empresariais competitivos”. De modo transversal, o gerencialismo perpassou a atuação docente instalando a cultura da performatividade, definida por Ball (2005, p. 543) como “uma tecnologia, uma cultura e um método de regulamentação que emprega julgamentos, comparações e demonstrações como meio de controle, atrito e mudança”.

Segundo o autor supracitado, os mecanismos de controle usados para avaliar o desempenho dos docentes acentuam a individualização e instauram uma nova conduta de agir e produzir novos significados ao trabalho por meio de práticas institucionalizadas recompensadoras ou punitivas.

Para legitimar a nova gestão focada na produtividade são utilizados instrumentos como: currículos padronizados, avaliações de desempenho, bonificação por resultados e responsabilização docente. Desse modo, a escola incorporou algumas práticas empresariais (RODRIGUES, 2010; LOUREIRO, 2011; MOURA, 2013)

Sobre a correlação entre o setor empresarial e o escolar, Coraggio (1996) elucida:

[...] o Banco estabeleceu uma correlação (mais do que uma analogia) entre sistema educativo e sistema de mercado, entre escola e empresa, entre pais e consumidores de serviços, entre relações pedagógicas e relações insumo-produto, entre aprendizagem e produto, esquecendo aspectos essenciais próprios da realidade educativa (CORAGGIO, 1996, p. 102).

Após esta breve explanação sobre o contexto político e a lógica neoliberal, que dita as ordens para as dinâmicas escolares e os atores que fazem parte desse espaço e de sua funcionalidade, abordaremos de modo mais específico o Trabalho Docente,

objeto central da pesquisa, sua natureza e especificidade diante da conjuntura apresentada.

A respeito do Trabalho Docente, partimos da premissa apontada por Duarte (2008) de que como categoria analítica possui especificidades e natureza próprias diante de um processo de contradições que a sociedade capitalista impõe. Desse modo, o contexto sócio político que permeia o Trabalho Docente, desencadeia transformações nas condições de trabalho para atender a lógica do capital.

Nos últimos anos, de acordo com Hypólito (1991), Oliveira (2003), Mancebo (2007) e Duarte (2011), o Trabalho Docente tornou-se objeto de estudos voltados à sua compreensão e contextualização. Segundo Mancebo (2007), os estudos colocaram em evidência tanto os aspectos conceituais relativos ao Trabalho Docente, como também se preocuparam em analisar os impactos das reformas educacionais no cotidiano das escolas, expandindo-se, principalmente, após a década de 1990.

O Trabalho Docente é definido por Oliveira (2004) da seguinte forma:

O Trabalho Docente não é definido mais apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação. (OLIVEIRA, 2004, p. 1132)

Neste sentido, o Trabalho Docente vai além das ações educativas realizadas no âmbito do processo pedagógico em sala de aula, envolvendo as diferentes atividades que podem ser desenvolvidas pelo professor no espaço escolar, e que mantém relação com a atividade de ensinar. Assim, o Trabalho Docente envolve também as atividades profissionais de suporte ao processo ensino e aprendizagem, tais como professor coordenador, coordenador pedagógico, diretor escolar, supervisor pedagógico, supervisor de ensino, entre outros. E para além disso, há outras tarefas que os professores assumem em concomitância com a docência e que, encontram-se relacionadas à sua participação em colegiados e à realização de atividades burocráticas.

O Trabalho Docente é bastante complexo. Para Tardif (2005, p. 38): “Trabalho Docente não consiste apenas em cumprir ou executar uma tarefa, mas é também a atividade de pessoas que não podem trabalhar sem dar um sentido ao que fazem [...]”, portanto, a prática do Trabalho Docente é permeada pelo contexto no qual o trabalhador está inserido.

O Trabalho Docente é marcado por vários aspectos, dentre eles as questões econômicas, políticas, sociais, culturais e também psicológicas. Sobre este último aspecto, Arroyo (2000) destaca que a profissão é um modo de ser, uma vez que a vida

peçoal está entrelaçada à vida profissional e vice versa, portanto, está presente no trabalho a complexidade do campo emocional, pois o professor precisa lidar com tensões, frustrações e expectativas tanto de ordem pessoal como as do seu entorno. Segundo Arroyo (2000, p. 129), para suportar a exigência emocional que lhe é colocada, é preciso ter o tesão pelo magistério, visto que muitos professores não aguentam a pressão e se esgotam.

Para além dos fatores subjetivos que atingem a vida psicológica e física do professor, há os aspectos objetivos que perpassam a condição docente de modo particular quando comparado a outras profissões, como é o caso da própria jornada de trabalho que é complexa e extensa, não se limitando às horas de trabalho cumpridas na escola.

O tempo total de horas que o professor despende para realizar suas atividades está previsto na Lei nº 11.738 de 16 de julho de 2008, a qual instituiu o Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. A lei determina também o valor de R\$ 2.455,35 (atualizado em janeiro de 2018) para uma jornada de quarenta horas semanais de trabalho, sendo que os professores devem desenvolver 2/3 da sua carga horária com atividades dedicadas aos alunos e 1/3 voltada para atividades extraclasse. (BRASIL, 2008).

O Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Básica (CEB) mediante a Resolução nº 2, fixou as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública e, em conformidade com o artigo 6º da Lei nº 11.738/2008, prevê a progressiva ampliação do tempo dedicado para atividades extraclasse na jornada de trabalho (CNE/CEB, 2009).

Entretanto, embora as determinações legais mencionadas tenham sido um avanço, os estudos de Souza (2008) apontam a dificuldade em delimitar as atividades às horas de trabalho legalmente estabelecidas em contrato, o que implica em mensurar o tempo de ensino, marcado pela hora/aula, mais visível e regulamentado, e o que é menos visível, o tempo de trabalho, correspondendo ao planejamento, avaliação, formação teórica, portanto, mais difícil de ser medido e previsto. O estudo comparativo desenvolvido por Souza (2008) sobre tempo de trabalho revelou que:

Trata-se de uma profissão, segundo as professoras, de tempo integral, que ocupa não só o espaço público como o privado. O tempo da atividade produtiva remunerada está longe de ser impermeável ao tempo da vida privada – afazeres domésticos, os filhos, lazer, descanso. Para as professoras,

o trabalho de ensinar é um trabalho que se faz o tempo todo. (SOUZA, 2008, p. 4).

A despeito da Lei do Piso ser de âmbito federal, ela não é cumprida plenamente por parte de todos os estados tanto no quesito da jornada como de salários, como salientam as autoras Fernandes e Barbosa (2014):

Esse trecho de tal resolução não avança muito na questão do tempo destinado ao trabalho extraclasse à medida que orienta que se assegurem, no mínimo, os percentuais que já vinham sendo destinados para essas finalidades. Ou seja, os sistemas de ensino que subponderavam a quantidade de horas dedicada a esse trabalho na jornada de trabalho dos professores, continuarão fazendo-o. Por isso, os sindicatos da categoria, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), defendem que, pelo menos, 1/3 da jornada de trabalho do professor seja destinada a atividades extraclasse, como foi determinado pela lei. (FERNANDES; BARBOSA, 2014, p. 130)

Tendo em vista que a organização laboral docente está submetida ao acúmulo de carga horária e à invasão do tempo de serviço nas horas destinadas às atividades pessoais, pode-se considerar o apontamento de Duarte (2011) que refere-se à jornada de Trabalho Docente como sendo simultaneamente intensa devido às suas exigências e responsabilidades, como também extensa, por conta da ampliação da carga horária de trabalho ao longo das horas do dia.

Para melhor exemplificar o que foi exposto a respeito da intensidade do Trabalho Docente, Moura (2013) descreve:

Qualquer professor que leciona as disciplinas de geografia, história, sociologia, química, física, filosofia ou biologia tem duas aulas semanais em cada classe/turma. Supondo que a jornada desse professor seja de 40 aulas/semana, serão 33 aulas em sala de aula e 7 horas em atividades coletivas e individuais. Dividindo 33 aulas por 2 aulas em classe, seria aproximadamente 16 turmas. Contando, na melhor das hipóteses, que cada turma tenha 30 estudantes, esse docente lecionará para 480 estudantes. Se esse professor utilizar como forma de avaliação uma prova mensal e uma prova bimestral, ele terá 960 provas para corrigir a cada dois meses, além de preparar aulas ou estudar para dar as aulas já elaboradas no caderno do aluno. Das 7 horas de atividades extraclasse, 3 são atividades de trabalho coletivo na escola, ou seja, sobram 4 horas por semana para ele fazer todo o trabalho. As 4 horas por semana, 4 semanas no mês, somariam em dois meses 32 horas para corrigir 960 provas. Se 32 horas correspondem a 1920 minutos, então esse professor terá que corrigir cada uma das 960 provas em 2 minutos para não ultrapassar o tempo que lhe é pago para trabalhar. (MOURA, 2013, p. 70)

Em decorrência do que foi exposto, fica evidente que o Trabalho Docente é complexo, abrangente e heterogêneo. O Trabalho Docente também não pode ser considerando como um bloco homogêneo, haja visto que os profissionais realizam suas atividades em diferentes níveis de ensino, tais como Educação Infantil, Ensino

Fundamental (Anos Iniciais e Finais), Ensino Médio, Ensino Superior e em diferentes modalidades, além de atuar em distintas esferas administrativas, como municipal, estadual e federal, e em contextos público e privado de ensino (Campos, 1999).

Frente à complexidade da docência tem ocorrido uma significativa redução da procura pelos cursos de licenciatura. A respeito da formação para a docência, a pesquisa feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) por meio do Censo da Educação Superior e divulgada no ano de 2017, mostrou que a maior concentração dos alunos ingressantes na educação superior destinam-se aos cursos de bacharelado, representando um total de 60,1%, enquanto os cursos de licenciatura são escolhidos por 20,1% dos alunos, seguidos por 19,1% de cursos tecnológicos. Outro dado informado no Censo foi o aumento da procura por alguns cursos entre os anos de 2007 e 2017, no qual os resultados foram: “De 2007 a 2017, as matrículas nos cursos tecnológicos aumentaram mais de 140%; no bacharelado, o crescimento das matrículas foi de 65,6%, enquanto os cursos de licenciatura aumentaram em 49,7% o número de matrículas (INEP, 2017, p.18). Ou seja, houve um desinteresse dos alunos para os cursos voltados às licenciaturas.

Gatti (2009) havia antecipado os resultados apresentados pelo INEP, que colocou em questão a atratividade da carreira docente no Brasil ao longo dos anos e o perfil dos estudantes que mais têm buscado os cursos de licenciatura, sendo predominantemente pertencentes das classes C e D. Com isso, segundo a autora, as condições culturais são comprometidas e as dificuldades nos domínios de conteúdos ficam visíveis.

Outra preocupação apontada por Gatti e presente também nos relatórios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), é a necessidade de atrair, preparar e reter os alunos nos cursos de licenciatura. Logo, a autora indica alguma das causas que propiciam o déficit de alunos para os cursos de licenciatura e a evasão durante a formação e/ou ao final dela:

[...]parcela expressiva de estudantes parece buscar os cursos de licenciatura com a perspectiva de encontrar um leque mais variado de colocações no mercado de emprego, entre outros motivos, provavelmente também por conta do **desprestígio do magistério** e de seus **salários pouco encorajadores**. (GATTI, 2009, p. 75, grifos meus)

A baixa atratividade para os cursos de licenciatura, relaciona-se à desvalorização da carreira docente ligada às condições de trabalho e aos baixos salários, como afirmou Barbosa (2011):

[...] o Trabalho Docente tem sofrido processos de precarização e intensificação que têm nos salários um de seus aspectos mais centrais. Foi possível concluir também, por meio da análise, que os salários dos professores brasileiros são, de fato, baixos, principalmente se considerada a comparação com profissões que tem a mesma exigência de formação e a importância da educação e do professor na sociedade. (BARBOSA, 2011, p. 181)

A condição de trabalho precarizada, marcada pela intensificação e por salários insuficientes, especialmente frente às exigências do cargo, Barbosa (2011), constitui alguns dos elementos que os trabalhadores docentes enfrentam na sua realidade. (BARBOSA, 2011)

Para além, dos elementos já apontados, há aqueles relativos ao gênero que ampliam as condições degradantes e a perda de prestígio na docência, como indica Hypolito:

[...] este trabalhador não é qualquer trabalhador. É um trabalhador sexuado: é mulher e trabalhadora. As relações de classe e gênero devem fazer parte das análises interpretativas do Trabalho Docente. (HYPOLITO, 1997, p. 110-111).

Para Costa (2010) os estudos pioneiros que relacionam a categoria docente com o gênero iniciaram-se a partir da década de 1980. Estes apontam a “feminização do magistério”. Segundo a autora, as pesquisas procuraram discutir as causas da naturalização do processo social de inclusão das mulheres na escola como, por exemplo, o discurso religioso e a vinculação da vocação da mulher à maternidade por serem mais dóceis e submissas e, portanto, destinadas à docência. Também há os valores sociais e biológicos que demarcam as mulheres como corpos mais frágeis comparado aos homens. Tais justificativas, segundo Costa (2010) fundamentaram historicamente o fato da remuneração às mulheres ser menor em cargos com formação equivalentes, assim como a função diretiva e de controle ser destinada ao sexo masculino.

Apesar das novas configurações sociais, principalmente no final do século XX e início do XXI, levarem à discussão e ao enfrentamento do machismo e da herança do patriarcado presente no campo de trabalho, o magistério continua reconhecido como profissão de mulher, assim é mal remunerado, sem contar ainda que as mulheres assumem uma dupla jornada de trabalho que associa a tarefa de ensinar à tarefa doméstica (COSTA, 2010).

O estudo realizado por Enguita (1991) sobre a presença da mulher no sistema educativo espanhol, serve como referência até os dias de hoje para compreendermos a necessidade de analisar a categoria docente também por gênero. Segundo o autor, os

dados de sua pesquisa mostraram que mais da metade dos professores do ciclo I é composto por mulheres, caindo consideravelmente este número quando observado a quantidade de professoras ocupando o cargo nas universidades.

Portanto, a dinâmica desses números foi interpretada pelo autor, a partir do processo de feminização, no qual:

O ensino é uma das atividades extradomésticas que a ideologia patriarcal operante, aceitou sempre entre as adequadas para as mulheres, vendo-a em grande medida como uma ocupação transitória para as jovens e uma preparação para o exercício da maternidade (ENGUITA, 1991, p. 52).

Há outros pontos indicados por Enguita (1991) que convergem com os dados indicados por Costa (2010), entre eles: os baixos salários oferecidos às mulheres pelo fato que sua renda é considerada secundária em relação à do homem, colocado na posição de mantenedor; as mulheres, por estarem inseridas em uma sociedade de caráter machista, assumem posturas mais conservadoras e subservientes à hierarquia do patriarcado. Contudo, segundo Enguita (1991) a escola é vista, pelas mulheres, como um lugar menos sexista, uma vez que a instituição emprega mulheres para realizar funções que não se reduzem às atividades domésticas e, devido à quantidade expressiva de tal gênero, há a possibilidade de debater sobre o não sexismo.

Entretanto, uma questão é abordada pelo autor de modo ímpar, uma vez que, para Enguita (1991) o processo de feminização contribui para a proletarização e enfraquece a busca pela profissionalização da categoria. O autor enfatiza a necessidade da luta de classe, mas também de gênero:

O gênero não só separa os docentes de outros grupos ocupacionais: também os divide entre si. [...] há uma tendência decrescente desde quase totalidade do professorado de ensino pré-escolar até a quarta parte do universitário, o que significa uma presença inversamente proporcional aos salários, à autonomia, ao prestígio e às oportunidades de promoção profissional dos distintos subgrupos de docentes. (ENGUITA, 1991, p. 54)

A proletarização, assim como a precarização tem marcado o Trabalho Docente e, embora não seja um fenômeno novo, acentuou-se no contexto das reformas educacionais relacionadas à Nova Gestão Pública (OLIVEIRA, 2004).

Para esclarecer o termo anteriormente mencionado, o autor Enguita (1991, p. 46) discorre que a proletarização consiste em: “processo pelo qual um grupo de trabalhadores perde, mais ou menos sucessivamente, o controle sobre seus meios de produção, o objetivo de seu trabalho e a organização de sua atividade”. Segundo o autor a complexidade da docência envolve as contradições que categoria apresenta:

A categoria dos docentes, [...] compartilha traços próprios dos grupos profissionais com outras categorias da classe operária. Para sua

proletarização contribuem seu crescimento numérico, a expansão e a concentração de empresas privadas do setor, a tendência de corte dos gastos sociais, a lógica controladora da administração pública e a repercussão de seus salários sobre os custos da força de trabalho adulta. Mas há também outros fatores que atuam contra esta tendência e, por conseguinte, a favor de sua profissionalização. O mais importante, sem dúvida, é a natureza específica do Trabalho Docente, que não se presta facilmente à padronização, à fragmentação extrema das tarefas, nem à substituição da atividade humana pelas máquinas – ainda que esta última seja tão cara aos profetas da tecnologia-. Outros fatores relevantes, que com efeito vão na mesma direção, são a igualdade de nível de formação entre os docentes e as profissões liberais, a crescente atenção social dada à problemática da educação – ao menos a longo prazo – e a enorme importância do setor público frente ao privado. Como consequência, a categoria dos docentes move-se mais ou menos em um lugar intermediário e contraditório entre os dois polos de organização do trabalho e da posição do trabalhador, isto é, no lugar das semiprofissões. Os docentes estão submetidos à autoridade de organizações burocráticas, sejam públicas ou privadas, recebem salários que podem caracterizar-se como baixos e perderam praticamente toda capacidade de determinar os fins de seu trabalho. (ENGUIITA, 1991, p. 49-50)

Desse modo, é importante frisar que o processo de precarização do Trabalho Docente, seja ele colocado no âmbito da proletarização como alguns autores defendem (Arroyo, 1980; Enguita, 1991; Cunha, 1999; Antunes, 2004 e 2006; Ferreira Jr. e Bittar, 2006), seja ele demarcado pela profissionalização, tem como ponto consensual o fato da condição desfavorável que descaracteriza o trabalhador docente e suas especificidades, como apontam os estudos de Hypolito (1997), Oliveira (2004), Shiroma (2004), Duarte (2011).

A respeito do conceito de precarização do Trabalho Docente, Marin (2010) o define como sendo o processo de mudanças demarcadas por um conjunto de características negativas que causam impacto no exercício da função docente. Dentre as características, a autora cita a redução de custos no trabalho expressa pelo arrocho salarial e as diversas modificações nos direitos dos trabalhadores e suas jornadas de trabalho (MARIN, 2010, p. 1).

Portanto, o docente não fica imune ao “rolo compressor” das reformas educacionais pautadas por princípios neoliberais que chegam às escolas e que, normalmente, ocorrem de maneira imposta e controlada verticalmente pelos órgãos centrais de decisões. Nesse sentido, o Trabalho Docente é bastante vulnerável às decisões externas, como aponta, Oliveira:

Destá maneira, podemos perceber que o movimento de reformas que toma corpo nos países da América Latina nos anos de 1990, demarcando uma nova regulação das políticas educacionais, traz conseqüências significativas para a organização e a gestão escolares, resultando em uma reestruturação do Trabalho Docente, podendo alterar, inclusive, sua natureza e definição. (OLIVEIRA, 2004, p. 1132)

A partir do processo das reformas, houve, como indicado por Enguita (1991) a redução da autonomia e do controle sobre o trabalho. De acordo com Fernandes e Barbosa (2016), tendo como base teórica a discussão proposta por Enguita (1991), o Trabalho Docente:

Diferentemente das profissões liberais que se consolidaram ao longo dos séculos e que têm relativa autonomia em relação ao Estado, encontra dificuldades para ser reconhecido como uma profissão no sentido clássico do trabalho [...], ficando, portanto, submetido fortemente aos processos de regulação institucional (principalmente de controle) (Fernandes e Barbosa, 2016, p. 120).

O Trabalho Docente sob o bojo das reformas educacionais vivencia uma nova lógica, pois as alterações estruturais de seu trabalho exigem uma ressignificação, de modo que há um ajuste na função social desenvolvida no âmbito escolar voltada para a adequação aos interesses do mercado. Sob essa mudança no contexto neoliberal, o Trabalho Docente se reduz para atingir determinadas competências e habilidades para o alcance da empregabilidade não tendo o enfoque principal na propagação do conhecimento historicamente construídos (OLIVEIRA, 2004; VIERA, 2004; CORRÊA, 2010).

Por conseguinte, o Trabalho Docente ganha novos contornos pautados pelos mecanismos que impõem a responsabilização pelo desempenho, o aumento no processo de racionalização, a intensificação, a flexibilização, a competitividade e a redução de autonomia, ampliando a precarização e suas consequências sobre o trabalhador:

No que tange às consequências da existência dessas modificações, verificam-se referências a: desgaste; cansaço excessivo; sofrimento; desistência; resistência; adoecimento; isolamento; sentimentos e conflitos nas relações com alunos, pares e gestores; desorganização dos trabalhadores; perda de controle sobre o próprio trabalho; constrangimentos. (MARIN, 2010, s/p.)

Dentre os fatores que mais comprometem o Trabalho Docente dentro da esfera gerencialista está a intensificação do trabalho, definida por Apple (1989), como sendo uma sobrecarga na qual o tempo em serviço extrapola o da vida pessoal, os momentos de descanso do professor e diminui a possibilidade do docente investir em conhecimento e atualização profissional. O autor observou também que a intensificação se acentua com o direcionamento do trabalho que prioriza o caráter mais burocrático e administrativo voltado à produtividade no ensino.

Oliveira (2006) analisou a intensificação do Trabalho Docente no contexto latino americano, no qual investigou a política educacional sob a óptica das reformas. Para a autora, contribui para a intensificação a maior responsabilização dos professores e as

exigências para o cumprimento de novas funções e práticas. A referida autora também aponta a responsabilização associada à premiação por bom desempenho (bonificação salarial), o fato do professorado lecionar para turmas numerosas e em várias escolas (justificado pela racionalização do sistema) e a tentativa de receber um salário melhor, tendo em vista que a remuneração do professor, nos países latinos, é baixa.

Corroborando com os apontamentos sobre a intensificação, Hargreaves (1995) indicava a ocorrência do processo de autointensificação, cujo professor tem o desejo de alcançar todas as expectativas que lhe são requeridas. Porém, o nível de exigências está além do que é viável, ainda mais quando arraigado ao uso das avaliações externas como resultado de desempenho. Hargreaves (1995), constatou que as alterações nas condições de Trabalho Docente são elementos cruéis de controle que culminam em sofrimento, insatisfação e adoecimento do professor.

Somado ao processo de intensificação do Trabalho Docente, há o processo de flexibilização nas condições de trabalho, acentuada segundo Antunes (1999) a partir dos anos de 1970 com a crise estrutural do capitalismo, que repercutiu em questões de ordem objetiva e subjetiva, resultando na precarização do trabalho.

Posteriormente, já nos anos 1990 com a perspectiva neoliberal, os mecanismos de flexibilização foram compreendidos como expansão do trabalho parcial e temporário, inclusive no magistério (SANTOS, 2016).

A lógica capitalista reflete uma nova condição contratual que promove o desmantelamento das leis protecionistas do trabalho, por meio da flexibilização que configura-se em “[...] uma forma de aumentar ainda mais os mecanismos de extração de sobretrabalho, ampliar as formas de precarização e destruição dos direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora” (ANTUNES, 2007, p. 17).

Outro aspecto que impacta o Trabalho Docente é a responsabilização, na qual os professores são cobrados por resultados que não dependem apenas de sua atuação profissional, como mencionado por Shiroma (2004):

Expressões como responsabilização pelos resultados, prestação de contas, *accountability*, captação e uso otimizado de recursos, gestão, gerência, eficácia, performatividade tornam-se cada vez mais comuns nos discursos educacionais. Algumas vedetes das reformas internacionais são importadas para o Brasil: as escolas eficazes e o fomento à liberdade de escolha dos pais pela “melhor” escola para os seus filhos; a insistência na transparência dos resultados como forma de gerar competição onde ainda não existia; a organização e publicação de um *ranking* das escolas. A avaliação pautada em indicadores de qualidade, desempenho, produtividade, rendimento é cada vez mais comum. (SHIROMA, 2004, p. 114)

Segundo Oliveira (2004) o professor foi responsabilizado pelas mudanças implementadas pelo governo no âmbito das reformas educacionais, sendo, portanto, considerado um agente obrigado a responder por questões que ultrapassam a sua formação, o que leva ao sentimento de desprofissionalização, alienação do trabalho e perda de identidade.

Basílio, (2015, p. 29) aponta que “a concepção calcada no binômio eficiência-culpabilização, na verdade, é estratégia de controle, travestida da aparência de valorização; isso impacta na identidade docente”.

Outro autor que dedicou seus estudos ao aumento da responsabilização e as consequências deste processo para a culpabilização docente foi Ball (2002) que salientou ainda que a nova cultura organizacional suscita a individualização e a destruição de solidariedades.

A partir dos fatores relacionados ao Trabalho Docente, especialmente frente às reformas educacionais, aprofundaremos no próximo capítulo a discussão sobre a rede de ensino público estadual paulista, de modo a discutir os percursos e as medidas políticas que impactaram o trabalhador docente no Estado de São Paulo.

2. O TRABALHO DOCENTE NA REDE DE ENSINO PAULISTA NO CONTEXTO DAS REFORMAS NEOLIBERAIS

No Estado de São Paulo as reformas educacionais tomaram corpo a partir da chegada do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) ao poder em 1995. Concomitantemente, o governo de Fernando Henrique Cardoso ocupou o poder executivo do país, tornando-se uma oportunidade concreta para colocar em prática o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado⁶ sob o mandato de Luiz Carlos Bresser Pereira, no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE). De acordo com o documento:

A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. (BRASIL, 1995, p. 12)

Portanto, o ano de 1995 foi um marco, uma vez que, houve a posse de representantes psdbistas tanto no governo federal, como no governo do Estado de São Paulo com a maior produção de riquezas do país.

A respeito desse novo paradigma da Administração Pública instaurada pela reforma do Estado, o autor Sanfelice (2003, p.1396) aponta que: “Na universalização do capitalismo tornava-se imperioso enxugar o Estado, transferindo-se responsabilidades públicas para a sociedade civil”. Assim como observou Sanfelice (2003), as palavras de ordem para a reforma eram “qualidade e produtividade” do serviço público, marcas da NGP, com a reestruturação do papel do Estado. Logo, a reforma do Estado abrangeu todos os setores da administração pública, que passou a seguir o protocolo vigente incluindo:

(1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas. (BRASIL, 1995, p. 16).

⁶O plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, conhecido também como Reforma Bresser-Pereira, foi implementado no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, recebeu influência direta de organismos internacionais, seguindo o modelo neoliberal.

A repercussão da reforma do Estado trouxe implicações diretas para a educação, diante de pacote de recomendações sustentado por uma gestão gerencialista veiculada pelas orientações dos organismos internacionais. De acordo com Souza (1999), de maneira geral, tal concepção compreende a educação não como um direito, e sim como um serviço.

Para Evangelista e Shiroma (2007) as reformas educacionais seguiam por dois caminhos paralelos, de um lado focado na reestruturação da Educação Básica, prevista pelas orientações dos organismos internacionais, no qual um conjunto de saberes gerais deveriam ser desenvolvidos como: ler, escrever, realizar cálculos básicos e solucionar problemas, além de atender um desempenho exigido pelo mercado de trabalho. O outro caminho era direcionado aos docentes, contemplando sua formação e função desempenhada de acordo com a nova ordem de ajuste e regulação social, uma vez que estes serão os atores fundamentais para garantir na prática a reforma do Estado.

Também no âmbito nacional, a LDB/96 marcou os interesses neoliberais, desvinculado das discussões do ideário coletivo proposto na década anterior com o caráter de redemocratização da educação. Portanto, o documento tornou-se um respaldo para o projeto reformador de levar a escola a assumir características empresariais que perpassam até mesmo o campo semântico, no qual a prática da gestão educacional fundamenta-se no novo discurso gerencialista que abrange a eficácia, eficiência e produtividade importadas do setor econômico para a educação:

Por eficácia entende-se o resultado obtido pela ação escolar ao alcançar os objetivos educacionais previamente definidos. Já a eficiência refere-se ao atendimento desses objetivos com a maior economia de esforços e recursos possíveis. A produtividade da escola estaria, então, diretamente relacionada à existência de processos mais eficazes e eficientes (ADRIÃO, GARCIA, 2008, p. 782)

Para Russo e Carvalho (2012), o Estado de São Paulo, foi palco de profundas transformações por meio das políticas educacionais, estabelecidas com o apoio direto do Governo Federal, como descrevem os autores:

O início da reforma da educação pública estadual paulista, [...], ocorreu simultânea e articuladamente à reforma da educação nacional em face da coincidência dos mandatos de Fernando Henrique Cardoso, no governo da União, e de Mario Covas, no governo do Estado de São Paulo, a partir de 1995. Sendo ambos filiados ao PSDB, desenvolveram políticas públicas de educação de mesma inspiração político-ideológica e utilizaram as mesmas estratégias para sua implantação e justificação, além, é lógico, da articulação das ações realizadas no mesmo período. (RUSSO; CARVALHO, 2012, p.277)

A partir deste momento inicial, foram estabelecidas uma série de medidas no campo educacional paulista. De acordo com Fernandes (2008), em um primeiro momento, sob o governo de Mário Covas (1995-1998), e a secretária da educação Tereza Roserlei Neubauer da Silva, implementou-se a reforma denominada de “Escola de Cara Nova”, por meio do Decreto nº 40.473, de 21 de novembro de 1995 (SÃO PAULO, 1995). Este amplo programa contou com:

Uma estratégia política de transformação técnico-estrutural, a Secretaria da Educação iniciou durante o governo de Mario Covas (1995 a 1998) um amplo projeto de reforma educacional que atingiu todos os professores e alunos do ensino fundamental e médio. A denominação atribuída ao conjunto de elementos que compunha essa reforma era muito sugestiva. A “Escola de Cara Nova” implicava uma transformação total na organização educativa, como se fosse possível mudar um cenário pré-existente para a implantação de um novo modelo. (FERNANDES, 2008, p. 83)

A reforma subsidiou de maneira inspiradora e objetiva os demais mandatos do PSDB, cujo discurso pregava a qualidade de ensino por meio da racionalização dos custos e das alterações nos padrões de gestão, que seria alcançado por meio de uma nova organização escolar, como aponta Adrião (2008):

O objetivo foi selecionar aquelas mais evidentemente direcionadas a alterar a função e o modelo de organização que caracterizavam o funcionamento do sistema educacional paulista, principalmente quanto à oferta do ensino fundamental. Para tanto, destacam-se as ações desencadeadas a partir do que ficou conhecido como Reorganização das escolas da rede estadual de ensino, que definiram o novo perfil organizacional da SEE ao alterar o padrão de oferta da educação básica, tendo por ponto de partida mudanças na organização das próprias escolas. Complementarmente, apresentam-se os mecanismos adotados para a indução dos convênios entre o governo do estado e os municípios, genericamente denominados de parcerias, que redundaram na municipalização do ensino fundamental, inaugurando um novo padrão de atendimento a esta demanda (ADRIÃO, 2008, p. 80).

A implementação das medidas de descentralização e desconcentração administrativa foram alternativas na “busca de novas parcerias para a prestação dos serviços educacionais” (São Paulo SE/95). Seus objetivos, como elencados por Moreira (2007, p.58), foram:

Extinção dos órgãos centralizados: as Delegacias de Ensino (DEs) passariam a assumir a tarefa dos órgãos centralizados; Eliminação da multiplicidade de escalões intermediários de acesso às escolas (DEs, DREs, CENP) e Estabelecimento de parcerias com empresários, professores, pais, sindicatos, universidades e os municípios que seriam os parceiros privilegiados. (MOREIRA, 2007, p. 58)

Segundo Perez (2009) a organização escolar criada estaria disposta da seguinte maneira:

Com o Decreto de nº. 40.473, de novembro de 1995, o governo estadual instituiu o Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual, com o objetivo de garantir a escolarização de 08 (oito) anos, com qualidade, para todos os alunos do ensino fundamental e médio (Art. 1º). A aplicação do Art. 3º desse Decreto permitiu que as escolas fossem reestruturadas em um dos seguintes modelos: I- Ciclo Básico à 4ª série; II- 5ª à 8ª séries; III- 5ª à 8ª séries e 2º grau e IV- 2º grau. Segundo a SEE-SP, a mudança da estrutura das escolas estaduais visava concretizar dois objetivos básicos: manter todos os ingressantes no Ciclo Básico no processo escolar obrigatório até a sua finalização e compatibilizar as necessidades e as demandas educacionais de cada faixa etária atendida. (PEREZ, 2009, p.74-75)

A justificativa dada pelo Governo do Estado de São Paulo para o processo de municipalização pautava-se na impossibilidade de oferecer um ensino de qualidade para a demanda de alunos do Ensino Fundamental, comparado a outros Estados. Portanto, de acordo com os argumentos, a parceria entre estado e município facilitaria a manutenção e o gerenciamento da rede. Além desse argumento, também é mencionado o aumento de repasse fiscal aos municípios paulistas a partir da reforma fiscal dos anos 1980, aumentando o valor de 2% do PIB, sendo incumbido apenas pela Educação Infantil. (SÃO PAULO, 1995)

Com relação a racionalização dos custos, Adrião (2008) descreve que o plano estratégico da reforma foi transferir a responsabilidade para os municípios como uma forma de diminuir os gastos do Estado e evitar o desperdício para o sistema educacional. Dessa maneira, a autora alerta:

Antes que uma medida de caráter pedagógico, como foi veiculado pela SEE, a reorganização das escolas visava à diminuição de gastos e de desperdícios do sistema, expressa em um hipotético excessivo número de professores e de salas. Dividiram-se as escolas e os níveis de ensino; quebrou-se, ao meio, a escola de oito anos e pulverizou-se, pelo interior do estado, uma infinidade de arranjos institucionais para garantir a oferta, pelos municípios, do ensino fundamental. (ADRIÃO, 2008, p. 94)

Nesse processo de transformações da rede de ensino paulista, a avaliação em larga escala ocupou um lugar de destaque. Foi implantada em 1996 pela SEE/SP o Sistema de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) com o intuito de obter indicadores educacionais, de modo que as eventuais defasagens no ensino-aprendizagem pudessem ser diagnosticadas e corrigidas (NALLO, 2010).

Para Nallo (2010) a divulgação dos resultados das avaliações permitiria que a população civil acompanhasse e fiscalizasse os serviços educacionais oferecidos. Na mesma direção que a autora, Pinto (2011, p. 36) afirmou que a avaliação não produz efeitos somente nas políticas públicas, mas em toda sociedade. Pinto (2011) apontou

que a avaliação em larga escala empregada como um instrumento de gestão das políticas é assentado em dois modelos, um baseado na lógica do mercado de responsabilização, que desenvolve a função de divulgar os resultados e, outro, baseado no controle administrativo-burocrático, no qual seu papel é cobrar dos gestores a prestação de contas.

De acordo com Rodrigues (2010) o modelo adotado pelo sistema paulista foi se aprofundando ao longo do tempo e se consolidando na responsabilização burocrática associado à lógica do mercado que reforça as medidas de controle e hierarquização do sistema. Portanto, o trabalhador docente e o espaço escolar no qual dedica sua prática tem a autonomia diluída. Para Afonso (2003) as formas de avaliação padronizadas e pautadas em dados quantitativos facilitaram os mecanismos de medição, comparação e controle das escolas e do Trabalho Docente.

Os moldes impostos para a educação na primeira gestão de Covas, mantiveram-se vigentes mesmo após o falecimento do governador, no ano de 2001, quando Geraldo Alckmin, passou a governar o restante do segundo mandato (2000-2002) e continuou no poder nos anos seguintes (2003-2006), dando prosseguimento às propostas educacionais em vigor e aprofundando os mecanismos avaliativos por meio do fortalecimento do “Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo” SARESP e de sistemas de classificação das escolas pautado nos resultados alcançados (NOVAES, 2009).

A respeito do SARESP, esta ferramenta avaliativa foi uma extensão do SAEB, em nível estadual com o propósito de fiscalizar o rendimento escolar, por meio dos dados oferecidos pelos resultados das provas, tanto pelo viés pedagógico como também político, de acordo com os parâmetros da produtividade. Tal mecanismo tornou-se um “ranking da SEE/SP” e, deixando de lado seu objetivo de diagnosticar os processos de aprendizagem e propor possíveis caminhos, passou a valorizar o resultado e traçar uma hierarquização das escolas (BARBOSA, M., 2010).

Outro fator que provocou o descontentamento dos professores e que se ampliou no decorrer dos anos da reforma da rede estadual, foram as modificações na dinâmica de trabalho relacionadas ao plano de carreira, implementado na gestão Covas. A maior causa de reclamação foi por conta da alteração da hora/aula (jornada básica e inicial) e da evolução funcional Hidaka (2012) constatou que:

[...] a instituição do novo Plano de Carreira trouxe a mudança do conceito de hora-aula para hora-relógio, o que resultou na diminuição da quantidade de aulas semanais na rede estadual e, conseqüentemente, na diminuição no

número de aulas de algumas disciplinas. Essa medida causou [...] a demissão de mais de 40 mil ACTs. (HIDAKA, 2012, p. 113).

De acordo com Fernandes (2008), inaugurou-se, em 2002, portanto, a segunda etapa da reforma, chamada de “Escola do Acolhimento”, que tinha como um dos pilares a valorização dos aspectos interpessoais na escola:

As transformações ocorridas não foram pequenas. Havia uma clara preocupação oficial com a exposição midiática, com os projetos a serem realizados pelos professores, normalmente pontuais, “empacotados” e desconectados das condições de trabalho e com uma excessiva ênfase no papel socializador das escolas refletido em uma pretensa proposta de “escola do acolhimento” em substituição à “escola do conhecimento”. (FERNANDES, 2008, p. 91-91)

No mesmo sentido, Novaes (2009) aponta que o governo estadual nesse período assume as facetas de *governo educador, solidário e empreendedor*. Tais adjetivações são por conta das manifestações do governo, sendo que no primeiro caso, governo educador, corresponde as estratégias que professor deverá desempenhar para que o aluno garanta seu aprendizado, além do foco na formação continuada. Já a questão do papel solidário caracterizou-se pelas iniciativas de universalização do acesso à educação básica, por meio de programas e projetos com viés de inclusão, por meio da manutenção da progressão continuada⁷. Por fim, o governo empreendedor, voltava-se a promover iniciativas para os alunos do Ensino Médio para o ingresso no mercado de trabalho.

Neste momento também foram implementados programas e projetos como Rede do Saber, Teia do Saber, Escola da Família, Escola de Tempo Integral e consolidado o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP). Segundo Novaes (2009) foram implementadas diversas ações e programas para serem cumpridos no âmbito da escola com viés descentralizador e autônomo. A respeito dos programas o autor destaca os impactos negativos no Trabalho Docente em todas suas instâncias:

⁷Para saber a respeito da progressão continuada na rede Estadual de ensino de São Paulo ver Freitas (2002); Jeffrey (2011).

Mesmo no âmbito da própria secretaria apresentam certa dificuldade de relacionar medidas que chegam às escolas com as diretrizes mais amplas adotadas pelo sistema, como a sobrecarga de trabalho do diretor de escola e dos professores coordenadores pedagógicos contrastando com a propalada descentralização e desconcentração de tarefas, anunciadas desde meados dos anos 90 e com um falso discurso de autonomia. Mesmo quando criticam a progressão continuada como uma estratégia simplista de corrigir fluxo e melhorar as estatísticas de atendimento, os professores não apontam as contradições internas à proposta, que, ao tentar fazer valer a utopia liberal da inclusão e ensino de todos, esbarra na existência de uma escola que não se destina, de fato, à inclusão e ensino de todos, o que difere do regime de ciclos, por exemplo, mais preocupado com reorganização dos tempos e espaços escolares. (NOVAES, 2009, p. 25-26)

Ainda para Novaes (2009), o paradigma de Estado avaliador que corresponde ao incentivador e gerador de políticas públicas, articula-se à valorização pelo desempenho, no qual os trabalhadores docentes são responsabilizados pelo fracasso ou pelo sucesso escolar. No mesmo sentido, Ball (2004) indicou que o Estado Avaliador possibilita dirigir atividades do setor público à distância.

Acompanhando os projetos e programas implantados, intensificou a política de bonificação aos docentes da rede estadual paulista, que passa a ser: “vinculada diretamente à avaliação do desempenho apresentada pelo profissional, somada à aferição da frequência, durante o exercício de 2001, na forma a ser regulamentada” (SÃO PAULO, 2001).

Posteriormente, no ano de 2008, já sob o governo de José Serra, o Bônus Mérito passou a ser calculado com base no estabelecimento do Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo (IDESP), que vincula o desempenho dos alunos no SARESP ao fluxo escolar e às metas, o que regulamentado pelo decreto no 52.719 de 14 de fevereiro de 2008.

Para Barbosa, M. (2010) o fato do governo promover a bonificação por meio dos resultados gera um dispositivo de controle dos trabalhadores docentes, além de legitimar a relação de que qualidade é o mesmo que produtividade.

De acordo com Cação e Mendonça (2011, p. 224), o contexto educacional naquele momento passava por uma situação conturbada:

[...] enfrentando problemas decorrentes da própria política tucana para a educação paulista. A progressão continuada passa a ser socialmente responsabilizada pelos baixos níveis de desempenho escolar da escola pública estadual, gerando uma situação de grande desconforto e exigindo uma ação de interferência mais direta do próprio governo na área educacional.

A política educacional paulista foi ampliando o alinhamento ao paradigma neoliberal, garantido pelas recomendações de organismos multilaterais aos países em desenvolvimento, principalmente pelo BM, que visava a utilização de indicadores de rendimento, monitoramento de resultados e performance para alcançar a qualidade na educação. A respeito da busca pelo rendimento, Silva (2013, p.4) sintetizou:

A NGP, ao perseguir as recomendações neoliberais, resultou na formulação de políticas públicas que buscaram a eficiência fiscal, a gestão por resultados, a bonificação pelo mérito, a avaliação de desempenho, o estabelecimento de metas como forma de obtenção de eficácia e “*accountability*”.

A adoção do pagamento de bônus tornou-se um atalho para resolver individualmente um problema coletivo. Portanto, tal ponto é intensivamente criticado pelo sindicato docente, o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo -APEOESP (2009), que prioriza o componente salarial e se posiciona contrária às políticas de bônus, declarando que a bonificação não garantirá uma condição de trabalho adequada ao docente e, muito menos, possibilitará o reconhecimento do seu trabalho pela sociedade. O sindicato aponta que o reparo passa pelo viés do reajuste salarial e pelo plano de carreira consolidado, de modo que as reivindicações voltam-se para que gratificações sejam anexadas no salário-base e a remuneração aumente devido às perdas sofridas ao longo dos anos pela categoria.

Por fim, a reforma vigente até o presente ano, foi concretizada por meio do Programa “São Paulo faz escola”, que se iniciou no ano de 2007, no governo de José Serra e foi marcado pela “dança das cadeiras” na Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, uma vez que houve várias substituições. No cargo máximo daquele órgão. Quando o governo Alckmin, se candidatou à presidência do país (2006-2007), assumiu em seu lugar o vice, Cláudio Lembo (PFL), que indicou como secretária, Maria Lúcia Vasconcelos. Após a finalização do mandato de Lembo, e com a entrada de José Serra, como governador da capital paulista, a mesma secretária ficou mantida pelo período de seis meses, até ser substituída pela já experiente em diversos outros cargos políticos do PSDB, Maria Helena Guimarães de Castro.

A política educacional com a secretária Maria Helena, ganha um novo rumo e são estabelecidas metas com a finalidade de promover mais qualidade para a escola paulista dentro de um currículo central que prezasse pela competência básica escolar (alfabetizar e letrar):

[...] a quarta gestão consecutiva do PSDB em São Paulo (José Serra, 2007-2010) trouxe uma nova secretária (conhecida por sua intensa relação com os

organismos internacionais) que vem implantando uma série de medidas que compõem um “novo” momento das reformas educacionais no Estado. Depois de um ano em que os indicadores avaliativos - ENEM, PISA e SARESP – publicizaram o fracasso do ensino público paulista e, portanto, do modelo que vem sendo adotado há mais de uma década, “São Paulo faz escola” é o novo jargão utilizado para as medidas centralizadoras que tem chegado até as escolas. Novas relações de hierarquia, procedimentos de motivação e mecanismos de reformação tem chegado às escolas, cujos sujeitos ganham uma outra dimensão. Uma dimensão assentada cada vez mais no trabalho individual em detrimento do coletivo. (FERNANDES, 2008, p.94)

Segundo Loureiro (2011, p. 34) os alunos não estavam conseguindo ter um bom desempenho nas avaliações do Estado. Diante de índices baixos a SEE/SP propôs diversas medidas, entre elas: recuperação da aprendizagem de alunos ao final dos ciclos; a capacitação continuada de professores; a reorganização da progressão continuada; a divulgação de propostas curriculares; a parceria com prefeituras para a oferta do primeiro segmento do Ensino Fundamental (municipalização); o controle de desempenho via IDESP; a participação na Prova Brasil; a capacitação de professores para uso do SARESP; a continuidade no pagamentos de bônus; a comparação por escala de desempenho entre as escolas; o fortalecimento do papel do diretor; o investimento na estrutura física e a informatização.

Foi criado um conjunto de metas a fim de superar os índices de defasagem escolar e os problemas de aprendizagem, além de reforçar os princípios impostos para educação desde da segunda metade da década de 1990 com o governo Covas, pois, como declarou Sanfelice (2010, p.150) “O Estado de São Paulo tornou-se o laboratório predileto das políticas defendidas pelo “tucanato”.

Para Russo e Carvalho (2012) o foco na busca da qualidade da educação, permaneceu no sentido esvaziado das competências educacionais alocadas no viés técnico. Tal fato aprofundou de forma massiva a proposta neoliberal de garantir o discurso empresarial para a escola e a busca de mecanismos de controle do Trabalho Docente com o intuito de se adequar ao processo de moralização educacional. Tomando por base tais critérios, Serra, implementou as seguintes metas para o setor educacional a serem cumpridas até 2010:

1. Todos os alunos de 8 anos plenamente alfabetizados.
2. Redução de 50% das taxas de reprovação da 8ª série
3. Redução de 50% das taxas de reprovação do Ensino Médio.
4. Implantação de programas de recuperação de aprendizagem nas séries finais de todos os ciclos de aprendizagem (2ª, 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio).
5. Aumento de 10% nos índices de desempenho do Ensino Fundamental e Médio nas avaliações nacionais e estaduais.
6. Atendimento de 100% da demanda de jovens e adultos de Ensino Médio com currículo profissionalizante diversificado.
7. Implantação do Ensino Fundamental de nove anos, com prioridade à municipalização das séries iniciais (1ª a 4ª séries)
8. Programas

de formação continuada e capacitação da equipe. 9. Descentralização e/ou municipalização do programa de alimentação escolar nos 30 municípios ainda centralizados. 10. Programa de obras e melhorias de infraestrutura das escolas. (SÃO PAULO, 2007)

Para executar as metas citadas, foram criados projetos e ações que serviram como suporte para colocar em prática o plano da SEE. Com relação à proposta pedagógica da nova reforma foram estabelecidas três frentes norteadoras: Currículo, Avaliação e Expectativas de Aprendizagem.

Seguindo a lógica da política educacional em curso, a SEE/SP elaborou, em 2008, a “Proposta Curricular do Estado de São Paulo” pautada na nova agenda da educação de São Paulo. O intuito foi promover uma estrutura curricular padronizada e elaborar um arcabouço de materiais pedagógicos imposto de maneira verticalizada ao corpo docente da rede estadual que deveria “seguir à risca” o guia desenvolvido. Loureiro (2011) caracterizou os segmentos que a Proposta Curricular contemplou:

A Proposta Curricular se apresenta a partir de três partes complementares: (a) apresentação dos conceitos e objetivos da Proposta, além das diretrizes curriculares e recomendações sobre a organização do ensino das disciplinas; (b) orientações direcionadas aos envolvidos na gestão escolar (diretores, coordenadores e supervisores) visando aperfeiçoar a gestão do currículo na escola e garantir a aplicação da Proposta Curricular em sua totalidade; (c) material direcionado aos professores com sugestões de aulas e formas de avaliação. Segundo a SEE/SP, o objetivo geral da Proposta seria conduzir professores, alunos e gestores rumo à educação compatível com os desafios do mundo moderno. (LOUREIRO, 2011, p. 34-35)

A respeito das imposições realizadas por meio da Proposta Curricular, Sanfelice (2010) alertou para a desqualificação do Trabalho Docente ao retirar desses profissionais da educação a função de colaborar de forma significativa para a concepção e planejamento do novo currículo, restando ao professor o papel de executor:

Embora considere legítimo que o governo de um Estado tenha propostas no campo da educação, é necessário ponderar que tais propostas devem resultar de procedimentos democráticos coerentes com aqueles que atribuíram aos governantes o lugar que ocupam. É preciso que todos os partícipes do aparelho educativo estatal estejam envolvidos com a proposta desde sua origem, mesmo que isto signifique um mergulho em muitas contradições. Não foi o que ocorreu no presente caso (*a implantação do currículo oficial*) e não tem sido esta a característica da política educacional do PSDB em São Paulo. (SANFELICE, 2010, p. 52)

Além do currículo oficial, podemos destacar outras medidas: a implantação do Projeto Ler e Escrever, destinado à alfabetização dos alunos, subsidiado por um material didático próprio com instruções aos professores e o Programa de Qualidade na Escola, que promove avaliações anuais das escolas que fazem parte da rede estadual, para

analisar se as mesmas estão de acordo com Ensino Fundamental de 9 anos. A respeito dos materiais didáticos e a unificação curricular, Russo e Carvalho (2012, p.283) alertam que:

[...]impor uma sistemática empobrecedora do Trabalho Docente, subtrai deste a possibilidade de concepção e organização do seu trabalho, reduzindo o professor a reprodutor de uma proposta desenvolvida externamente, por terceiros, e que assim desconsidera a singularidade de cada escola.

Segundo Cação (2010) a autonomia das escolas para decidirem sobre o currículo escolar, previsto na LDB assumiu um caráter contrário na reforma “São Paulo faz escola” que centralizou as decisões e não considerou o papel dos docentes na elaboração do documento. Nas palavras da autora, os docentes foram: “expropriados dos meios de produção de seu trabalho e do seu saber, tornam-se executores reincidentes”. (CAÇÃO, 2010, p. 385)

Dentre as mudanças podemos destacar também a nova configuração da função do professor coordenador e a consolidação do diretor da escola, que teriam a “missão” de implementar e divulgar a nova proposta para atingir os bons resultados na escola. Sobre a nova função do professor coordenador (PC) no contexto da mudanças, Fernandes (2008) declara:

Nesta “nova colheita” [Proposta Curricular São Paulo Faz Escola], apontada pela atual secretária na apresentação do Caderno do Gestor (São Paulo, 2007) como “*um divisor de águas para a educação paulista*”, o PC terá um papel fundamental na “*constituição de um dos pilares estruturais da atual política de melhoria da qualidade de ensino*”, afastando-se significativamente a função dos anseios do magistério e aproximando-a dos mecanismos de poder e controle do sistema educacional. (FERNANDES, 2008, p. 140-141)

Para Fernandes (2008), o professor coordenador frente às reformas passou a desenvolver um papel de monitoramento do Trabalho Docente, principalmente nos períodos das avaliações externas, como o SARESP, uma vez que tal profissional fica incumbido de enviar relatórios com os resultados das provas para a SEE/SP, e conseqüentemente deixou de lado sua função relacionada às práticas pedagógicas.

É preciso considerar ainda o aprofundamento da gestão dos resultados e a política de incentivos, a bonificação dos docentes por mérito, a qual intensificou a competitividade entre os pares afetando de maneira negativa o Trabalho Docente:

Respondendo à *crise da educação*, Serra, a partir de 2007, intensificou a reforma educacional atrelando o bônus concedido aos professores (criado na gestão Alckmin) ao IDESP, que contém o SARESP e o Regime de Progressão Continuada. Como afirmamos anteriormente, o IDESP é um índice que expressa o desempenho das unidades escolares e dos níveis de ensino dentro de cada escola (ciclo I e II do ensino fundamental e ensino médio). Além do cálculo do IDESP, realizado anualmente, são estabelecidas

pela SEE/SP para as escolas metas de desempenho futuro. A articulação dessa rede de políticas educacionais no âmbito da escola pública paulista, que se configura, de fato, com a criação da Proposta Curricular em 2008, instaura novas relações dentro da escola. Os professores passam a ser rigorosamente avaliados pelo Estado. Dentro de cada unidade escolar e dentro dos ciclos de uma mesma unidade a competição pelos melhores índices (que resultam na maior bonificação) contribui para a individualização dos docentes e prejudica as possibilidades de unidade e reivindicação coletiva desses sujeitos. (LOUREIRO, 2011, p.95)

As reformas implantadas no Estado de São Paulo desde o ano de 1996 até aos dias atuais e as medidas estabelecidas impactaram o Trabalho Docente, promovendo alterações substanciais em sua lida, como indicado por Evangelista e Shiroma (2007, p. 539)

Não é por outro motivo que essas forças políticas derramam sobre ele diversificadas estratégias de (con)formação, tanto pela via de sua capacitação, quanto de definição de sua atuação profissional. Algumas características são importantes: capacidade de adaptação; rapidez nas respostas e solução de problemas; flexibilidade na gestão dos problemas cotidianos; habilidade em responder às demandas de pais, alunos e gestores.

Foi a partir deste contexto de reformas educacionais, que nos sentimos instigadas a conhecer e analisar as discussões sobre o Trabalho Docente no Estado de São Paulo, por meio do levantamento de teses e dissertações produzidas nos principais Programas de Pós-Graduação.

No próximo capítulo abordaremos os procedimentos metodológicos nos quais a presente pesquisa se apoiou, estabelecendo um elo com os objetivos propostos e apresentados na introdução desta dissertação.

3. AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE O TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DE SÃO PAULO: A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA

A abordagem metodológica da pesquisa bibliográfica, realizada de forma quali-quantitativa, foi adotada a fim de analisar a produção acadêmica – teses e dissertações – sobre Trabalho Docente no Estado de São Paulo no período de 1996-2018. A pesquisa bibliográfica, mais especificamente a revisão bibliográfica, foi caracterizada por Mazzotti (1998) a partir de dois aspectos:

(a) a análise de pesquisas anteriores sobre o mesmo tema e/ou sobre temas correlatos e (b) a discussão do referencial teórico.

[...] É importante esclarecer também que toda pesquisa supõe dois tipos de revisão de literatura: (a) aquela que o pesquisador necessita para seu próprio consumo, isto é, para ter clareza sobre as principais questões teórico-metodológicas pertinentes ao tema escolhido, e (b) aquela que vai, efetivamente, integrar o relatório do estudo (MAZZOTTI, 1998, p. 179)

Por se tratar de um estudo que se compromete em realizar uma revisão bibliográfica, é necessário buscar, além das teses e dissertações, a literatura específica da área que permita compreender melhor o objeto de pesquisa. No caso específico da nossa pesquisa foram feitas leituras de obras produzidas por autores que são referência na área de política educacional e Trabalho Docente, com destaque para: Oliveira (2004; 2006), Duarte (2011), Hypólito (1991; 2011) e Ball (2002; 2005).

Após definidos os objetivos e a metodologia da pesquisa, iniciamos o levantamento bibliográfico nos repositórios dos principais programas de Pós-Graduação em Educação do Estado de São Paulo. Nestes repositórios buscamos as pesquisas sobre Trabalho Docente considerando especialmente as investigações realizadas no período marcado pelas recentes reformas educacionais em São Paulo, delimitando-se como recorte temporal o ano de 1996, com a implementação no estado da primeira reforma educacional de base gerencialista, até o ano de 2018.

Os repositórios consultados foram os das seguintes universidades: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)⁸; Universidade de São Paulo (USP)⁹; Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP); Universidade Metodista de São Paulo (UMESP),

⁸UNESP Campus: Araraquara, Marília, Presidente Prudente e Rio Claro.

⁹USP São Paulo e Ribeirão Preto.

Pontifícia Universidade Católica de Campinas e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo¹⁰.

Nestas universidades foram consultadas as bibliotecas virtuais indicadas no quadro 1:

Quadro 1: Repositórios Digitais das Instituições de Ensino

REPOSITÓRIOS DIGITAIS DA IES	
PUC CAMPINAS	Biblioteca Digital da PUC Campinas > Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE)
PUC SÃO PAULO	Biblioteca Digital da PUC SP > Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE)
UFSCAR	Repositório Institucional na UFSCar (RI UFSCar)
UMESP	Repositório Digital de Publicações Científicas (Teses e Dissertações)
UNESP ARARAQUARA	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (Cathedra)
UNESP MARÍLIA	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (Cathedra)
UNESP PRESIDENTE PRUDENTE	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (Cathedra)
UNESP RIO CLARO	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (Cathedra)
UNICAMP	Repositório da Produção Científica e Intelectual da UNICAMP
UNIFESP	Repositório Institucional Unifesp
UNIMEP	Biblioteca Digital Unimep
USP	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Para o levantamento dos dados bibliográficos foram utilizados os seguintes descritores combinados: Reforma Educacional; Trabalho Docente e Estado de São Paulo. Em um segundo momento foi substituído o descritor “Reforma Educacional” por “Política Educacional”.

Cabe ressaltar que optamos por utilizar a expressão política educacional ao invés de reforma educacional, uma vez que o primeiro termo é definido por Oliveira (2010) como arte ou ciência de governar, o que envolve seu Estado e o caráter institucional, portanto são ações imbuídas de uma intencionalidade que envolvem também as reformas educacionais.

¹⁰PUC São Paulo- Programa: Educação: História, Política, Sociedade e Programa: Currículo.

Com relação às reformas educacionais estas podem ser compreendidas como reorganização e ajustes estruturais no âmbito de um contexto vigente. Para Barroso (2006), as reformas tendem a colocar em prática questões em que há relativa concordância interna de normas e regras, colaborando, desta forma, para a regulação nacional. Para Krawczyk (2010) as reformas educacionais implementadas nos países da América Latina, durante a década de 1990:

[...] implicou mudanças importantes nos modos de organização e gestão dos sistemas educativos e das escolas, nas formas de financiamento, na organização do trabalho escolar e no conjunto de princípios e valores que orientam a educação (KRAWCZYK, 2010, p.1)

Desta forma, dentro da complexidade que ambos os termos carregam, optamos pela expressão Política Educacional, sendo que seu conceito é mais amplo, englobando em si as reformas realizadas pelo Estado no contexto de uma Nova Gestão Pública.

Considerando os descritores combinados, tivemos na busca inicial nos repositórios digitais o seguinte resultado:

Quadro 2: Seleção de trabalhos

Número total de teses e dissertações encontradas a partir dos descritores nos repositórios digitais	
Instituição	Nº
PUC CAMPINAS	85
PUC SÃO PAULO	36
UFSCAR	93
UMESP	32
UNESP ARARAQUARA	575
UNESP MARÍLIA	719
UNESP PRESIDENTE PRUDENTE	389
UNESP RIO CLARO	304
UNICAMP	368
UNIFESP	184
UNIMEP	47
USP	98
TOTAL	2.930

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Quanto ao tipo de produção acadêmica por etapa -teses e dissertações- por Programa de Pós Graduação, levando-se em conta os resultados encontrados inicialmente, tivemos a seguinte situação:

Quadro 3: Número de trabalhos encontrados de acordo com a etapa de publicação

Etapa de produção acadêmica			
Instituição	Número de Teses	Número de Dissertações	Total de Trabalhos
PUC Campinas	-	85	85
PUC São Paulo	7	29	36
UFSCAR	34	59	93
UMESP	2	30	32
UNESP Araraquara	256	319	575
UNESP Marília	298	421	719
UNESP Presidente Prudente	80	309	389
UNESP Rio Claro	23	281	304
UNICAMP	186	182	368
UNIFESP	56	128	184
UNIMEP	2	45	47
USP	52	46	98
TOTAL	996	1.934	2.930

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Após o levantamento inicial e a seleção dos trabalhos por meio dos descritores combinados, foi estabelecido outro critério mais específico para refinar a seleção das teses e dissertações. Como pretendíamos analisar a produção acadêmica no âmbito das reformas educacionais promovidas na rede pública estadual, decidimos selecionar apenas as pesquisas que abrangiam o ensino regular estadual paulista, e sua competência de atuação nas etapas de Ensino Fundamental I e II (1º ao 9º ano) e Ensino Médio.

Por conseguinte, outros níveis, modalidades de ensino e formas de educação não foram contemplados a partir deste critério, dentre eles podemos citar: educação infantil, educação superior, educação no campo, educação no sistema prisional, educação informal. Sendo assim, o montante de trabalhos apresentados anteriormente (2.930) foi reduzido em atendimento aos critérios estabelecidos para 134 trabalhos.

Para este momento da seleção foi feita a leitura dos resumos das teses e dissertações. Após a leitura inicial, os trabalhos foram arquivados em pastas digitais divididas por Instituição de Ensino Superior e por Programa de Pós-Graduação.

A partir desta seleção foi definido o montante de teses e dissertações que passamos a trabalhar e analisar na presente pesquisa, que ao todo contabiliza **134 trabalhos**, abrangendo as 12 Instituições de Ensino Superior do Estado de São Paulo com os 14 programas em Pós-Graduação voltados para a Educação, já mencionadas no Quadro 2.

Em seguida, foi elaborado um quadro no *Excel*, contendo alguns dados relevantes para a pesquisa. Os dados foram organizados em: Instituição de ensino, Nome do Autor, Título do trabalho, Ano de publicação, Grau (mestrado/ doutorado), Abordagem Metodológica, Tipo de Pesquisa, Instrumento de pesquisa e Sujeitos participantes (Apêndice 1).

A construção do quadro foi importante para localizar os principais trabalhos, dentre os selecionados, que foram lidos na íntegra num momento posterior de modo a subsidiar tanto a composição do capítulo teórico da presente pesquisa como a análise de dados.

Organizados os quadros indicados no Apêndice 1, o estudo foi encaminhado para a análise das teses e dissertações selecionadas (134 trabalhos). Para a realização da análise, tentamos utilizar o *software Alceste* que contribuiu para realizar a frequência de ocorrência das palavras presente nos trabalhos. O intuito foi identificar as palavras-chave, ou seja, os termos que apareceram com maior regularidade nas produções acadêmicas selecionadas.

Deste modo, foi necessário fazer uma cópia de partes significativas das teses e dissertações para inclusão no software. Para tanto, determinamos a seleção dos resumos, por conter a síntese da pesquisa, e também as considerações finais, por se tratar da parte dos trabalhos nos quais são apresentados os resultados alcançados a partir do posicionamento do pesquisador.

Alguns critérios foram exigidos pelo software para que os dados do texto fossem lançados e lidos para que uma resposta possível fosse apresentada. Logo, os resumos e considerações finais de cada trabalho foram selecionados e salvos no bloco de notas no formato de texto (txt), em seguida, foi preciso abrir um pasta digital para os trabalhos, de modo que cada um ficasse anexado em uma pasta. Após essa sucessão de procedimentos, foi necessário enviar as pastas das teses e dissertações, arquivadas de acordo com instituição de ensino, para o computador no qual o *software Alceste* estava instalado.

É importante enfatizar, que o programa apenas realizava a leitura de trabalhos cujos arquivos eram mais recentes e disponibilizados nos repositórios em *Word* ou PDF. Algumas produções como, por exemplo, a de Souza (1999) não foram exploradas pelo programa por serem disponibilizadas publicamente apenas em versão digitalizada. Porém, nos cabe também afirmar que apenas uma quantidade ínfima de teses e

dissertações (4) não foram incluídas no programa *Alceste*, o que não comprometeu o resultado inicial baseado na regularidade de ocorrência dos termos.

Com o programa *Alceste* aberto, para acessá-lo, enviamos a pasta de cada uma das instituições de ensino contendo as teses e dissertações que correspondiam a mesma, ou seja, por exemplo, a pasta da Unesp Araraquara, incluía 17 trabalhos.

As possibilidades de uso do programa são inúmeras. Os resultados são apresentados por meio de classes de palavras e diferentes gráficos e tabelas de frequência podem ser gerados cabendo ao pesquisador categorizá-los e analisá-los. Para a construção da análise do presente estudo, nos apropriamos unicamente da tabela inicial que o programa disponibiliza e que contém a síntese das palavras que aparecem no texto com maior regularidade (Anexo 1)

Após extrair esses resultados gerais de cada Programa de Pós Graduação, optamos por focar na análise dos trabalhos em si, uma vez que o recurso que o *Alceste* disponibilizava não seria o suficiente para responder as inquietações que havíamos colocado para o presente trabalho. Sendo assim, um novo quadro foi construído com o objetivo de fazer emergir as informações que ainda não estavam apresentadas.

Dessa maneira, foi tomada por base o quadro inicial construído no *Excel* com todos os trabalhos selecionados, pautando-se a organização dos mesmos nas palavras mais frequentes indicadas pelo *Alceste* e também por uma nova leitura mais atenta dos resumos dos trabalhos.

Para isso procuramos observar os objetivos específicos que havíamos proposto:

- 1) Identificar as etapas e as modalidades de ensino abordados nas teses e dissertações;
- 2) Reconhecer os principais Programas de Pós-Graduação nos quais são produzidas as pesquisas sobre Trabalho Docente no Estado de São Paulo;
- 3) Identificar as principais abordagens metodológicas presentes nas teses e dissertações;
- 4) Identificar as concepções de Trabalho Docente presente nas produções acadêmicas estudadas;
- 5) Organizar um quadro referência com os principais resultados apontados pelas pesquisas.

A partir daí seguimos para uma análise mais aprofundada dos 134 trabalhos. Os resultados, serão abordados na próxima seção que contempla a análise feita a partir do quadro construído contendo as palavras-chaves e seus desdobramentos.

4. TESES E DISSERTAÇÕES SOBRE TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DE SÃO PAULO: ANÁLISE DOS DADOS

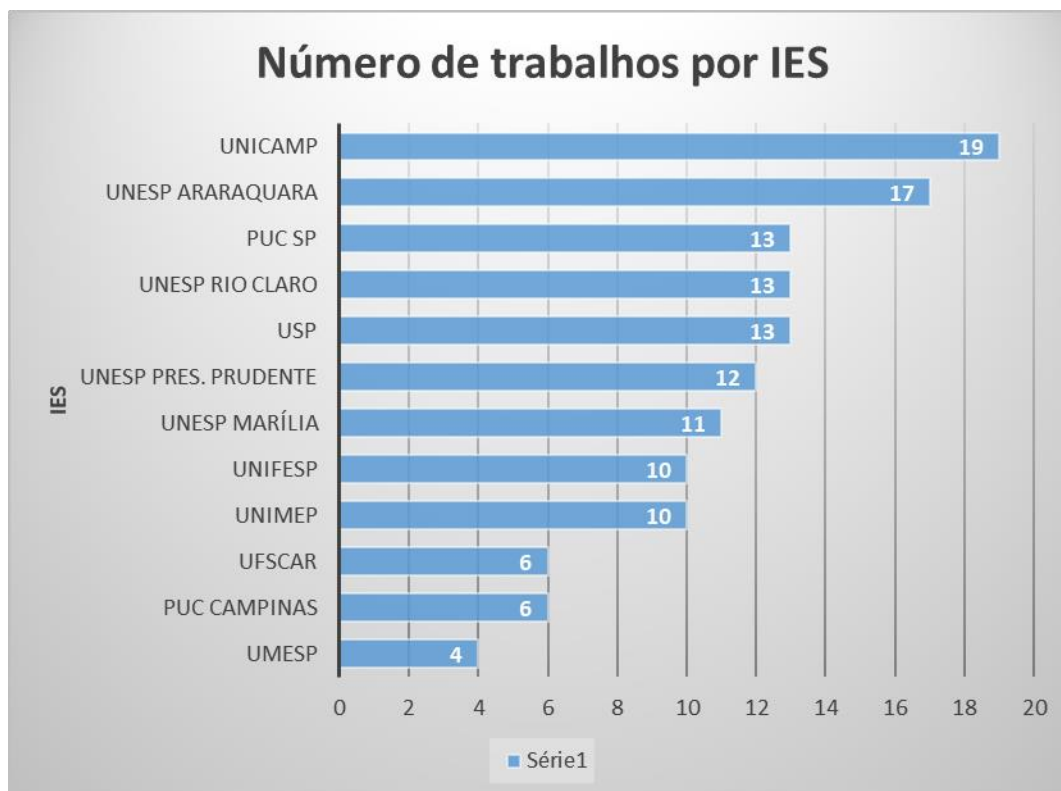
No quarto e último capítulo, após traçarmos o contexto político, econômico e social, com ênfase nas mudanças educacionais, e apresentarmos a fundamentação teórica da pesquisa e apontarmos o percurso metodológico, trazemos a análise dos dados, uma vez que, se faz necessário tentar compreender o que indicam as teses e dissertações selecionadas sobre o Trabalho Docente.

A análise foi organizada a partir dos seguintes itens: Número de trabalhos por Instituições de Ensino, Etapa de produção acadêmica dos trabalhos selecionados distribuídos por IES, Distribuição temporal das pesquisas analisadas (1996-2018), Instrumentos utilizados nas pesquisas de campo, Sujeitos participantes das pesquisas, Total de trabalhos por Etapa de Ensino, Base teórica das pesquisas selecionadas, Principais autores citados (nacionais e estrangeiros), Eixos e sub Eixos de análise a partir da recorrência de palavras-chave – Contexto sócio, político e econômico; Características e Natureza do Trabalho Docente e Medidas Reformistas – e, por fim, incidência da expressão Trabalho Docente.

A partir do levantamento de informações das 134 pesquisas selecionadas, foi possível apresentar alguns dados objetivos relativos à etapa de Pós-Graduação (mestrado e doutorado) na qual foram desenvolvidas as investigações sobre Trabalho Docente. No total foram 111 dissertações de mestrado, representando aproximadamente 83%, e 23 teses de doutorado, que equivale a 17% do total.

Em relação à quantidade total de trabalhos produzidos de acordo com a Instituição de Ensino Superior em que os Programas estão inseridos foi possível sintetizar os dados na Figura 1:

Figura1- Número de trabalhos por Instituições de Ensino



Quando se trata das pesquisas de doutorado, destacam-se a Unicamp com 7 teses, a USP com 4 e a Unesp Araraquara também com 4 teses. Contabilizando 19 pesquisas, a UNICAMP é a universidade com mais produções acadêmicas voltadas ao estudo do Trabalho Docente, no total, seguido pela Unesp Araraquara com 17, e no total de 13 trabalhos, encontra-se PUC SP, Unesp Rio Claro e USP.

Por sua vez, um novo quadro pode ser construído partindo dos resultados dos trabalhos selecionados e agrupados por etapas e Instituições de Ensino Superior:

Quadro 4 – Etapa de produção acadêmica dos trabalhos selecionados distribuídos por

IES

Etapa de produção acadêmica dos trabalhos selecionados			
Instituição	Número de Teses	Número de Dissertações	Total
UNICAMP	7	12	19
UNESP Araraquara	4	13	17
UNESP Rio Claro	-	13	13
PUC São Paulo	2	11	13
USP	4	9	13
UNESP Presidente Prudente	3	9	12

UNESP Marília	2	9	11
UNIFESP	-	10	10
UNIMEP	-	10	10
PUC Campinas	-	6	6
UFSCAR	1	5	6
UMESP	-	4	4
TOTAL	23	111	134

Fonte: Elaborado pelos autores.

Um outro dado importante a ser considerado foi o ano de criação do Programa de Pós-Graduação em Educação e/ou relativo a ela das Instituições de Ensino Superior selecionadas para a presente pesquisa, o número de linhas de pesquisas existentes e o número de teses e dissertações produzidas. Tais dados estão dispostos no Quadro 5.

Quadro 5 – Programas de Pós-Graduação e Linhas de Pesquisas

IES	Programa de Pós-Graduação	Linhas de Pesquisa	Total de trabalhos por linha
Unesp	Educação Escolar (Araraquara)	Formação do Professor, Trabalho Docente e Práticas Pedagógicas	9
		Teorias Pedagógicas, Trabalho Educativo e Sociedade	3
		Política e Gestão Educacional	5
	Educação (Rio Claro)	Educação: políticas, gestão e o sujeito contemporâneo	10
		Formação de Professores e Trabalho Docente	3
	Educação (Presidente Prudente)	Processos Formativos, Infância e Juventude	1
		Formação dos Profissionais da Educação, Políticas Educativas e Escola Pública	11
	Educação (Marília)	Políticas Educacionais, Gestão de Sistemas e Organizações, Trabalho e Movimentos Sociais	11
	Sub-total		53

Unicamp	Educação	Educação e Ciências Sociais	6
		Educação e História Cultural	1
		Educação em Ciências, Matemática e Tecnologias	1
		Estado, Políticas Públicas e Educação	4
		Filosofia e História da Educação	2
		Formação de Professores e Trabalho Docente	3
		Linguagem e Arte em Educação	1
		Psicologia e Educação	1
Sub-total		19	
PUCSP	Educação: Currículo	Políticas Públicas e Reformas Educacionais e Curriculares	2
	Educação: História, Política e Sociedade	Teoria Crítica da Sociedade e Formação - Função Social da Educação e da Escola	3
		Instituição Escolar: Organização, Práticas Pedagógicas e Formação de Educadores	8
Sub-total		13	
USP	Educação	Cultura, Filosofia e História da Educação	1
		Educação e Ciências Sociais: Desigualdades e Diferenças	1
		Estado, Sociedade e Educação	9
		Formação, Currículo e Práticas Pedagógicas	2
Sub-total		13	
Unifesp	Educação	Educação, Estado, Trabalho	7
		Escola Pública, Formação de Professores e Práticas Pedagógicas	3
Sub-total		10	
Unimep	Educação	História e Filosofia da Educação	1
		Trabalho Docente, Formação de Professores e Políticas Educacionais	9
Sub-total		10	

Puccamp	Educação	Formação de Professores e Práticas Pedagógicas	4
		Políticas Públicas em Educação	2
Sub-total		6	
Ufscar	Educação	Educação Escolar: Teorias e Práticas	2
		Educação, Cultura e Subjetividade	1
		Estado, Política e Formação Humana	2
		Formação de Professores e outros Agentes Educacionais	1
Sub-total		6	
Unesp	Educação	Políticas e Gestão Educacionais	2
		Formação de Educadores	2
Sub-total		4	

Fonte: Elaborado pelos autores

Por meio das informações sistematizadas no quadro foi possível identificar o ano de criação do programa de Pós Graduação em Educação, mas além disso, o que pode justificar a quantidade de trabalho por Instituição de Ensino é a existência das linhas de pesquisas que estão relacionadas ao tema Trabalho Docente, possibilitando a produção de maior número de investigações.

As teses e dissertações selecionadas estão inseridas em 35 linhas, correspondendo a 57% do total (ao todo são 63 linhas de pesquisas nos programas de Educação), o que demonstra o alcance diversificado que o objeto de estudo em questão, o Trabalho Docente, tem alcançado nas pesquisas. Os trabalhos selecionados estão distribuídos pelos 13 Programas de Educação oferecidos pelas Instituições de Ensino, sendo que cada instituição possui apenas um programa intitulado Programa de Pós-Graduação em Educação, exceto pelo campus da PUC SP, que está dividido em dois programas relacionados à educação: Educação: Currículo e Educação: História, Política e Sociedade. O campus da Unesp Araraquara, também nomeia o programa de educação como Educação Escolar.

Tomando por base os dados dispostos no quadro, fica evidente o caso da Unicamp na produção de pesquisas sobre o Trabalho Docente, sendo a IES composta pelo número mais expressivo em linhas de pesquisa, um total de 10. Dentre este

número, oito linhas de pesquisa foram contempladas nos estudos sobre o Trabalho Docente, e são elas: Linha 2. Educação e Ciências Sociais; Linha 3. Educação e História Cultural; Linha 4. Educação em Ciências, Matemática e Tecnologias; Linha 5. Estado, Políticas Públicas e Educação; Linha 6. Filosofia e História da Educação; Linha 7. Formação de Professores e Trabalho Docente; Linha 8. Linguagem e Arte em Educação; Linha 9. Psicologia e Educação.

O mesmo acontece com o campus da Unesp de Araraquara, contempla cinco linhas presentes no programa de Educação Escolar, três delas permitem o estudo sobre o tema do Trabalho Docente: Linha 2. Formação do professor, Trabalho Docente e práticas pedagógicas; Linha 3. Teorias Pedagógicas, Trabalho Educativo e Sociedade e Linha 5. Política e Gestão Educacional.

Ao enfatizar o ano de publicação das pesquisas, observamos uma recorrência da produção em determinados anos dentro do recorte estabelecido – 1996 a 2018- como mostrado no gráfico a seguir:

Figura 2 - Distribuição temporal das pesquisas analisadas (1996-2018)



Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota-se que a partir de 2006 cresceu o número de publicações acadêmicas (teses e dissertações) comparado aos anos anteriores, com o total de oito trabalhos. Com relação aos poucos trabalhos publicados antes de 2006, podemos relacionar ao fato de que uma reforma educacional para ser efetivamente implementada, ou seja, alcançar o espaço escolar e gerar questionamentos para as investigações, demora um certo tempo, há um processo até que tais mudanças tornem-se objeto de estudo nos institutos de

ensino e pesquisa. O reflexo do aumento da produção de trabalhos e os assuntos nele abordados, pode estar relacionado ao fato de no ano de 2006 ter completado dez anos da implantação da primeira reforma intitulada “São Paulo de Cara Nova”, cujo ano de início foi 1996.

No ano seguinte, em 2007, a quantidade de pesquisas quase chega ao dobro, ou seja, totaliza 14 trabalhos que abordaram os seguintes temas de pesquisa: Alteração Curricular (ANGELO; OLIVEIRA; LEME); Progressão Continuada (BIANI; CUNHA, I.; FELIX; ROMANINI); Flexibilização Contratual (ARANHA; SILVA); Precarização do trabalho (PENNA; SANTOS); Identidade: papel do prof. Coordenador (DUARTE) e Mecanismos de resistência adotados pelos trabalhadores docentes (NOTÁRIO). A progressão continuada, importante elemento da Escola de Cara Nova, juntamente com a alteração curricular foi o tema mais destacado nas pesquisas localizadas neste ano.

O ano de 2010 apresenta um número total de 15 trabalhos, o que pode estar atrelado à demanda posta pelas alterações curriculares propostas pela terceira reforma, São Paulo faz escola (SPfe), iniciada em 2007, que promoveu mudanças mais profundas para a educação como um todo. Neste sentido, foram identificados trabalhos que analisaram alguns aspectos relativos às reformas, tais como: avaliações externas (BENDRATH; CASSETARI; CHIRINEA; NALLO e RODRIGUES); progressão continuada (MARGIOTTI; SILVA BRITO) e efeitos da bonificação (ALCÂNTARA).

Os trabalhos que foram defendidos no ano de 2010, vão abordar exatamente as mudanças de modo mais expressivo do que os trabalhos dos anos anteriores, tais como a influência dos organismos internacionais para a educação (CARVALHO; PINHEIRO; VIÇOTI) além do processo de municipalização do ensino (MELLO), a flexibilização contratual (OLIVEIRA) e o papel do diretor na gestão escolar (LANZA).

Já no ano de 2016, que corresponde a vinte anos da implementação das reformas na educação paulista e de três ciclos de medidas educacionais com forte impacto sobre as escolas, o número de pesquisas passa para 21. Os trabalhos selecionados correspondentes a este ano são norteados principalmente por questões relativas às condições de trabalho, e são eles: três trabalhos sobre a precarização (BARRERA; CARVALHO; JARDIM), outros três sobre a flexibilização contratual (BASÍLIO; SANTOS, F.; SANTOS, J.) e plano de carreira (THOMAZINI). Com relação as medidas reformistas implementadas temos: Alterações curriculares (ALVES; RAAB; SOUZA), avaliação externa (FILIPE; PARRO; PERBONI; SILVA; THOMAZ), Escola de tempo integral (TORRES), Sistema Apostilado (BERGO) Gestão

Democrática (ROCHA). Dentre os trabalhos há um destaque para o contexto político, no qual o conceito de gerencialismo e performatividade são questões norteadoras de três trabalhos (LANZA; PARENTE; SOUSA)

Portanto, é possível estabelecer uma relação entre a reforma do Estado, a NGP e a produção das pesquisas, uma vez que os anos com picos de produção, alinham-se aos marcos de ampliação das reformas no Estado.

A seguir, o Quadro 6 relaciona os anos com mais de publicações sobre o Trabalho Docente e os temas de análise predominantes nas pesquisas.

Quadro 6 – Temas predominantemente abordados nas pesquisas

ANO	EIXO	SUB-EIXO DE ANÁLISE	AUTOR	IES
2006	Contexto	Organismo Internacional	ANTONINI	Unesp Araraquara
	Medida reformista	Alteração Curricular	PIOLLI	Unicamp
		Avaliação Externa	SILVA	Unesp Araraquara
		Bonificação	VASCONCELOS	Umesp
		Progressão Continuada	CASADO	Unimep
			JEFFREY	Usp
	Características e natureza do trabalho	Identidade do Professor	SILVA	Unesp Araraquara
		Mecanismo de resistência	REIS	PUC SP
ANO	EIXO	SUB-EIXO DE ANÁLISE	AUTOR	IES

2007	Contexto	Organismo Internacional	MOREIRA	Unimep
	Medidas Reformista	Alteração Curricular	ANGELO	Unimep
			OLIVEIRA	Unimep
			LEME	Unesp Rio Claro
		Progressão Continuada	BIANI	Unicamp
			CUNHA	Usp
			FELIX	Unesp Rio Claro
			ROMANINI	Unesp Araraquara
	Características e natureza do Trabalho Docente	Flexibilização Contratual	ARANHA	Unesp Araraquara
			SILVA	PUC SP
		Precarização	PENNA	PUC SP
			SANTOS	Unesp
		Identidade: papel do prof. coordenador	DUARTE	Unesp Araraquara
		Mecanismo de Resistência	NOTÁRIO	Unesp
ANO	EIXO	SUB-EIXO DE ANÁLISE	AUTOR	IES
	Contexto	Organismo Internacional	CARVALHO	Unesp Araraquara

2010			PINHEIRO		
			VIÇOTI		
		Municipalização	MELLO		
	Medidas Reformistas	Avaliação Externa		BENDRATH	
				CASSETARI	USP
				CHIRINÉA	
				NALLO	
				RODRIGUES	Unesp Araraquara
		Progressão Continuada		MARGIOTTI	
				SILVA	
	Bonificação		ALCÂNTARA		
	Características e Natureza do Trabalho Docente	Flexibilização Contratual		OLIVEIRA	
		Identidade: Papel do diretor		LANZA	
	ANO	EIXO	SUB-EIXO DE ANÁLISE	AUTOR	IES
	Conteúdo	Gerencialismo	LANZA	Unifesp	
			PARENTE	Unesp Pres.	

2016	Medidas Reformistas	e/ou Performatividade		Prudente
			SOUSA	Unifesp
		Alteração Curricular	ALVES	USP
			RAAB	Unimep
			SOUZA	Unifesp
		Avaliação Externa	FILIFE	Unesp Rio Claro
			PARRO	Unesp Marília
			PERBONI	Unesp Pres. Prudente
		Avaliação Externa	SILVA	Unesp Marília
			THOMAZ	Unicamp
			TORRES	Usp
		Escola de tempo integral	BERGO	Ufscar
		Sistema Apostilado	ROCHA	Unesp Rio Claro
	Gestão Democrática	THOMAZINI	Unifesp	
	Plano de carreira			
	Características e Natureza do Trabalho Docente	Flexibilização Contratual	BASÍLIO	Unicamp
			SANTOS, F.	Unesp Araraquara
			SANTOS, J.	Unifesp

		Precarização	BARRERA	USP
			CARVALHO	Unesp Araraquara
			JARDIM	Unicamp

Fonte: Elaborado pelos autores

Ao realizar uma análise comparativa entre as quantidades de trabalhos publicados por ano, é possível verificar um aumento significativo com relação às medidas reformistas, uma vez que no ano de 2006 foram defendidos 5 trabalhos, já no ano seguinte foram 7, em 2010 foram 8 e por fim em 2016 são 12 trabalhos, ou seja, o número de trabalhos foi superior ao dobro considerando os anos com mais pesquisas realizadas.

O mesmo acontece com trabalhos pertencentes aos outros eixos, porém a quantidade de trabalhos é inferior. Quando tratamos o eixo Contexto sócio, político e econômico os anos de 2006 e 2007 apresentaram um trabalho em cada ano, já em 2010, foram publicados 4 trabalhos e por fim em 2016, foram três trabalhos.

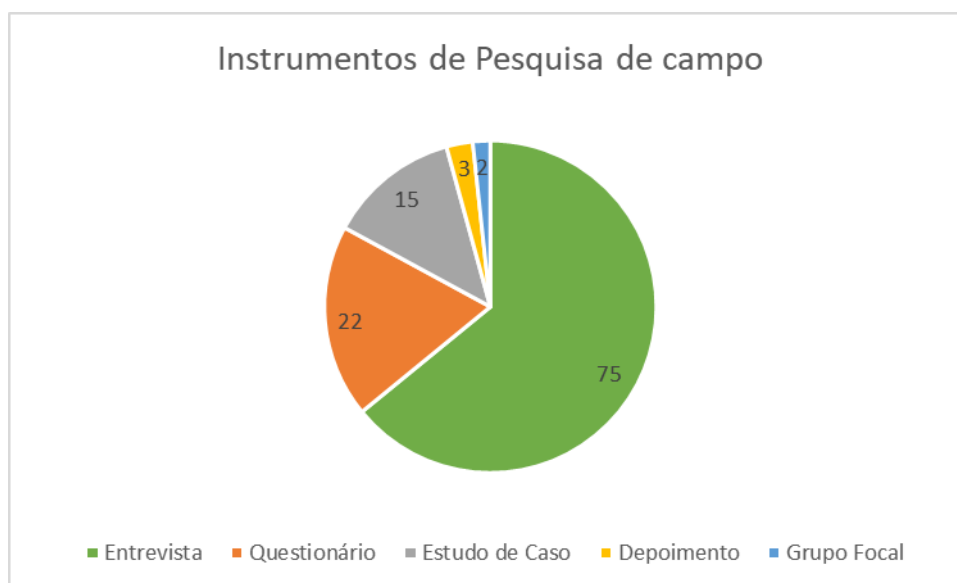
Sobre o eixo Características e Natureza do Trabalho Docente, foi possível observar que os números de trabalhos publicados foram intercalados entre duas pesquisas defendidas em 2006 e 2010, e outras seis pesquisas realizadas em 2007 e 2016.

Além do ano de publicação, etapa da Pós-Graduação e do total de trabalhos distribuídos por IES, outros elementos foram essenciais para a análise dos dados, tais como: as principais abordagens metodológicas adotadas pelas pesquisas, os instrumentos de pesquisa utilizados, os sujeitos participantes de pesquisa, as etapas de ensino abordada nas pesquisas, os principais autores citados e a base teórica utilizada.

Quanto à abordagem metodológica, há um predomínio dentre as teses e dissertações da utilização da abordagem qualitativa que está presente em 128 trabalhos. Foram identificados seis trabalhos de abordagem qualitativa e quantitativa, contudo, nenhuma pesquisa configura-se exclusivamente na abordagem apenas quantitativa. A respeito das abordagens qualitativa e quantitativa (ou mesmo, quali-quantitativa) os dados indicam que os trabalhos foram defendidos nos seguintes anos: 2006, 2009, 2010, 2014, 2016 e 2017, o que pode indicar crescente número de pesquisas nesta perspectiva à medida que se aprofundaram as reformas educacionais.

A produção acadêmica selecionada também indicou uma frequência maior das pesquisas empíricas (95 trabalhos) seguidas pelas bibliográfico-documentais (39 trabalhos). No caso das pesquisas de campo foram identificadas as seguintes formas de obtenção de dados: 75 pesquisas com entrevistas, 15 estudos de caso, 22 questionários, três depoimentos e dois grupos focais:

Figura 3- Tipos de instrumentos utilizados nas pesquisas de campo

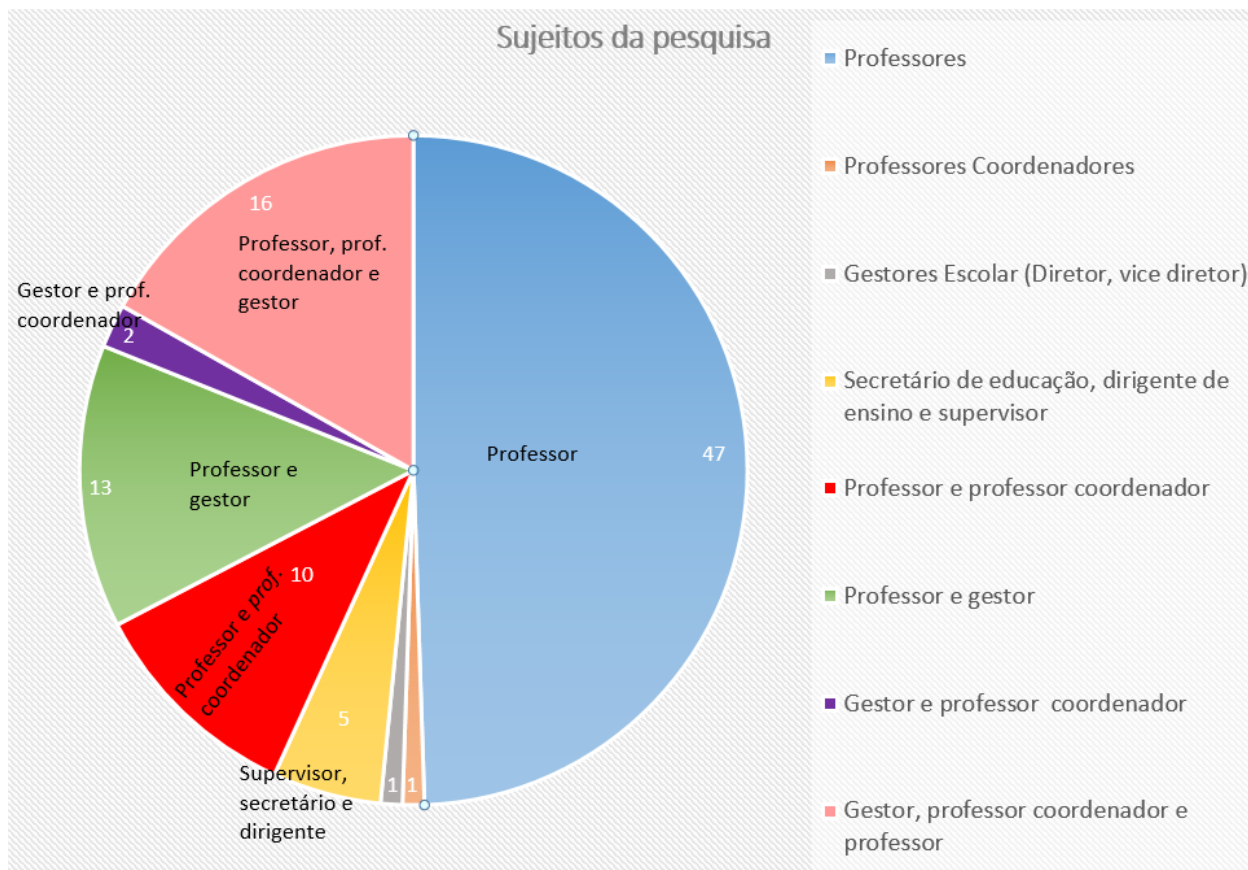


Fonte: Elaborado pelos autores

Partindo destes dados, é possível supor que o alto número de pesquisas empíricas sejam reflexo do impacto das reformas educacionais na sala de aula, ou seja, as medidas educacionais desencadeiam a necessidade em estudar de forma mais aprofundada o espaço escolar, dando voz aos sujeitos que nele estão inseridos.

Já entre os principais sujeitos investigados nas pesquisas destacaram-se os professores (47 pesquisas), como mostrado no gráfico (Figura 4):

Figura 4 - Sujeitos participantes da pesquisa



Fonte: Elaborado pelos autores.

Cabe destacar, porém, que os professores são sujeitos em 47 trabalhos quando contabilizados apenas aqueles que focaram em uma única categoria de trabalhador docente (professor, professor coordenador, entre outros). Entretanto, os professores aparecem como sujeitos em 86 trabalhos quando contabilizados outros sujeitos de pesquisa com os quais foram pesquisados, tais como: professor e coordenador (10 pesquisas), professor e gestor (13 pesquisas) e/ou equipe pedagógica: professor, professor coordenador e gestor (16 pesquisas).

O mesmo ocorre com os professores coordenadores, pois apenas uma pesquisa empírica focou a investigação exclusivamente neste sujeito. Entretanto, ao combinar os sujeitos pesquisados o resultado é de 29 pesquisas. E os gestores por sua vez, quando combinado aos demais sujeitos participantes, abarcam 32 pesquisas. Contudo, não foi selecionada nenhuma pesquisa empírica que tenha pesquisado apenas os gestores.

As pesquisas empíricas compõem um total de 95 trabalhos, deste montante, 41 pesquisas tiveram dois ou mais categorias de sujeitos pesquisadas e outras 54 pesquisas focaram em apenas uma categoria de sujeito, sendo o professor, o foco mais estudado

(47 trabalhos). Desta forma observou-se que o trabalho desenvolvido na sala de aula pelos trabalhadores docente é o foco principal de análise das pesquisas realizadas.

Além de nos atentarmos ao tipo de pesquisa realizada, também procuramos categorizar os trabalhos em dois grandes grupos, apropriando-se do percurso metodológico utilizado por Mancebo (2007), no qual a autora descreve que as pesquisas podem ser englobadas numa “dupla entrada teórico-metodológica”, uma que se preocupa em valorizar a perspectiva macro, partindo de um viés globalizado do capitalismo, seus desmandos, medidas de controle e movimentos de resistência e, outra de escala micro, correspondendo aos estudos que se prestam a enxergar a realidade local e sua história institucional, tendo como uma de suas características a riqueza de detalhes analítica.

Mancebo (2007) faz um alerta que tanto as pesquisas que tomam um sentido macro, como as que partem para a visão micro, possuem ressalvas. A primeira, pelo fato de privilegiar o contexto, pode acabar anulando o próprio sujeito de pesquisa, o trabalhador docente e sua luta de resistência. A outra visão, por sua vez, por ser mais fragmentada e particular pode deixar a conjuntura de lado e não estabelecer uma contextualização necessária.

Partindo desta categorização realizada por Mancebo (2007) podemos afirmar que 95 pesquisas são direcionadas para a entrada teórico-metodológica micro. Este número representa aproximadamente 71% do total e este universo contempla o foco nas entrevistas, questionários e estudos de caso (observação da realidade), as denominadas pesquisas empíricas. A abordagem metodológica de caráter bibliográfico-documental totaliza 39 trabalhos, abrangendo 29% do conjunto de pesquisas, o que indica um número reduzido de estudos que tem como foco a revisão bibliográfica.

Um dos objetivos desta pesquisa foi identificar a etapa e a modalidade de ensino abordado nas teses e dissertações. Assim foi possível identificar por meio da leitura inicial das pesquisas selecionadas o que consta no quadro:

Quadro 7 - Total de trabalhos por Etapa de Ensino

Etapa de Ensino	Total de Trabalhos por Etapa de Ensino
Ensino Fundamental I	17
Ensino Fundamental II	9
Ensino Médio	9
Ensino Fundamental I e II	19
Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio	23
Ensino Fundamental II e Ensino Médio	18
Total de Trabalhos	95

Fonte: Elaborado pelos autores.

Algumas teses e dissertações, especificamente pesquisas de tipo bibliográfico-documental (39) não foram incluídas no quadro 5, já que não direcionaram o foco para as etapas nas quais o docente atua, analisando questões mais amplas e relacionadas às políticas educacionais de maneira geral, como por exemplo: “Políticas de bonificação e indicadores de qualidade: mecanismos de controle nas escolas estaduais paulistas” (ALCANTARA, 2010); “Os salários dos professores brasileiros: implicações para o Trabalho Docente” (BARBOSA, 2011) e “Profissionalização docente e subordinação do trabalho educativo à lógica flexível da produção capitalista” (CARVALHO, 2016).

Ao atentarmos para as etapas de ensino podemos reuni-las de acordo a seus respectivos autores:

Quadro 8 - Trabalhos selecionados por Etapa de Ensino

Trabalhos selecionados por Etapa de Ensino		
ETAPA	AUTOR	ANO
FUNDAMENTAL I	1. ALMEIDA	2014
	2. AQUINO	2009
	3. BIANI	2007
	4. BLASIS	2011
	5. BUORO	2013
	6. CUNHA	2007
	7. MARQUES	2014

FUNDAMENTAL I	8.	MARTINS	2015
	9.	MAZZINI	2017
	10.	PEDRINHO	2013
	11.	PENNA	2007
	12.	RIGOLON	2013
	13.	RODRIGUES	2010
	14.	ROMANINI	2007
	15.	RUBINI	2017
	16.	SANTOS	2017
	17.	SILVA	2013
FUNDAMENTAL II	1.	CHIRINÉA	2010
	2.	FELIX	2007
	3.	FILGUEIRA	2017
	4.	FREITAS	2011
	5.	OLIVEIRA	2012
	6.	PEREZ	2009
	7.	POLATO	2014
	8.	SALVADOR	2017
	9.	SILVA	2006
ENSINO MÉDIO	1.	ARAÚJO	2015
	2.	BRAZOROTTO	2014
	3.	CUNHA	2005
	4.	GREVE	2017
	5.	LANZA	2006
	6.	PIOLLI	2006
	7.	PIUNTI	2015
	8.	THOMAZ	2006
FUNDAMENTAL I E FUNDAMENTAL	1.	ALVES	2016
	2.	CAIN	2009
	3.	CARAVINA	2009
	4.	DALRI	2013
	5.	FREITAS	2014

II FUNDAMENTAL I E FUNDAMENTAL II	6.	JEFFREY	2006	
	7.	MARGIOTTI	2010	
	8.	MIGUEL	2015	
	9.	REIS	2006	
	10.	ROCHA	2016	
	11.	SCHIMONEK	2012	
	12.	SILVA	2012	
	13.	SILVA	2015	
	14.	SOUZA	2016	
	15.	THOMAZINI	2016	
	16.	TORRES	2016	
	17.	VASCONCELOS	2006	
	18.	VIÇOTI	2010	
	FUNDAMENTAL I FUNDAMENTAL II E ENSINO MÉDIO	1.	BASÍLIO	2016
		2.	BENDRATH	2010
		3.	BERGO	2016
		4.	DUARTE	2007
		5.	FOSSALUZZA	2017
6.		FRANCISCO	2010	
7.		HIDAKA	2012	
8.		HOJAS	2017	
9.		JARDIM	2016	
10.		LEITE	2011	
11.		LIMA	2015	
12.		MARTINS	2000	
13.		NALLO	2010	
14.		NOGUEIRA	2015	
15.		NUNES	2005	
16.		OLIVEIRA, B.	2017	
17.		OLIVEIRA	2010	
18.		PARRO	2016	
19.		SILVA	2016	
20.		SILVA	2017	

FUNDAMENTAL I FUNDAMENTAL II E ENSINO MÉDIO	21.	SOUSA	2016
	22.	SOUZA	1999
	23.	VILELA	2006
FUNDAMENTAL II E ENSINO MÉDIO	1.	ARANHA	2007
	2.	COLOMBO	2015
	3.	FERNANDES	2008
	4.	FERREIRA	2009
	5.	JESUS	2014
	6.	LANZA	2010
	7.	LEME	2007
	8.	LENNERT	2009
	9.	MATTOS	2002
	10.	MERGUEDICTHIAN	2012
	11.	NOTÁRIO	2007
	12.	NUNES	2014
	13.	OLIVEIRA	2007
	14.	RAAB	2016
	15.	REZENDE	2017
16.	SANTOS, F.	2016	
17.	SILVA	2007	

Fonte: Elaborado pelos autores

Outros dados importantes localizados nas pesquisas foram os principais autores citados e a base teórica adotada pelos pesquisadores. Com o objetivo de sistematizar tais dados de caráter objetivo acerca das teses e dissertações selecionadas, elaboramos o Quadro 9 contendo informações sobre a base teórica definida que fundamenta os estudos e cuja identificação foi explicitamente apresentada pelos autores das pesquisas:

Quadro 9- Base teórica das pesquisas selecionadas

IES	Autor da Pesquisa	Base Teórica
PUC CAMPINAS	COLOMBO (2015)	-
	ALMEIDA (2014)	Materialismo Histórico Dialético
	BUORO (2013)	-
	DARLI (2013)	-
	GREVE (2017)	
	OLIVEIRA JR. (2013)	-
PUC SP	MERGUEDICTHIAN (2012)	Weber (2008)
	MIRISOLA (2012)	Weber
	FRANCISCO (2010)	Teoria Crítica da Sociedade (Adorno, Horkheimer e Marcuse)
	LEITE (2011)	Materialismo Histórico Dialético
	BLASIS (2011)	Teoria Crítica
	SILVA (2007)	-
	NUNES(2005)	Pedagogia Histórico Crítica – Paulo Freire
	OLIVEIRA, J.(2017)	Teoria Crítica
	OLIVEIRA (2010)	-
	PENNA (2007)	Pierre Bourdieu
	ALCANTARA (2010)	-
	REIS (2006)	-
	FREITAS (2011)	-
IES	Autor da Pesquisa	Base Teórica
UFSCAR	MELLO (2010)	Weber
	NOGUEIRA (2015)	Materialismo Histórico Dialético
	PIUNTI (2015)	-
	BERGO (2016)	Materialismo Histórico Dialético
	MARTINS (2015)	-

	BRITO (2013)	-
UMESP	NOTÁRIO (2007)	Materialismo Histórico Dialético
	VASCONCELOS (2006)	-
	PINHEIRO (2010)	-
	SANTOS (2007)	Escola de Frankfurt e teoria marxista
IES	Autor da Pesquisa	Base Teórica
UNESP ARARAQUARA	BARBOSA (2011)	-
	SILVA (2006)	-
	SANTOS, F. (2016)	
	SILVA (2006)	
	RODRIGUES (2010)	
	FOSSALUZZA (2017)	Materialismo Histórico Dialético Marx
	SALVADOR (2009)	-
	SILVA (2010)	-
	AQUINO (2009)	-
	FERNANDES (2004)	-
	FERNANDES (2008)	-
	ROMANINI (2007)	-
	DUARTE (2007)	-
	CARVALHO (2016)	Materialismo Histórico Dialético
	CARVALHO (2010)	Materialismo Histórico Dialético
ANTONINI (2006)	-	
ARANHA (2007)	-	
IES	Autor da Pesquisa	Base Teórica
UNESP MARÍLIA	PARRO (2016)	-
	GIAVARA (2012)	-
	CHIRINÉA (2010)	-
	MOURA (2013)	-
	FURTADO (2005)	-
	LANZA (2010)	-
	SILVA (2016)	-
	MAZZINI (2017)	Materialismo Histórico Dialético
	CUNHA (2005)	Materialismo Histórico Dialético
	HIDAKA (2012)	Materialismo Histórico Dialético

	HOJAS (2017)	-
UNESP PRESIDENTE PRUDENTE	SILVA (2012)	-
	OLIVEIRA (2012)	Materialismo Histórico Dialético
	SILVA (2013)	Nobert Elias
	BENDRATH (2010)	-
	PERBONI (2016)	-
	JESUS (2014)	-
	PARENTE (2016)	-
	RUBINI (2017)	-
	CARAVINA (2009)	-
	NALLO (2010)	-
	SILVA (2015)	-
	SANTOS (2017)	-
UNESP RIO CLARO	CAIN (2009)	-
	POLATO (2014)	-
	OLIVEIRA, B. (2017)	Materialismo Histórico Dialético
	SCHIMONEK (2012)	-
	FILIPE (2016)	-
	ROCHA (2016)	Materialismo Histórico Dialético
	MIGUEL (2015)	-
	FELIX (2007)	-
	MARQUES (2014)	Pedagogia Histórico Crítica
	BASÍLIO (2015)	Pedagogia Histórico Crítica
	LEME (2007)	-
UNICAMP	MARGIOTTI (2010)	-
	RODRIGUES (2017)	Materialismo Histórico Dialético
	LENNERT (2009)	Nobert Elias e Pierre Bourdieu
	SOUZA (1999)	-
	REGALO (2013)	-
	IGNÁCIO (2014)	-
	RIBEIRO (2008)	-
	PIOLLI (2006)	-
	SILVA (2013)	Materialismo Histórico Dialético
	BASÍLIO (2016)	-
	JARDIM (2016)	-
	VILELA (2002)	-
PEDRINHO (2013)	-	
FERREIRA (2009)	-	
VIÇOTI (2010)	-	

	MARTINS (2000)	-
	LIMA (2015)	Materialismo Histórico Dialético
	PEREZ (2009)	-
	BIANI (2007)	Pierre Bourdieu
	RIGOLON (2013)	Nobert Elias
	THOMAZ (2016)	-
IES	Autor da Pesquisa	Base Teórica
UNIFESP	ARAUJO (2015)	François Dubet e Antonio Candido
	ZATTI (2017)	Teoria Crítica
		Marcuse
	SOUSA (2016)	-
	SANTOS, J. (2016)	Robert Castel
	THOMAZINI (2016)	Materialismo Histórico Dialético
	REZENDE (2017)	-
	LANZA (2016)	-
	SOUZA (2016)	-
	SILVA (2017)	Pierre Bourdieu
	FILGUEIRA (2017)	
UNIMEP	CONTIERO (2009)	Bourdieu
	BRAZOROTTO (2014)	
	FONTANA (2008)	Max Weber; Hobbes
	OLIVEIRA (2007)	
	FERIN (2015)	
	MOREIRA (2007)	Max Weber
	ANGELO (2007)	Max Weber
	CASADO (2006)	Max Weber
	MATTOS (2012)	
	RAAB (2016)	Materialismo Histórico Dialético
USP	BORN (2015)	-
	ALVES (2016)	-
	CATINI (2008)	Teoria Marxiana
	JEFFREY (2006)	Agnes Heller, Antonio Gramsci e Karel Kosik
	CUNHA (2007)	-
	CASSETTARI (2010)	-
	FREITAS (2014)	-
	FERRARESI (2015)	
	NUNES (2014)	-
	CHAPPAZ (2015)	-
	GONÇALVES (2012)	Hannah Arendt e José Mario Pires

		Azanha
	BARRERA (2016)	Max Weber e Foucault
	TORRES (2016)	-

Fonte: Elaborado pelos autores

(-) base teórica não indicada.

Com relação a base teórica mais utilizada nas teses e dissertações é possível reconhecer o Materialismo Histórico Dialético que foi apresentado explicitamente em 19 teses e dissertações. A respeito do quadro anterior podemos afirmar que apenas 46 pesquisas (34%) apresentam a base teórica explícita no resumo, por exemplo, Materialismo Histórico Dialético, tal dado é seguido pela indicação do paradigma Weberiano presente em 8 teses e dissertações (17%), da Teoria Crítica e seus representantes – Adorno, Horkheimer e Marcuse (5 pesquisas, 11%), da perspectiva sociológica de Pierre Bourdieu (11%), dos estudos de Norbert Elias (4%) e de François Dubet (2%), que denota a preocupação em especificar o Trabalho Docente e suas relações diante da sociedade capitalista.

A respeito dos autores mais citados por tese e dissertação, encontrou-se os dados sistematizados no quadro a seguir:

Quadro 10 - Principais autores citados

IES	Autor da Pesquisa	Principais autores citados
PUC CAMPINAS	COLOMBO (2015)	Afonso Sobrinho Freitas
	ALMEIDA (2014)	Scalcon (2002); Domingues (2009); Silva (2012)
	BUORO (2013)	Freitas e Arcas (2009)
	DARLI (2013)	Dewey Cavaliere (2010); Bomeny (2009),
	GREVE (2017)	Afonso; Saul (2001); Freitas (2002); Luckesi
	OLIVEIRA JR. (2013)	Chiste (2009); Clemente (2011)
PUC SP	MERGUEDIC THIAN (2012)	Weber (2008); Ball(2002); Blau(1964); Chanlat (1995)
	MIRISOLA (2012)	Barroso, Candau, Marin; Vinão Frago, Huberman

	FRANCISCO (2010)	Bourdieu- Passeron (1975); Baudelot-Estabet(1977)
	LEITE (2011)	Gatti (2005); Chizzotti (2010), Veiga (1995)
	BLASIS (2011)	Marcuse (1982 /1999); Horkheimer; Adorno (1985)
	SILVA (2007)	Cavaco (1999); Vêras (2002); Nóvoa (1995)
	NUNES (2005)	Giroux Mészáros Chizzotti
	OLIVEIRA, J. (2017)	Horkheimer; Marcuse
	OLIVEIRA (2010)	Sacristán (1999), Humerman (2005); Vorraber (1995)
	PENNA (2007)	Pierre Bourdieu Goffman (1999)
	ALCANTARA (2010)	Apple (1995,1999,2001); Cohn (1991); Gentili (1991)
	REIS (2006)	Claudia Vianna; Leôncio Martins Rodrigues, Jean Lojkine e Marcelo Ridente.
	FREITAS, T. (2011)	Contreras (2002); Dubar (1997); Tardif Raymond (2000)
IES	Autor da Pesquisa	Principais autores citados
UFSCAR	MELLO (2010)	Max Weber
	NOGUEIRA (2015)	Vigotski Freitas; Barriga; Luckesi; Esteban e Patto
	PIUNTI (2015)	Marcelo (2009); Zanchet (2003); Krawchzyk (2011)
	BERGO (2016)	Frigotto (1989); Sanfelice (2005); Saviani (2008)
	MARTINS (2015)	Triviños (2011); Afonso (2009); Barreto; Pinto (2001)
	BRITO (2013)	Quillici Neto (2009); Tardif; Lessard

		(2005/2011); Enguita (1991) Frigotto (2007/2010) Pimenta (2011)
UMESP	NOTÁRIO (2007)	Antunes (2001); Dobbeck (2003); Mészáros (2002); Viriato (2001)
	VASCONCELOS (2006)	Foucault (2001); Brandão (1989) Lyra (1995)
	PINHEIRO (2010)	Melo (2003); Saviani
	SANTOS (2007)	Foucault, Hockeimer, Marx, Santos Filho
IES	Autor da Pesquisa	Principais autores citados
UNESP ARARAQUARA	BARBOSA (2011)	Enguita (1991) Oliveira; Gatti; Apple (1995)
	SILVA (2006)	Esteve (1995, 1999) Nóvoa (1991); Viana (1999); Mogone (2001)
	SANTOS, F. (2016)	Oliveira; Enguita (1991) Gatti
	SILVA (2006)	Dias Sobrinho (2003)
	RODRIGUES (2010)	Ball; Oliveira
	FOSSALUZZA (2017)	
	SALVADOR (2009)	Freitas (2003); Arcas (2003)
	SILVA (2010)	Freitas (2009); Garita (1999); Poli, Quagliato, Silva (2003)
	AQUINO (2009)	Sampaio e Marin, (2004), Torres (1996); Kuenzer, (1999); Esteve (1991)
	FERNANDES (2004)	Sacristán (1999); Oliveira (2003); Esteve (1995)
	FERNANDES (2008)	Barroso (2004; 2006) Giroux (1997); Placco (2002/2004); Clementi (2001)
	ROMANINI (2007)	Perrenoud (1997, 2004); Silva e Davis (1993); Souza (2002)
	DUARTE (2007)	Bóron (2000); Dias da Silva e Fernandes (2006); Oliveira (2004)
	CARVALHO (2016)	Antunes (2009); Delors (1998); Meszáros (2006)
CARVALHO (2010)	Duarte (1998); Meszáros (2002); Saviani (2000)	
ANTONINI	Kruppa (2000); Coraggio (1996);	

	(2006)	Torres(1996)
	ARANHA (2007)	Hypolito (1999); Esteve(1991); Lourencetti (2004)
IES	Autor da Pesquisa	Principais autores citados
UNESP MARÍLIA	PARRO (2016)	Alves (2001); Silva Jr. e Ferretti (2004); Garcia (2010)
	GIAVARA (2012)	Perrenoud (1989); Forquin (1993); Vicent (1980)
	CHIRINÉA (2010)	Afonso (2001); Delors (2001); Fernandes (2007)
	MOURA (2013)	Antunes (1997/2003); Barreto/ Leher (2003); Cação (2007)
	FURTADO (2005)	Dal Ri (2004); Fonseca; Gentilli (1995)
	LANZA (2010)	Vietez e Dal Ri (2009)
	SILVA (2016)	Dias Sobrinho (2002); Luckesi (1998); Werle (2010); Paro (2011)
	MAZZINI (2017)	. Antunes(2015); Alves (2013)
	CUNHA (2005)	Gramisci; Frigotto
	HIDAKA (2012)	Boito Jr. (1973) Kruppa (1994); Alves (1987); Vianna (1996)
	HOJAS (2017)	Esteve (1998); Oliveira (1998); Ball
UNESP PRESIDENTE PRUDENTE	SILVA (2012)	Romanelli (1990); Gatti (2005); Bardin (1977)
	OLIVEIRA (2012)	Saviani (2010); Apple (2006); Souza (2006); Heller (2004)
	SILVA (2013)	Alves (1981); Adrião(2009); Militão (2011);
	BENDRATH (2010)	Rolin (2008)
	PERBONI (2016)	Afonso (1999/2001/2009); Krawczk e Viera (2003)
	JESUS (2014)	Freitas (2005); Oliveira(2006); Werle(2010)
	PARENTE (2016)	Teixeira(2005); Fonseca (2009); Fernandes(2010)
	RUBINI (2017)	Freitas (2012)
	CARAVINA (2009)	Almeida (1999;2002; 2004); Rogério (2008)
	NALLO (2010)	Bonamino e Franco (1999); Tedesco (1998);
	SILVA (2015)	Gadotti (1999); Oliveira (2004); Barretxto e Mitrulis (1999)
	SANTOS	Afonso (2009); Bonaminio (2012);

	(2017)	Freitas(2004)
UNESP RIO CLARO	CAIN (2009)	Peroni (2003;2006); Adrião (2007); Dourado e Bueno (2001)
	POLATO (2014)	Ball(2005); Freitas (2004); Hypolito (2010)
	OLIVEIRA, B. (2017)	Garcia e Anadon (2009); Dellors (2006); Oliveira(2004;2007)
	SCHIMONEK (2012)	Ball (2005); Gentili (1996); Azevedo (2004)
	FILIPE (2016)	Gentili(1996);Souza e Oliveira (2003); Bondioli (2004)
	ROCHA (2016)	Shiroma e Campos (1997); Kosik (2002); Oliveira (2006)
	MIGUEL (2015)	Arroyo (2012); Arendt(2009)
	FELIX (2007)	Freitas(2003); Sampaio e Marin(2004); Bertagna (2003)
	MARQUES (2014)	Giroux(1983); Apple (1982); Gimeno (2000)
	BASÍLIO (2015)	Marx (1985); Saviani(2005); Shiroma (2007)
	LEME (2007)	Paro (1997); Oliveira (1997)
	MARGIOTTI (2010)	Dias(2000); Bertagna (2003); Peroni (2003)
RODRIGUES (2017)	Facci (2004); Tumulo e Fontana(2008)	
UNICAMP	LENNERT (2009)	Fausto (2007); Pochmann(2002/2008); Elias(1980); Brandão (2003)
	SOUZA (1999)	Enguita (1991); Gouveia(1989); Nóvoa (1992)
	REGALO (2013)	Ball (2005); Saviani (2002); Guidini e Martins (2009), Mézaros
	IGNÁCIO (2014)	Costa (2010); Faria Filho e Vidal (2000); Backheuser (1933)
	RIBEIRO (2008)	Anderson (1996); Freitas (2002); Enguita (1994)
	PIOLLI (2006)	Popkewitz (1994); Enguita (1991)
	SILVA (2013)	Marx (1847); Lenin (1899); Dieese (1997); Gomes(2009)
	BASÍLIO (2016)	Oliveira (2004); Marin (2004); Freitas (2002)
	JARDIM (2016)	Hypolito (2008); Triviños(1987); Duarte(2004)
	VILELA (2002)	Saviani, Gentili e Luckesi
PEDRINHO	Ball (2005); Freitas (2003)	

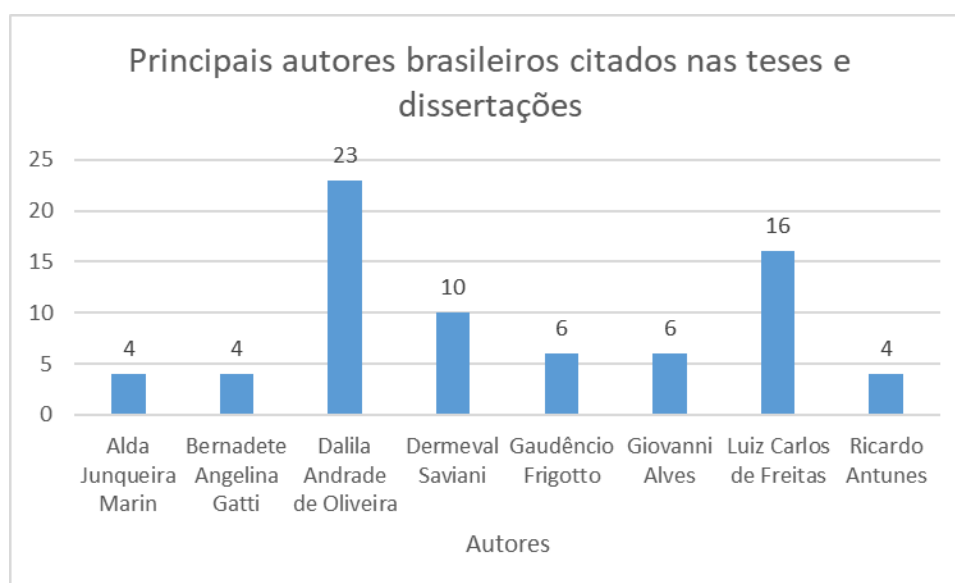
	(2013)	
	FERREIRA (2009)	Delors(2001); Candau (2000); Saviani (1989)
	VIÇOTI (2010)	Oliveira (2002); Zanardini (2006); Bruno (2003)
	MARTINS (2000)	Saviani(1996) Werebe (1994)
	LIMA (2015)	Lukacs (2010); Bakthin (2009)
	PEREZ (2009)	Frigotto (2000); Gentili (2001); Enguita (1989)
	BIANI (2007)	Almeida Jr. (1956); Barreto e Mitrulís (2002); Julia (2001)
	RIGOLON (2013)	Frigotto (2001); Ferraro (2009); Mortatti (2006); Colello (2007)
	THOMAZ (2016)	Lopes (2004) Paulo Freire; Ball;
IES	Autor da Pesquisa	Principais autores citados
UNIFESP	ARAUJO (2015)	Domingues, Toschi e Oliveira (2000)
	ZATTI (2017)	Castel; Brooke (2006)
	SOUSA (2016)	Ball (2002); Dia (2008); Hobsbawn (2003)
	SANTOS, J. (2016)	Castel (2012); Supiot (1996)
	THOMAZINI (2016)	Alves, Pinto (2011); Monlevade (2000); Brito(2012)
	REZENDE (2017)	Oliveira e Assunção (2010; Saquet (2015); Contreras (2012); Giroux (1997)
	LANZA (2016)	Dal Ri (2015); Contreras; Paro; Giroux(1997)
	SOUZA (2016)	Gentili (1996); Vinão Frago (2006); Sacristán (1999)
	SILVA (2017)	Apple (1986); Hypólito (1991); Basílio (2015)
	FILGUEIRA (2017)	Apple (1991); Contreras (2012); Oliveira (2004)
UNIMEP	CONTIERO (2009)	Tardif (1999); Jacomini e Camargo (2009); Martins (2009)
	BRAZOROTTO (2014)	Souza (2007); Oliveira (2004); Barbosa (2012)
	FONTANA (2008)	Costa (1995)
	OLIVEIRA (2007)	Shaff (1990); Lollini (1991)
	FERIN (2015)	Giavara e Ball (2012); Torres; Corraggio;

		Frigotto
	MOREIRA (2007)	Abramo (1988); Oliveira (2001); Bobbio (1998)
	ANGELO (2007)	Weber (1991); Bobbio; Gandini; Hobbes
	CASADO (2006)	Almeida Jr.; Rosa Fátima de Souza
	MATTOS (2012)	Oliveira (2004); Shiroma (2007); Fernandes (2010)
	RAAB (2016)	Nosella (2005); Saviani (2012)
USP	BORN (2015)	Freitas (2007); Santos (2013); Sousa e Oliveira (2010)
	ALVES (2016)	Tardif (2014); Oliveira (2007)
	CATINI (2008)	Cunha (1980); Apple (1987)
	JEFFREY (2006)	Enguita (2001); Mello (1992); Kosik
	CUNHA (2007)	Sousa e Barreto (2004); Ambrosetti (1990); Andrade (1992)
	CASSETTARI (2010)	Apple (1995); Stronge, Gareis e Little (2006)
	FREITAS (2014)	Oliveira e Sousa (2007); Alves (2009); Brooke (2011)
	FERRARESI (2015)	Bonamigo (2010)
	NUNES (2014)	Fonseca (2009); Peroni (2003); Sousa (2003)
	CHAPPAZ (2015)	Afonso (2000); Freitas (2011); Pestana (2013)
	GONÇALVES (2012)	Hannah Arent; Azanha; Delors (2006)
	BARRERA (2016)	Max Weber; Elias; Nóvoa
	TORRES (2016)	Anderson (2005); Frago (1996); Gallego (2008)

Fonte: Elaborado pelos autores

O quadro (10) indica os autores mais citados em cada tese e dissertação selecionada, contudo no sentido organizar os principais autores que fundamentaram as pesquisas, organizamos os Gráficos (Figuras 5 e 6). Primeiramente, o Gráfico 5 aponta os principais autores brasileiros citados:

Figura 5- Principais autores brasileiros citados nas teses e dissertações



Fonte: Elaborado pelos autores

A autora brasileira mais citada nas pesquisas analisadas é Dalila de Andrade Oliveira, um dos mais importantes nomes na área de política educacional do país. Possui vários artigos publicados em livros e periódicos, sendo referência nos estudos sobre o Trabalho Docente. Atualmente, é professora titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais na área de Políticas Públicas e Educação, com ênfase em gestão escolar e Trabalho Docente na América Latina. Além disso, está entre os maiores pesquisadores da sua área de atuação (PQ 1A do CNPq e coordenadora do CA-Ed/CNPq). As citações desta pesquisadora apareceram em 23 pesquisas.

Já em relação aos autores estrangeiros tivemos a seguinte situação:

Figura 6 - Principais autores estrangeiros citados nas teses e dissertações



Fonte: Elaborado pelos autores

É possível notar uma dispersão entre os autores estrangeiros, uma vez que, há a indicação de vários nomes importantes, porém, diferentemente do caso nacional, não houve um autor de maior destaque em relação aos demais, e sim um grupo citado de maneira mais expressiva. Os autores estrangeiros mais citados são consecutivamente Stephen Ball (10), Mariano Enguita (9) e Michael Apple (8), nomes estes de grande referência para compreender o Trabalho Docente no âmbito das transformações políticas e sociais, as quais repercutem também em outros estudos de autores brasileiros.

Podemos concluir, portanto, que uma linha muito coerente perpassa as pesquisas que se apoiam no discurso teórico dos principais autores citados, como Ball, Enguita e Apple, os quais vão promover uma reflexão potente sobre o gerencialismo e a performatividade, e suas implicações ao Trabalho Docente. Tais autores contribuem para a compreensão entre os mecanismos impostos na cultura escolar e seus reflexos nas situações de redução da autonomia, de intensificação do trabalho e de flexibilização contratual, que por sua vez acarreta um processo de descaracterização das condições de trabalho e identidade da categoria.

Ao sistematizar a lógica que acompanha o Trabalho Docente, os autores Ball, Enguita e Apple, juntos, fundam novas perspectivas de compreensão sobre o objeto de estudo em questão, e portanto, suas pesquisas realizadas em outras partes do mundo vão nortear nos últimos anos as pesquisas realizadas no Estado de São Paulo sobre Trabalho Docente.

Após a leitura, foi construído um quadro com os dados a partir dos eixos de análise mencionados anteriormente (Apêndices 2 e 3). Os eixos foram organizados em sub eixos que a eles estavam diretamente relacionados.

Por meio dos eixos e sub eixos de análise foi possível detectar um fio condutor entre as produções acadêmicas até então investigadas, sendo possível quantificar alguns dos dados obtidos.

Para demonstrar os eixos e sub eixos de análise, elaboramos o quadro abaixo com o número de descritores que estão presentes nos trabalhos selecionados:

Quadro 11- Eixos e sub de análise a partir da recorrência de palavras-chave

Eixo de Análise	Sub Eixos de Análise	Total
Contexto sócio, político e econômico abordado pelas pesquisas	Capitalismo	128
	Organismos Internacionais	120
	Neoliberalismo	112
	Gerencialismo	82
	Performatividade	39
	Nova Gestão Pública (NGP)	8
Características e Natureza do Trabalho Docente	Precarização	112
	Flexibilização	105
	Intensificação	102
	Proletarização	53
Medidas Reformistas	Regulação	106
	Bonificação	94

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tomando por base a frequência com que tais descritores de análise são indicados nos trabalhos estudados, foi possível estabelecer relações entre os dados das pesquisas e as leituras que fundamentam o contexto teórico, tendo o Trabalho Docente como foco dos estudos, entretanto permeado pela conjuntura que é imposta na lógica de organização do trabalho.

Inicia-se a análise por eixo, no qual destacamos os pontos mais relevantes que as teses e dissertações indicam, fundamentando-se a análise pelo suporte teórico mencionado nos capítulos anteriores.

- **Contexto político e econômico abordado pelas pesquisas**

A partir da leitura dos trabalhos e levantamento dos temas e dos descritores ou seja, termos conceituais recorrentes nas pesquisas selecionadas, foi desenvolvido o quadro anterior que foi organizado em eixos e sub eixos de análise. Em seguida, partimos para a análise do objeto estudado – Trabalho Docente- quanto à contextualização sócio, política e econômica. Tal eixo refere-se às questões conjunturais que as teses e dissertações abordaram com maior destaque, uma vez que, alguns aspectos de cunho político, social e econômico são o alicerce em que estão pautadas as reformas educacionais e que vão promover implicações diretas no cotidiano escolar.

Selecionamos as seguintes palavras-chave, que são categorizados como sub eixo de análise, para compor o eixo Contexto político e econômico abordado pelas pesquisas, são eles: Capitalismo, Neoliberalismo, Organismos Internacionais, Gerencialismo, Performatividade e Nova Gestão Pública (NGP).

Desta forma, encontramos em 128 pesquisas o conceito do **Capitalismo**, termo de análise mais presente nas produções acadêmicas estudadas, o que nos leva a refletir sobre o avanço das pesquisas que consideram o espaço escolar imerso nas regras do capital, como já mencionado há mais de duas décadas por Hypólito (1991, p.10) que:

O processo de trabalho escolar está sendo penetrado por uma lógica capitalista e o modelo de organização vigente tende, mesmo que com novas conformações, a ser generalizável e dominante em nossa sociedade. (HYPÓLITO, 1991, p.10)

Com relação às pesquisas empíricas e bibliográficas-documentais, em nenhum dos casos o capitalismo foi o foco temático predominante, entretanto o termo foi o mais recorrente para refletir o contexto atual do Trabalho Docente. Portanto, a lógica de preservar a contradição, imposta pelo capitalismo, repercute na precarização do Trabalho Docente (ANTUNES, 1999; GENTILI, 2003; DUARTE, 2011).

O termo **Neoliberalismo** é citado em 112 teses e dissertações, o que reforça o enfoque contextual a que as pesquisas sobre Trabalho Docente têm se reportado. O neoliberalismo está atrelado a palavra-chave capitalismo, uma vez que, o neoliberalismo

é a “nova roupagem” do capitalismo, o qual visa o enxugamento da máquina estatal, redução da atuação no setor social e a política de privatização de bens e serviços (CURY, 2002).

O neoliberalismo na educação vai direcionar os moldes de ensino à serviço do mercado, isto é, o discurso empresarial que dará às ordens, vinculando a qualidade à produtividade, eficiência, eficácia, além da responsabilização individual pelo sucesso ou fracasso dos resultados escolares (OLIVEIRA, 2004; VIERA, 2004; CORRÊA, 2010).

As pesquisas que abordaram com mais ênfase o neoliberalismo para desdobrar suas inquietações sobre o objeto de estudo foram de caráter bibliográfico-documental e são elas: OLIVEIRA, J, 2017; Carvalho, 2010a; Furtado, 2005; Regalo, 2013;

As citações aos **Organismos Internacionais** estão presentes em 120 pesquisas, das quais a principal referência é feita ao Banco Mundial. Como indicado por Torres (2000), há uma influência direta do BM por meio de orientações e ações voltadas à educação básica dos países em desenvolvimento, como o caso brasileiro. Desta forma, é adotado uma lógica que aloca o docente como um insumo, defendendo a ideia de que o trabalho desempenhado pelo docente não está relacionado diretamente ao rendimento escolar e, portanto, não precisa de melhores condições para que sua atuação se efetive.

As pesquisas bibliográficas-documentais que trataram como tema os organismos internacionais foram: Antonini, 2007; Carvalho, 2010; Moreira, 2007; Pinheiro, 2010. Apenas a dissertação de Viçoti, 2010, pautou-se na abordagem empírica para realizar o estudo.

Ainda com relação ao contexto apresentado nas pesquisas é possível identificar a correlação entre as diferentes implicações do **Gerencialismo**, relativo principalmente às condições de trabalho, aos estudos sobre intensificação do trabalho, flexibilização contratual, organização pedagógica de trabalho, padronização curricular, avaliações externas e pagamento de bônus. Quanto à **Performatividade** há referência ao conceito em 39 pesquisas nas quais aparecem o pagamento por mérito, competição entre os pares e enfraquecimento dos mecanismos de resistência docente.

Ao aprofundar o estudo das teses e dissertações foi possível delimitar os resultados das pesquisas das produções acadêmicas nos eixos de análise, identificando-se elementos decorrentes diretamente das medidas de natureza gerencialistas e aqueles que são desdobramentos da performatividade, definida por Ball (2005) como:

A performatividade é alcançada mediante a construção e publicação de informações e de indicadores, além de outras realizações e materiais institucionais de caráter promocional, como mecanismos para estimular,

julgar e comparar profissionais em termos de resultados: a tendência para nomear, diferenciar e classificar. (BALL, 2005, p. 544)

Juntos, a Performatividade e o Gerencialismo, são adotados pela **Nova Gestão Pública** como forma de introdução dos mecanismos empresariais na educação, desdobrando-se em implicações relacionadas à carreira e salários e/ou aos aspectos pedagógicos que interferem na autonomia das atividades do professor em sala de aula.

O fato do gerencialismo englobar uma esfera mais ampla, isto é, de ser um mecanismo central da reforma política e da reengenharia cultural do setor público, elimina os sistemas ético-profissionais das escolas, acarretando a sua substituição por sistemas empresariais (BALL, 2002). É possível visualizar no número de trabalhos que trazem em seu conteúdo tal conceito (82), sendo que o termo Performatividade comparativamente é bem inferior. Entretanto, as medidas performáticas estão contidas na maioria das produções como elemento subjetivo e objetivo frente às medidas reformistas.

A respeito dos trabalhos que irão abordar os termos Performatividade e Gerencialismo por meio da abordagem empírica destacaram-se SOUSA (2016) e LANZA (2016), já utilizando a metodologia bibliográfica apenas foi localizada a pesquisa de Parente (2016). Quanto à NGP não foram selecionadas pesquisas que foquem especificamente o conceito, porém alguns trabalhos citaram sobre as suas influências no Trabalho Docente.

Podemos observar a respeito dos sub eixos de análise relacionados ao contexto que a maioria dos trabalhos selecionados estruturaram suas pesquisas na abordagem bibliográfica, o que vai ao encontro dos apontamentos de Mancebo (2007), no qual as pesquisas bibliográficas privilegiam os aspectos macro e conjunturais.

- **Características e Natureza do Trabalho Docente**

O eixo Características e Natureza do Trabalho Docente priorizou a discussão a partir das condições de trabalho a que são submetidos os docentes diante do contexto reformista e suas especificidades enquanto categoria profissional.

Para realizar a análise tomamos por base os seguintes sub eixos: Precarização, Flexibilização, Intensificação e Proletarização, pois juntos tais conceitos indicam as

circunstâncias que os trabalhadores docentes estão imersos e como os trabalhos selecionados compreendem tais mecanismos.

Os sub eixos de análise relacionados às Características e natureza do Trabalho Docente foram analisados a partir da palavra-chave **Precarização**, correspondendo a um total de 112 teses e dissertações. Sobre a palavra-chave precarização, Oliveira (2004, p. 1140) a insere no processo de transformação das relações de trabalho:

O fato é que o trabalho pedagógico foi reestruturado, dando lugar a uma nova organização escolar, e tais transformações, sem as adequações necessárias, parecem implicar processos de precarização do Trabalho Docente. Podemos considerar que assim como o trabalho em geral, também o Trabalho Docente tem sofrido relativa precarização nos aspectos concernentes às relações de emprego. O aumento dos contratos temporários nas redes públicas de ensino, chegando, em alguns estados, a número correspondente ao de trabalhadores efetivos, o arrocho salarial, o respeito a um piso salarial nacional, a inadequação ou mesmo ausência, em alguns casos, de planos de cargos e salários, a perda de garantias trabalhistas e previdenciárias oriunda dos processos de reforma do Aparelho de Estado têm tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público (OLIVEIRA, 2004, p. 1140, grifos meus)

Oito pesquisas empíricas trataram sobre as características do Trabalho Docente e focaram no conceito de precarização: Mazzini (2017); Rezende (2017); Silva (2017); Lennert (2009); Lima (2015); Penna (2007); Aquino (2009); Jardim (2016). Além destas, outras dez pesquisas trataram da precarização a partir da abordagem bibliográfica: Brito, 2013; Santos, V., 2007; Carvalho, 2016; Moura, 2013; Basílio, 2015; Barrera, 2016; Gonçalves, 2012; Catini, 2008; Ferraresi, 2015; Ferin, 2015.

A quantidade de trabalhos sobre a precarização em ambas as abordagens metodológicas nos leva a compreender com maior clareza a necessidade de tratar sobre as condições de trabalho e os impactos das reformas educacionais para o docente.

O termo **Flexibilização** (recorrente em 105 pesquisas) refere-se ao desmonte das condições de trabalho, uma vez que as normas contratuais, num cenário de Nova Gestão Pública, são alteradas, o que provoca muitas alterações na dinâmica escolar com tempos parciais de trabalho ou contratações temporárias. Há, neste sentido, implicações entre os pares, por desencadear premissas baseadas no individualismo, na competição e no bom desempenho (Fernandes, 2008; Rigolon, 2017); Fernandes e Barbosa, 2014 e Rodrigues, 2017).

As pesquisas empíricas que abordaram o tema da flexibilização são: Oliveira, (2010); Santos, F. (2016); Aranha (2007); Basílio (2016) e Silva (2007) e o trabalho de Fontana (2008) foi o único a contemplar a abordagem bibliográfica.

Quanto ao termo **Intensificação (102)** identificou-se que está relacionado às condições de trabalho, no qual há maior responsabilização dos professores e altas exigências para realizar novas funções e práticas, são características da intensificação (Oliveira, 2006). O termo apesar de ter uma grande frequência de citações nos trabalhos, não foi analisado de forma específica, porém três trabalhos abordaram sobre temas correlatos, como plano de carreira: (Merguedicthian, 2012 e Thomazini 2016) e jornada de trabalho (Oliveira, B., 2017).

Já o termo **Proletarização** é digno de uma apuração, pois mesmo sendo indicado em menos da metade das pesquisas, apenas 53 delas, foi significativo para definir os caminhos teóricos que fundamentam os trabalhos selecionados, uma vez que proletarização é um conceito de cunho marxista, que compreende o trabalhador docente em partes como um proletário, do qual não tem o controle total de sua prática e autonomia total para geri-la (ENQUITA, 1991).

Assim como o termo Intensificação, a proletarização também não foi investigada de modo mais detalhado pelos trabalhos selecionados. Entretanto, cinco trabalhos realizados com abordagem empírica concentraram-se em estudar os mecanismos de resistência, ou seja, a atuação dos sindicatos e movimentos dos docentes que se posicionam contra as reformas de maneira concreta e são eles: Reis (2006); Fossaluzza (2017); Hidaka (2012); Notário (2007); Lanza (2010). Os trabalhos de Silva (2013) e Angelo (2007) foram desenvolvidos pela abordagem metodológica bibliográfica.

Algumas pesquisas selecionadas analisaram a condição do Trabalho Docente por um aspecto não contemplado nos sub eixos, portanto indicaremos a seguir o foco de investigação de cada uma delas:

Pesquisas Empíricas – A identidade docente: Freitas (2011), Silva (2006), uma a respeito de autonomia: Filgueira (2017). Outros dois trabalhos relacionados ao professor coordenador: Fernandes (2008) e Duarte (2007), apenas um sobre Gestão Democrática: Rocha (2016) e mais três trabalhos sobre formação e inserção profissional: Mirisola (2012); Francisco (2010); Pedrinho (2013).

Pesquisa Bibliográfica - Fernandes (2004) focou especificamente no trabalho do professor coordenador.

O eixo Características e Natureza do Trabalho Docente contabilizou mais pesquisas empíricas o que demonstra uma preocupação dos pesquisadores em dar voz aos trabalhadores docentes e compreender por este prisma os impactos que as reformas na educação provocam e ecoam na sala de aula e nos espaços escolares como um todo.

- **Medidas Reformistas**

No eixo intitulado Medidas Reformistas são apresentados dois grandes sub eixos de análise: Regulação e Bonificação. Neste item estão apresentados os processos prescritivos das reformas educacionais, isto é, as regulamentações legais das políticas e como estes procedimentos vão resultar nas escolas e de que forma os sujeitos, no caso, os trabalhadores docente, irão conduzir na prática tais implementações.

Com relação ao sub eixo de análise que envolve as medidas reformistas, 106 das pesquisas discutiram a **Regulação** que “designa os processos múltiplos, por vezes contraditórios, de orientação das condutas dos atores e de definição das “regras do jogo” no sistema social” (MAROY, 2010, p. 1). Segundo Barroso (2000) a regulação dos sistemas educativos envolve o controle e o ajustamento permanente a fim de assegurar o equilíbrio, de modo que convivam “uma regulação ‘estatal, burocrática, administrativa’ e uma regulação ‘profissional, corporativa, pedagógica’, que podem estar em tensão.”

Quanto às pesquisas que tratam sobre processos reguladores na educação temos os seguintes itens nos quais as pesquisas selecionadas estão alocadas:

a) Avaliações Externas - Pesquisas Empíricas (19 trabalhos): Colombo (2015); Buoro (2013); Blasis (2011); Nogueira (2015); Piunti (2015); Martins (2015); Parro (2016); Silva (2016); Hojas (2017); Bendrath (2010); Jesus (2014); Rubini (2017); Nallo (2010); Santos (2017); Polato (2014); Thomaz (2016); Freitas (2014); Greve (2017), Araújo (2015) e Pesquisas bibliográficas-documentais (9 trabalhos): Oliveira Jr., (2013); Silva (2006); Silva (2017); Perboni, (2016); Filipe, (2016); Ribeiro, (2008); Thomaz, (2016); Zatti (2017); Born (2015).

b) Alteração Curricular (Reformas de Ensino, Escola de tempo integral, projetos, programas, municipalização do ensino e sistema apostilado) - Pesquisas Empíricas (32 trabalhos): Oliveira (2012); Nunes (2005); Leite (2011); Rigolon (2013); Vilela (2002); Marques (2014); Piolli (2006) Cunha (2005); Souza (1999); Martins (2000); Souza (2016); Brazorotto (2014); Oliveira (2007); Mattos (2012); Raab (2016); Alves (2016); Nunes (2014); Silva (2012); Almeida (2015); Leme (2007); Ferreira (2009); Chirinéa (2010); Schimonek (2012); Miguel (2015); Rodrigues (2010); Giavara (2012); Dalri (2013); Torres (2016); Caravina (2009); Mello (2010); Silva (2013); Cain (2009) e Pesquisas bibliográficas-documentais (2 trabalhos): Ferreira (2009) e Ignácio (2014).

c) Progressão Continuada- Pesquisas Empíricas (9 trabalhos): Salvador (2009); SILVA, S. (2015); Felix (2007); Margiotti (2010); Perez (2009); Biani (2007); Cunha

(2007); Romanini (2007); Jeffrey (2006). Pesquisas Bibliográficas-Documentais (3 Trabalhos): Silva (2010); Contiero, (2009); Casado, (2006).

Por fim a palavra-chave **Bonificação (94)** está atrelada à utilização dos resultados dos alunos nas avaliações externas, impactando diretamente no Trabalho Docente e desqualificando sua prática. O bônus como medida compensatória que não promove melhorias, como indica Vasconcelos (2006):

A educação, no governo do Estado de São Paulo, ao adotar a bonificação por merecimento, passou a receber um tratamento imediatista, com a determinação e a objetividade da busca da qualidade total do ensino, estabelecendo a redução drástica dos maus resultados das avaliações externas, por exemplo, o Saesp, Saeb, entre outros, como se por decreto as diversas dificuldades do cotidiano escolar fossem ser resolvidas. A ideologia contida no bônus mérito descaracteriza completamente a formação histórica dos docentes, bem como a aplicabilidade de seus conhecimentos, de suas práticas renovadas ou tradicionais. (VASCONCELOS, 2006, p. 59)

As pesquisas empíricas que tratam sobre o pagamento de bônus por mérito são de: Bergo (2016) e Vasconcelos (2006). Já a única pesquisa bibliográfica que especificamente estudou o bônus foi o estudo de Alcântara (2010), contudo, outras duas importantes pesquisas tratam de modo significativo o bônus, porém o foco do estudo é o salário, a remuneração e os planos de carreira são os seguintes trabalhos: Barbosa (2011) e Cassettari (2010).

Podemos observar que a maior parte dos trabalhos deste eixo focaram seus estudos nas questões relativas às alterações curriculares. Tal incidência nos leva a pensar sobre o impacto das medidas de ordem legal, ou seja, os mecanismos implementados pelas políticas públicas de forma verticalizada, e como estas são apropriadas pelos trabalhadores docentes. As medidas reformistas foram se aprofundando ao longo dos anos e provocando fortes implicações para a categoria docente, como afirmou Oliveira (2004), e reestruturou o Trabalho Docente, alterando sua natureza e definição.

Ainda com base nos eixos de análise, outra importante investigação foi feita com base no Apêndice 3, no qual foram considerados os trabalhos que empregaram a expressão Trabalho Docente com maior frequência. Dentre as pesquisas predominaram aquelas relacionadas ao Item Características e Natureza do Trabalho Docente, que por sua vez, totalizou 23 produções em que a expressão apareceu 40 vezes ou mais. Tomando por base as instituições de ensino, temos o quadro a seguir:

Quadro 12 – Palavra-chave: Trabalho Docente

Palavra-chave: Trabalho Docente			
IES	Nome	Ano	Incidência da Expressão
PUC SP	Eduardo Francisco	2010	57 vezes
UFSCAR	Juliana Cristina Perlotti Piunti	2015	42 vezes
	Solange Aparecida da Silva Brito	2013	98 vezes
UMESP	Antonio Carlos Soler Notário	2007	147 vezes
UNESP ARARAQUARA	Andreza Barbosa	2011	207 vezes
	Franciele Del Vecchio dos Santos	2016	111 vezes
	Luci de Lima Andrade Aquino	2009	95 vezes
	Maria José da Silva Fernandes	2008	49 vezes
	Wellington Luiz Alves Aranha	2007	72 vezes
UNESP MARÍLIA	Carolina Baruel de Moura	2013	150 vezes
	Maria do Carmo Capputti Mazzini	2017	175 vezes
UNESP RIO CLARO	Mariana da Rocha Basílio	2015	105 vezes
	Robson da Silva Rodrigues	2017	77 vezes
UNICAMP	Karolina da Silva Miranda Jardim	2016	80 vezes
	Walkiria de Oliveira Rigolon	2013	131 vezes
UNIFESP	Leandro Thomazini	2016	56 vezes
	Marcos Pedro Rezende	2017	74 vezes
	Thiago Moreira Melo e Silva	2017	81 vezes
	Vanessa Filgueira	2017	156 vezes
UNIMEP	Elias Enrique Moreira	2007	57 vezes
	Rosemary Mattos	2012	98 vezes
USP	Carolina De Roig Catini	2008	326 vezes
	Nathalia Cassettari	2010	40 vezes

Fonte: Elaborado pelos autores.

A incidência das expressões “Trabalho Docente” nas pesquisas da categoria Características e Natureza do Trabalho Docente, aponta para o desenvolvimento progressivo da frequência nas pesquisas selecionadas, uma vez que tomando por base o

quadro, a partir de 2007, ano da implantação da reforma São Paulo faz escola, houve um aumento no número de pesquisas como indicado no Figura 2 (ver página 60) e do uso da palavra-chave Trabalho Docente.

Ao nos atentarmos novamente para a Figura 2, no ano de 2017 foram selecionados 13 trabalhos e apenas em um pequeno recorte observamos um número elevado de incidência da expressão Trabalho Docente, indicando mais uma vez a consolidação das pesquisas na área.

Os trabalhos selecionados por meio da incidência da expressão Trabalho Docente partilham de uma concepção teórica que coincide com os autores e com a base teórica predominante nas pesquisas. O campo de estudos sobre Trabalho Docente analisado na presente dissertação configura-se não apenas como um pequeno compilado de pesquisas, mas como uma possibilidade de compreensão de um conceito visto como parte da totalidade do trabalho no âmbito das reformas educacionais. Obviamente, este é um indicativo do tipo de pesquisa que vem sendo realizada nas duas últimas décadas nas universidades paulistas, o que poderá se alterar em anos futuros e/ou com a adoção de outros fundamentos teóricos que dialoguem mais diretamente com a prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do processo de consolidação desta pesquisa procuramos analisar os trabalhos acadêmicos – teses e dissertações - que focaram no Trabalho Docente, considerando sua natureza e suas especificidades, diante do contexto de reforma educacional no Estado de São Paulo, a partir da segunda metade dos anos 1990.

A escrita deste texto de natureza acadêmica respaldou-se em um método científico visando apresentar uma estrutura que garantisse a compreensão dos pares e dos demais leitores. Para tal, o presente estudo se fundamentou questões norteadoras, objetivos e hipóteses que nos levaram à escolha do tipo de pesquisa que foi realizada.

Para realização da pesquisa desenvolvemos um estudo bibliográfico, a partir de uma abordagem tanto qualitativa, no sentido de promover um mapeamento sobre como os processos de transformações nas condições do Trabalho Docente, citados nas pesquisas selecionadas, como também quantitativo visando apontar alguns indicativos salientados nas teses e dissertações.

O recorte temporal definido abrangeu pouco mais de duas décadas, isto é, de 1996, quando iniciou propriamente o quadro de reformas educacionais no Estado de São Paulo, até 2018, ano que delimitamos a pesquisa e que coincide com o início da produção do texto da presente dissertação. Desta forma, o recorte temporal não corresponde ao fim das reformas de caráter gerencialista e performático, uma vez que no ano de 2019, o governo estadual paulista implementou o Programa Inova Educação, que aprofunda as mesmas características das propostas anteriores. Assim, outros estudos continuarão a ser realizados procurando entender os processos e desdobramentos de novos programas e projetos.

O texto até ser estruturado em sua versão final, foi nutrido por uma vasta pesquisa, tanto com o intuito de compreender o que significa e engloba o Trabalho Docente, quais os autores fundamentais que estudam o conceito pelo mundo e no Brasil, como também direcionar à pesquisa a uma metodologia que melhor atendesse nossos questionamentos e objetivos.

Com a leitura encaminhada, optamos por fazer uma pesquisa de caráter bibliográfico, no qual iniciamos pelo site da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o portal de Periódicos da Capes, entretanto notamos que algumas pesquisas importantes pelo fato de não estarem no formato digitalizado não encontravam-se nas plataformas citadas. Logo, nossas buscas pelas teses e dissertações,

as fontes do trabalho, seriam mais certas selecionadas por meio direto aos repositórios digitais das instituições de ensino.

Estabelecemos alguns critérios para a seleção dos trabalhos, que foram eles: a) o recorte temporal delimitado pelo início das reformas educacionais do Estado em São Paulo (1996); b) os estudos realizados sobre o sistema regular de ensino da rede estadual paulista; c) as pesquisas sobre Trabalho Docente nas etapas de ensino sob a responsabilidade do governo estadual - Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Concomitante ao processo de crivo das teses e dissertações foi desenvolvido com quadro no *Excel* com os dados sobre os trabalhos (nome do autor (a); título; grau; ano de publicação), o que possibilitou o encaminhamento para a análise objetiva da pesquisa.

Com as pesquisas já selecionadas vimos a necessidade de um próximo passo, entender qual o conceito de Trabalho Docente no contexto das reformas neoliberais, porém o montante de trabalhos (134 pesquisas) dificultaria a análise para o breve curto que o mestrado impõe, então a decisão foi realizar a análise por meio de palavras-chave.

Em um primeiro momento foi utilizado o programa denominado *Alceste*, que indicou a frequência das palavras mais presentes nas produções acadêmicas, entretanto não foi suficiente para ser utilizado de modo mais aprofundado, sendo portanto um recurso que complementou a análise, que por sua vez, foi desenvolvida mediante a leitura dos resumos dos trabalhos, alguns deles, foi feita leitura de outras seções como introdução e considerações finais e em por fim, determinadas teses e dissertações foram lidas integralmente. Em seguida, iniciamos a escrita do trabalho pensando em contemplar os capítulos de fundamentação teórica que indicassem o conceito de Trabalho Docente e o contexto sócio-político e econômico do Brasil e por fim, a conjuntura do Estado de São Paulo, seguido pelo capítulo sobre os procedimentos metodológicos e da análise dos dados obtidos nas teses e dissertações.

Sendo assim, a divisão dos capítulos ficou da seguinte maneira: O capítulo inicial tratou sobre a realidade escolar latina e nacional, diante da conjuntura das reformas educacionais. Além disso, estabelecemos a relação entre as reformas de cunho neoliberal com as transformações que impactaram de maneira direta o Trabalho Docente que, por meio do discurso próprio dos setores empresariais adaptados para o espaço escolar, levaram à redução da autonomia docente, ao aumento das responsabilidades pedagógicas, à ampliação de controle sobre o serviço, à intensificação de trabalho, à flexibilização contratual, desencadeando novos processos de precarização

do trabalho com competição entre os pares por vantagens salariais e impactos na saúde física e emocional dos professores.

O Capítulo II focou no contexto do Trabalho Docente no Estado de São Paulo, de modo a se atentar para as implicações das reformas educacionais paulistas ao longo dos últimos 23 anos, com o Estado governado por um mesmo partido político. Sendo assim, as reformas implementadas apresentaram semelhanças e continuidades, tornando o Trabalho Docente objeto mais intenso de pesquisa nos programas paulistas.

O segundo capítulo apontou que durante as três grandes reformas: São Paulo de Cara Nova, Escola do Acolhimento e São Paulo faz escola, foi sendo direcionando o sistema escolar para atender os interesses do mercado, convergindo com a Nova Gestão Pública. Portanto, o sentido de qualidade em educação se desvirtuou e o que era o esperado, preparar os sujeitos para uma formação integral, passou a ser promover mão de obra, tendo como premissa a eficiência, a eficácia e a produtividade.

O Capítulo III denominado: “As produções acadêmicas sobre o Trabalho Docente no Estado de São Paulo” trouxe a descrição do percurso metodológico da pesquisa, no qual optamos por fazer uma revisão dos trabalhos acadêmicos (teses e dissertações) por meio da busca a partir de palavras-chave nos repositórios digitais dos Programas de Pós-Graduação em Educação.

E por fim, o quarto capítulo remeteu às análises feitas sobre as teses e dissertações selecionadas que trataram sobre o Trabalho Docente diante do processo de implementação das reformas na educação paulista. No último capítulo sistematizamos os dados encontrados por meio de quadros e gráficos, a fim de sintetizar as ricas informações encontradas. Neste capítulo traçamos um panorama com os resultados encontrados nos 134 trabalhos selecionados: 111 dissertações de mestrado e 23 teses de doutorado.

Os trabalhos foram selecionados abrangem 12 Instituições de Ensino Superior: PUC (Campus de Campinas e São Paulo), Unesp (Campus de Araraquara, Marília, Presidente Prudente e Rio Claro), UFSCAR, UMESP, UNICAMP, UNIFESP, UNIMEP e USP. Dentre as instituições citadas, a UNICAMP foi a que mais contabilizou pesquisas dentre as selecionadas foram 19 produções acadêmicas voltadas ao estudo do Trabalho Docente, seguido pela Unesp Araraquara com 17, e no total de 13 trabalhos, encontra-se PUC SP, Unesp Rio Claro e USP. Quando se trata das pesquisas de doutorado, destacam-se a Unicamp, USP e Unesp Araraquara.

Quanto a abordagem metodológica, houve um predomínio dentre as teses e dissertações da utilização da abordagem qualitativa que está presente em 128 trabalhos. Foram identificados seis trabalhos de abordagem qualitativa e quantitativa, contudo, nenhuma pesquisa configura-se na abordagem apenas quantitativa. Este é um elemento importante a ser observado e, após vários anos de reformas educacionais no estado, talvez seja necessário a realização de estudos estatístico e longitudinais sobre a educação pública.

A produção acadêmica selecionada também indicou uma frequência maior das pesquisas empíricas (95 trabalhos) e bibliográfico-documentais (39 trabalhos). No caso das pesquisas de campo foram identificadas as seguintes formas de obtenção de dados: 75 pesquisas com entrevistas, 15 estudos de caso, 22 questionários, 3 depoimentos e 2 grupos focais. Entre os principais sujeitos investigados encontra-se os professores (47 pesquisas). Podemos observar a partir dos dados a preocupação que as pesquisas tiveram em compreender o Trabalho Docente com o foco na sala de aula, ouvir os professores por meio de entrevistas e questionários, isto é, aproximar os estudos dos sujeitos que mais sofrem com os impactos das medidas reformistas. Entretanto, outras pesquisas poderão se debruçar em analisar a questão da aprendizagem das crianças frente a este quadro de reformas educacionais, procurando identificar como se configura a aprendizagem nas escolas estaduais

A respeito do ano da publicação dos trabalhos ficou evidente um importante dado: os picos de aumento da publicação estão atrelados à demanda de alterações curriculares proposto pelas reformas, e são eles: 2007, 2010 e 2016.

Com relação à base teórica mais utilizada nas teses e dissertações é possível indicar o Materialismo Histórico Dialético, os estudos de Weber, seguido da Teoria Crítica que denota a preocupação em especificar o Trabalho Docente e suas relações diante da sociedade capitalista. A base teórica mais utilizada converge com os autores mais referenciados nas pesquisas, ou seja, dentre os autores brasileiros, destaca-se o nome de Dalila de Andrade Oliveira, já entre os autores estrangeiros, os nomes de destaque são Stephen Ball, Mariano Enguita e Michael Apple, o que demonstra os pontos em comum entre tais estudiosos, que promovem reflexões sobre o contexto neoliberal no qual se desenvolve a educação por mecanismos próprios do gerencialismo e da performatividade.

Partindo da incidência das palavras-chave (descritores de análise) nos trabalhos selecionadas realizamos um quadro-síntese, contendo eixos e sub-eixos que

demonstraram o total de trabalhos que continham alguns termos: a) Contexto político e econômico abordado pelas pesquisas- Capitalismo (128 trabalhos); Neoliberalismo (112 trabalhos); Nova Gestão Pública (NGP) (8 trabalhos); Gerencialismo (82 trabalhos); Performatividade (39 trabalhos); Organismos Internacionais (120 trabalhos); b) Características e Natureza do Trabalho Docente: Intensificação (102 trabalhos); Precarização (112 trabalhos); Proletarização (53 trabalhos); Flexibilização (105 trabalhos) e c) Medidas Reformistas: Regulação (106 trabalhos) e Bonificação (94 trabalhos).

Além deste quadro, procuramos apresentar mais detalhadamente quais os descritores de análise que estavam contemplados em cada uma das teses e dissertações selecionadas e, por fim, fizemos um quadro apontando a frequência com que a expressão Trabalho Docente foi citada nas produções acadêmicas. Tomando por base a frequência com que tais descritores de análise foram indicados nos trabalhos estudados, foi possível estabelecer relações entre os dados das pesquisas e as leituras que fundamentaram o contexto teórico, confirmando a hipótese de que o Trabalho Docente se tornou um campo específico e consolidado na área da pesquisa acadêmica no Estado de São Paulo.

A presente pesquisa realizou uma síntese da produção de teses e dissertações entre os anos de 1996 a 2018, mas ressaltamos que esta é apenas uma pequena contribuição para compreender e refletir sobre o caminho que percorremos para chegar ao ponto em que estamos. Também esperamos que esta pesquisa seja um instrumento para elucidar os processos que impactam os trabalhadores docente, além de colaborar para futuros estudos da área, pois certamente este estudo provocará novos desdobramentos sobre tal campo de estudo, seja para nós ou para outros pesquisadores.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T. Oferta do ensino fundamental em São Paulo: um novo modelo. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n.102, p. 79-98, jan./abr. 2008.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T. Oferta educativa e responsabilização no PDE: o Plano de Ações Articuladas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 135, p. 779-96, 2008.

AFONSO, A. J. Estado, globalização e políticas educacionais: elementos para uma agenda de investigação. **Revista Brasileira de Educação**, n. 22, p. 35-46, jan./abr. 2003.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa qualitativa e quantitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

_____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 13-22.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-51, maio/ago. 2004.

APPLE, M. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ARROYO, M. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Operários e Educadores se identificam: que rumos tomará a educação brasileira? **Educação & Sociedade**, Campinas, n. 5, p. 5-23, jan. 1980.

BALL, S. Performatividade, privatização e o pós-Estado do bem estar. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, p. 1105-26, set./dez. 2004.

_____. Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 126, p. 539-64, set./dez. 2005.

_____. Reformar escolas / reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 15, n. 2, p. 3-23, 2002.

BARBOSA, A. **Os salários dos professores brasileiros: implicações para o trabalho docente.** 2011. 208 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

BARBOSA, M. V. **Relações étnico-raciais e progressão continuada na escola: o difícil diálogo com a inclusão.** 2010. 262 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

BARROSO, J. O Estado e a educação: a regulação transnacional, a regulação nacional e a regulação local. In: _____. (Org.). **A regulação das políticas públicas de educação: espaços, dinâmicas e actores.** Lisboa: Educa, 2006. p. 41-70.

BASÍLIO, M. R. **Valorização do trabalho docente ou uma miríade de novas responsabilidades e exigências ao professor nos decretos do governo paulista?** 2015. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado.** Brasília, 1995.

_____. Lei n. 11.738 de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do *caput* do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da União.** Brasília, 16 jun. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11738.htm>. Acesso em: 8 jul. 2018.

_____. Resolução nº 2 de 28 de maio de 2009. Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, em conformidade com o artigo 6º da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, e com base nos artigos 206 e 211 da Constituição Federal, nos artigos 8º, § 1º, e 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no artigo 40 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. **Diário Oficial da União.** Brasília, 29 maio 2009. Seção 1, p. 41-2. Disponível em: <portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb002_2009.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2018.

CAÇÃO, M. I. Proposta Curricular do Estado de São Paulo: retorno do discurso regulativo da tylerização na educação pública. **Espaço do Currículo**, v. 3, n.1, p. 380-94, mar./set. 2010.

CAÇÃO, M. I.; MENDONÇA, S. G. L. São Paulo faz escola? Contribuições à reflexão sobre o novo currículo paulista. In: GRANVILLE, M. A. (Org.). **Currículos, sistemas de avaliação e práticas educativas: da escola básica à universidade.** Campinas: Papirus, 2011. p. 219-46.

CAMPOS, M. M. A qualidade da educação em debate. **Estudos em avaliação educacional**, São Paulo, n. 22, p. 5-35, jul./dez. 1999.

CARCANHOLO, M. D. Neoliberalismo e o Consenso de Washington: a verdadeira concepção de desenvolvimento do Governo FHC. In: MALAGUTI, M. L.; CARCANHOLO, R. A.; CARCANHOLO, M. D. (Orgs.). **Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo.** São Paulo: Cortez Editora, 1998.

CORAGGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a Educação: sentido oculto ou problemas de concepção. In: TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 75-124.

CORRÊA, V. **Globalização e neoliberalismo: o que isso tem a ver com você, professor?** Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

COSTA, M. V. Feminização do magistério. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM.

COUTO, Mia. **O fio das missangas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CUNHA, M. I. Profissionalização docente: contradições e perspectivas. In: VEIGA, I. P. A.; CUNHA, M. I. (Orgs.). **Desmistificando a profissionalização do magistério**. Campinas: Papyrus, 1999. p. 127-47.

CURY, C. R. J. A educação básica no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, set. 2002.

DUARTE, A. M. C. Envolvimento docente na interpretação do seu trabalho: uma estratégia metodológica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 133, p. 221-36, jan./abr. 2008.

DUARTE, A. M. C. Políticas educacionais e trabalho docente na atualidade: tendências e contradições. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. (Orgs.). **Políticas Públicas e Educação: regulação e conhecimento**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

DUARTE, R. C. **O professor coordenador das escolas públicas estaduais paulistas: análise das condições de trabalho e a construção do projeto político pedagógico**. 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

ENGUITA, M. F. A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 32-41, 1991.

EVANGELISTA, O.; SHIROMA, E. O. Professor: protagonista e obstáculo de reforma. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 33, n. 3, p. 531-41, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

FERNANDES, M. J. S. **A coordenação pedagógica em face das reformas escolares paulistas (1996-2007)**. 2008. 282 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

FERNANDES, M. J. S.; BARBOSA, A. O piso salarial em São Paulo: desvalorização dos professores. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 10, n. 18, p. 243-57, jan./jun. 2016.

_____. O trabalho docente na rede pública do Estado de São Paulo: apontamentos iniciais para a discussão da jornada de trabalho. **Práxis Educacional**, v. 10, n. 17, p. 117-42, 2014.

FERREIRA JR., A.; BITTAR, M. A ditadura militar e a proletarização dos professores. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1159-79, set./dez. 2006.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas 'estado da arte'. **Educação e Sociedade**, Campinas, ano 23, n. 79, p. 257-72, ago. 2002.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. Um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1993.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, abr. 2003.

GATTI, B.; BARRETO, E.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Políticas Docentes no Brasil: um Estado da Arte**. Brasília: Unesco, 2011.

GENTILI, P. *et al.* Reforma educativa y luchas docentes en América Latina. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, p. 1251-74, set./dez. 2004.

GENTILI, P.; ALENCAR, C. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

HARGREAVES, A. **Profesorado, cultura y postmodernidad**: cambian los tiempos, cambia el profesorado. Madrid: Editora Morata, 1995.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

HIDAKA, R. K. **As políticas neoliberais dos governos Covas e Alckmin (1995-2006) e o movimento sindical dos professores do ensino oficial do Estado de São Paulo**. 2012. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

HYPOLITO, A. M. Reorganização Gerencialista da Escola e Trabalho Docente. **Educação: Teoria e Prática**, v. 21, n. 38, p. 1-18, out./dez. 2011.

_____. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas: Papyrus, 1997.

_____. Processo de trabalho na escola: algumas categorias para análise. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 3-21, 1991.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior**: Notas Estatísticas de 2017. Brasília: 2017. Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2019.

JEFFREY, D. C. **O regime de progressão continuada**: o caso paulista (1998-2004). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

KRAWCZYK, N. R. Reforma educacional na América Latina. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. CD-ROM.

LAWN, M.; GRACE, G. **Teachers: the culture and politics of work**. Sussex: The Falmer Press, 1990.

LOUREIRO, B. R. C. **Reforma educacional neoliberal: uma análise política da concessão de bônus-mérito do governo José Serra (2007-2010) aos professores da rede estadual paulista**. 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

MANCEBO, D. Agenda de pesquisa e opções teórico-metodológicas nas investigações sobre trabalho docente. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 99, p. 466-82, maio/ago. 2007.

MARIN, A. J. Precarização do trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. CD-ROM.

MAROY, C. Regulação dos sistemas educativos. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. CD-ROM.

MAUÉS, O. C. Reformas internacionais da educação e formação de professores. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 118, p. 89-117, 2003.

ALVES-MAZZOTTI, A.J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O Método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2004.

MORAES, R. C. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Editora Senac, 2001. Disponível em:

<http://reginaldomoraes.files.wordpress.com/2012/01/livro_neoliberalismo.pdf>.

Acesso em: 8 jul. 2018.

MOREIRA, E. E. **A reforma educacional paulista entre 1995-2000 e o trabalho docente**. 2007. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2007.

MOROSINI, M. C.; FERNANDES, C. M. B. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-64, jul./dez. 2014.

NALLO, R. C. Z. **Avaliação externa: estratégias de controle ou inclusão?** 2010. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

NOVAES, L. C. Os impactos da política educacional paulista na prática docente e na organização do trabalho pedagógico nas escolas estaduais paulistas na perspectiva dos professores. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, n. 5, p. 13-26, jan./jun. 2009.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-44, dez. 2004.

_____. (Org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. Política educacional. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. CD-ROM.

_____. Nova gestão pública e governos democrático-populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n. 132, p. 625-46, jul./set. 2015.

PEREZ, R. H. L. **Progressão Continuada: mais um capítulo da reformulação do ensino no Estado de São Paulo**. 2009. 303f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

PINTO, M. A. R. **Política Pública e Avaliação: o Saesp e seus impactos na prática profissional docente**. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2011.

REIS, B. P. W. Políticas públicas. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. CD-ROM.

RIGOLON, W. O. **O que muda quando tudo muda? uma análise da organização do trabalho de professores alfabetizadores**. 2013. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

RODRIGUES, J. D. Z. **Gerencialismo e responsabilização docente: repercussões para o trabalho docente nas escolas estaduais de ensino médio de Campinas/SP**. 2017. 269 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

_____. **Implicações do projeto “São Paulo Faz Escola” no trabalho de professores do Ciclo I do Ensino Fundamental**. 2010. 258 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

RUSSO, M.; CARVALHO, C. **A política educacional do governo Serra**. [201-].

Disponível em:

<<http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/DC38.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2018.

SANFELICE, J. L. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 85, p. 1391-98, dez. 2003.

_____. A política educacional do Estado de São Paulo: apontamentos. **Nuances: estudos sobre educação**, São Paulo, v. 17, n. 18, p. 146-59, jan./dez. 2010.

SANTOS, F. **Trabalho docente em escolas estaduais paulistas: o desafio do professor da categoria O**. 2016. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2016.

SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 40.473 de 21 de novembro de 1995. Institui o Programa de Reorganização das Escolas da Rede Pública Estadual e dá providências correlatas. **Secretaria de Estado do Governo e Gestão Estratégica**, São Paulo, 21 nov. 1995. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1995/decreto-40473-21.11.1995.html>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

_____. Lei Complementar nº 1078 de 17 de dezembro de 2008. Institui Bonificação por Resultados - BR, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. **Assessoria Técnico-Legislativa**, São Paulo, 17 dez. 2008. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2008/lei.complementar-1078-17.12.2008.html>>. Acesso em: 6 jul. 2018.

_____. Resolução SE-98 de 23 de Dezembro de 2008. Estabelece diretrizes para a organização curricular do ensino fundamental e do ensino médio nas escolas estaduais. **Secretaria de Estado da Educação**, São Paulo, 23 dez. 2008. Disponível em: <http://siau.edunet.sp.gov.br/itemLise/arquivos/98_08.HTM>. Acesso em: 6 jul. 2018.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Uma nova agenda para a educação pública**. São Paulo, 2007.

SHIROMA, E. O. Gerencialismo e liderança: novos motes da gestão educacional. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, VI, 2006, Santa Maria, RS. **Anais...** Santa Maria: UFSM, 2006.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, J. C. **A política educacional do governo José Serra (2007-2010): uma análise da atuação da APEOESP**. 2013. 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

SOARES, M. C. C. Banco Mundial: políticas e reformas. In: DE TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

SOUZA, A. N. **As políticas educacionais para o desenvolvimento e o trabalho docente**. 1999. 203 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

_____. Condições de trabalho na carreira docente: comparação Brasil-França. In: SEMINÁRIO DA RED ESTRADO, VII, 2008, Buenos Aires. **Anais eletrônicos...** Buenos Aires, 2008.

TARDIF, M. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

TORRES, R. M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 125-93.

VASCONCELOS, L. A. **O bônus do professor**. 2006. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação e Letras. Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006.

VIEIRA, J. S. **Um negócio chamado educação: qualidade total, trabalho docente e identidade**. Pelotas: Seiva, 2004.

VOSGERAU, D. S. A. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-89, jan./abr. 2014.

Teses e dissertações analisadas

ALCANTARA, M. S. **Políticas de bonificação e indicadores de qualidade: mecanismos de controle nas escolas estaduais paulistas**. 2010. 94 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ALMEIDA, C. S. **O Processo formativo do Programa Ler e Escrever: Uma análise da rede de formações proposta pelo Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2014.

ALVES, C. A. C. **Os saberes profissionais dos professores: formações, carreiras e experiências nas reformas da rede pública de ensino do Estado de São Paulo (1980 a 2010)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

ANGELO, K. C. A. **Partidos políticos e educação: a implantação da reforma educacional e o papel da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (1995-1998)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2007.

ANTONINI, V. L. **Banco Mundial e política educacional brasileira: um olhar sobre o Fundescola e o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE)**. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

AQUINO, L. L. A. **O Trabalho Docente para além do ensino: O uso do tempo destinado ao preparo de aula por professoras alfabetizadoras de escola estadual de Ciclo**

I do Ensino Fundamental. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

ARANHA, W. L. A. **Professores Eventuais nas Escolas Estaduais Paulistas: Ajudantes de Serviço Geral da Educação?** Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

ARAUJO, A. W. **Entre finalidades, aspirações e a experiência:** o ensino médio e os seus sujeitos. Dissertação (Mestrado em Educação). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2015.

BARBOSA, A. **Os salários dos professores brasileiros:** implicações para o Trabalho Docente. 2011. 208 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

BARRERA, T. G. S. **O movimento brasileiro de renovação educacional no início do século XXI.** 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

BASÍLIO, J. R. **Tornar-se professor(a) na rede estadual de ensino de São Paulo:** Práticas de contratação e condição docente (1985-2013). 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

BASÍLIO, M. R. **Valorização do Trabalho Docente ou uma miríade de novas responsabilidades e exigências ao professor nos decretos do governo paulista?** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.

BENDRATH, E. A. **O Programa Escola da Família enquanto Política Pública:** Políticas Compensatórias e Avaliação de Rendimento. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

BERGO, L. F. **Política de bonificação salarial no Estado de São Paulo:** Desdobramentos para o desenvolvimento profissional e o Trabalho Docente. 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

BIANI, R. P. **A Progressão continuada rompeu com mecanismos de exclusão?** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

BLASIS, E. B. O. **Avaliação educacional em larga escala e as políticas municipais de educação em duas cidades do Estado de São Paulo.** 2011. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

BORN, B. B. **Prova São Paulo e currículo:** imbricações e tensões da avaliação externa na Rede Municipal de Ensino de São Paulo. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BRAZOROTTO, C. M. **Ensino Médio Integrado:** os desafios para a implantação da política educacional. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2014.

BRITO, S. A. S. **Estágio remunerado, formação, profissionalização e precarização do Trabalho Docente: um estudo a partir do programa residência educacional**”. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2013.

BUORO, E. **Avaliação da aprendizagem nos ciclos e na progressão continuada a partir das concepções de atores do processo educacional**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013.

CAIN, A. A. **O atendimento ao ensino fundamental: análise de parcerias de dois municípios paulistas e o setor privado na aquisição de ‘sistema de ensino’**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.

CARAVINA, M. S. **Impacto da municipalização do Ensino Fundamental Público sobre as condições de trabalho dos professores no município de Presidente Prudente-SP**. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

CARVALHO, S. R. **Políticas neoliberais e educação pós-moderna no ensino paulista**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

CARVALHO, S. R. **Profissionalização docente e subordinação do trabalho educativo à lógica flexível da produção capitalista**. 2016. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2016.

CASADO, M. I. M. **O sistema de ciclos e a jornada de trabalho do professor do Estado de São Paulo**. 2006. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2006.

CASSETTARI, N. **Remuneração variável para professores: revisão da literatura e desdobramentos no Estado de São Paulo**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CATINI, C. R. **Trabalho Docente, capital e Estado crítica de interpretações sobre o magistério no Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CHAPPAZ, R. O. **A Prova São Paulo e as tensões das avaliações externas: diálogos com o currículo oficial da Rede Municipal de Ensino de São Paulo**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CHIRINÉA, A. M. **O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e as dimensões associadas à qualidade da educação na escola pública municipal**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

COLOMBO, B. **Prova Brasil e SARESP: Repercussões na construção da qualidade da educação na percepção de professores e gestores de escolas públicas estaduais do município de Campinas (SP)**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2015.

- CONTIERO, A. S. **O Regime de progressão continuada no Estado de São Paulo: indicadores e perspectivas para novas pesquisas.** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2009.
- CUNHA, I. B. **A postura docente diante dos ciclos de aprendizagem.** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- CUNHA, M. B. **O Novo Ensino Médio e o Exercício da Cidadania: Controvérsias e Desafios.** 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.
- DARLI, M. X. C. **Gestão da Escola de Tempo Integral: O caso de uma escola pública de ensino fundamental do município de Americana (SP).** 2013. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013.
- DUARTE, R. C. **O professor coordenador das escolas públicas estaduais paulistas: análise das condições de trabalho e a construção do projeto político-pedagógico.** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.
- FELIX, M. S. **A prática do professor de matemática em classes de recuperação de ciclo II no regime de progressão continuada do Estado de São Paulo.** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.
- FERIN, E. M. **O currículo de geografia do Ensino Médio das escolas públicas estaduais de São Paulo: implicações do uso de competências.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2015.
- FERNANDES, M. J. S. **A coordenação pedagógica em face das reformas escolares paulistas (1996-2007).** 2008. 282 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.
- FERNANDES, M. J. S. **Problematizando o trabalho do professor coordenador pedagógico nas escolas públicas paulistas.** 2004. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2004.
- FERRARESI, P. D. **Ensino Fundamental de nove anos: uma ampliação de direitos?** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- FERREIRA, M. L. **Análise da política de integração escola – comunidade: um estudo de caso do Programa Escola da Família do Estado de São Paulo.** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.
- FILGUEIRA, V. **Condições de Trabalho Docente no Ensino Fundamental II na rede estadual paulista e representações de professores sobre autonomia.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2017.

FILIPPE, F. A. **A concepção de qualidade educacional induzida pelas avaliações em larga escala: análise de documentos oficiais do Estado de São Paulo (2008-2014)?** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2016.

FONTANA, C. A. **O trabalho informal docente na rede pública de ensino do Estado de São Paulo.** 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2008.

FOSSALUZZA, J. T. S. **A memória-trabalho e política de professores da educação básica e a consciência de classe proletária potencial.** 2017. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2017.

FRANCISCO, E. **Formação e Trabalho Docente: um estudo com professores do Ensino Médio.** 2010. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

FREITAS, T. P. **Autonomia e identidade profissional de professores de Educação Física diante da proposta curricular do Estado de São Paulo.** 2011. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

FURTADO, E. L. M. **Políticas educacionais e gestão democrática na escola.** 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005.

GIAVARA, A. P. **Entre o discurso e a prática: a implementação do currículo de história para o ensino médio no Programa Educacional "São Paulo Faz Escola".** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

GONÇALVEZ, T. **Autoridade docente pensamento, responsabilidade e reconhecimento.** 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GREVE, L. F. **Saresp e Enem: Efeitos no currículo do ensino médio integral em escolas públicas estaduais do município de Campinas na percepção de gestores e professores.** 2017. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2017.

HIDAKA, R. K. **As Políticas Neoliberais dos Governos Covas e Alckmin (1995-2006) e o Movimento Sindical dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

HOJAS, V. F. **SARESP: a escola como produtora de políticas.** 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

IGNÁCIO, C. M. V. **O programa ler e escrever e o ensino de matemática nos anos iniciais da rede pública de São Paulo.** 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

JARDIM, K. S. M. **O Trabalho Docente na rede estadual de ensino no Estado de São Paulo.** 2016. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

JEFFREY, D. C. **Representações de docentes sobre o regime de progressão continuada:** dilemas e possibilidades. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LANZA, F. F. S. **Gestão democrática, sindicato e participação política dos professores.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

LANZA, M. L. **Sobre o bom professor:** estudo de caso em uma escola da rede estadual paulista com alunos do Ensino Médio. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

LEITE, E. A. **Impacto da Reforma Curricular do Estado de São Paulo (Gestão 2007-2010) em uma unidade escolar da rede.** 2011. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

LEME, M. A. **Programa Escola da Família:** Gestão Democrática nas Escolas Públicas Paulistas? 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

LENNERT, A. L. **Professores de Sociologia:** relações e condições de trabalho. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

LIMA, P. M. P. **Concepção e valorização do Trabalho Docente:** políticas meritocráticas na educação pública. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

MARGIOTTI, M. S. **Expectativas de aprendizagem diante da progressão continuada.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

MARQUES, M. V. **O Processo de Configuração Curricular:** Uma Análise da Compreensão de Professores de Educação Física das Séries Iniciais do Ensino Fundamental. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.

MARTINS, Paulo. C. A **(des)concentração como estratégia e fortalecimento institucional como condição na implementação da política educacional do Estado de São Paulo (1995-1998).** 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

MARTINS, Priscila. P. U. **Políticas públicas de avaliação na perspectiva docente:** desdobramentos da Provinha Brasil, Prova Brasil e Saesp para o trabalho de professores dos anos iniciais do ensino fundamental. 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

MATTOS, R. **A política educacional no Estado de São Paulo (2007-2010) e suas articulações com o Trabalho Docente.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) –

Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2012.

MELLO, C. C. **A política educacional paulista e o processo de municipalização - 1995-2008:** gerenciamento de resultados e patrimonialismo. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

MERGUEDICTHIAN, A. A. **Plano de Carreira do professor da rede de Educação Básica do Estado de São Paulo:** expectativas e atendimento. 2012. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MIGUEL, K. C. D. **Programa Mais Educação:** uma análise do projeto pedagógico. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2015.

MIRISOLA, C. D. **Inserção profissional docente no Estado de São Paulo:** A escola de formação e o curso para professores ingressantes da SEE/SP. 2012. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MOREIRA, E. E. **A reforma educacional paulista entre 1995-2000 e o Trabalho Docente.** 2007. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2007.

MOURA, C. B. **A Precarização do Trabalho Docente nas escolas estaduais paulistas.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013.

NALLO, R. C. Z. **Avaliação externa: estratégias de controle ou inclusão?** 2010. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.

NOGUEIRA, D. C. **Revisitando o espaço escolar:** os sentidos produzidos pelos professores sobre o Saresp na escola prioritária. 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2015.

NOTÁRIO, A. C. S. **Autonomia do Trabalho Docente na Rede Pública Paulista:** política educacional e resistência sindical. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação e Letras. Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

NUNES, J. L. F. **A reforma da educação pública paulista dos anos 90:** O discurso oficial e a ação prática do governo estadual para implementar a política do Banco Mundial. 2005. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

NUNES, P. S. **Reforma curricular na rede estadual de ensino de São Paulo:** decorrências para a organização do trabalho em uma escola. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

OLIVEIRA JR., R. G. **Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo:** Um estudo a partir da produção científica brasileira (1996-2011). 2013. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013.

OLIVEIRA, B. P. **O essencial é invisível aos olhos: a emulação à escola produtivista e a subsunção das múltiplas jornadas das professoras no programa de Ensino Integral de São Paulo.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2017.

OLIVEIRA, C. M. S. **As implicações da implementação do currículo oficial do Estado de São Paulo no cotidiano de uma escola.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

OLIVEIRA, E. S. S. **O Projeto “A Escola de Cara Nova na era da informática” na Diretoria de Ensino Região de Bauru – SP: análise de seu desenvolvimento.** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2007.

OLIVEIRA, J. B. **A reforma da educação pública paulista dos anos 90: Crítica aos modelos de análise.** 2017. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, L. R. **Perfil e visão de trabalho expressa por professores eventuais de escolas de uma Diretoria de Ensino da Rede Estadual de São Paulo.** 2010. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

PARENTE, J. M. **Gerencialismo e Performatividade na Gestão Educacional do Estado de São Paulo.** 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

PARRO, A. L. G. **Avaliação Externa, Gestão e Qualidade a Educação Escolar: concepções veiculadas e concepções vivenciadas no cotidiano escolar.** 2016. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.

PEDRINHO, M. R. **O professor no novo capitalismo: representações sociais de professores do ensino fundamental, formadores e alunos de pedagogia.** 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

PENNA, M. G. O. **O professor de séries iniciais do ensino fundamental de escolas públicas de São Paulo: Posições sociais e condições de vida e trabalho.** 2007. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

PERBONI, F. **Avaliações externas e em larga escala nas redes de educação básica dos estados brasileiros.** 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

PEREZ, R. H. L. **Progressão continuada: mais um capítulo da reformulação do ensino no Estado de São Paulo.** 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

PINHEIRO, P. V. **O Banco Mundial e a Educação no Brasil: Estudo realizado a partir das teses defendidas na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no período de 1995 a 2007.** 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação e Letras. Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2010.

PIOLLI, G. P. Z. **A Reforma educacional do ensino médio no Estado de São Paulo e os atuais desafios dos docentes**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

PIUNTI, J. C. P. **O Exame Nacional do Ensino Médio: uma política reconstruída por professores de uma escola pública paulista**. 2015. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

POLATO, A. **A Relação entre as avaliações em larga escala e a organização do trabalho escolar em duas escolas públicas estaduais do interior de São Paulo**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2014.

RAAB, Y. S. **Escola para quê?** reflexões sobre a função da escola pública estadual paulista. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2016.

REGALO, C. A. **Educação, escola e sociedade no Brasil: matrizes históricas, determinações políticas e estigmas institucionais da reforma neoliberal (1996-2006) e de suas implicações pedagógicas e curriculares**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

REIS, R. R. **O movimento docente e o debate sobre o financiamento educacional: o caso da APEOSP (1995-2002)**. 2006. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

REZENDE, M. P. **Os impactos das condições de trabalho sobre a construção das territorialidades do professor na escola**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2017.

RIBEIRO, D. S. **Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP): A educação a serviço do capitalismo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

RIGOLON, W. O. **O que muda quando tudo muda?** uma análise da organização do trabalho de professores alfabetizadores. 2013. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

ROCHA, J. A. **A gestão democrática como estratégia neoliberal nas políticas educacionais locais: a rede municipal de Rio Claro**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2016.

RODRIGUES, J. D. Z. **Implicações do projeto “São Paulo Faz Escola” no trabalho de professores do Ciclo I do Ensino Fundamental**. 2010. 258 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

RODRIGUES, R. S. **A Valorização do Trabalho do Professor?** Considerações a partir de uma análise das Políticas Federais, das Políticas Estaduais e da Apeosp. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2017.

ROMANINI, M. G. **Avaliação, sistema de ciclos e regime de progressão continuada: progressão** das aprendizagens do aluno ou progressão de fluxo. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.

RUBINI, M. A. O. S. **Políticas públicas de avaliação em larga, escala, índice de desenvolvimento da educação básica e a organização da escola: Limites e Possibilidades.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

SALVADOR, J. **Os (Im)Pactos da Progressão Continuada na Voz dos Professores de Língua Portuguesa.** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

SANTOS, F. D. V. **Trabalho Docente Em Escolas Estaduais Paulistas: o desafio do professor da categoria O.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2016.

SANTOS, J. B. S. **Professores temporários da rede Estadual de São Paulo: análise da política de pessoal da perspectiva orçamentária.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

SANTOS, U. E. **Política de Avaliação Externa e em Larga Escala: O olhar do sujeito professor da Rede Municipal de Presidente Prudente.** 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

SANTOS, V. A. **Interdisciplinaridade: As causas das dificuldades de implementação do novo Ensino Médio Brasileiro e do Trabalho Docente.** 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação e Letras, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

SCHIMONEK, E. M. P. **O Plano de Desenvolvimento da Escola (Pde-Escola): Instrumento de Autonomia para as Unidades Escolares?** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2012.

SILVA, B. P. **Política educacional e o ensino fundamental de 9 anos: da proposição à implantação.** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

SILVA, E. A. **Sistemas Apostilados de Ensino: As percepções dos Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de Álvares Machado.** 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.

SILVA, E. P. **A profissionalização docente: identidade e crise.** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

SILVA, H. M. G. **Gestão educacional e sistemas de avaliação: os pressupostos ideológicos do SARESP e a trajetória das avaliações aplicadas entre 1996 e 2005.** 2006. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

- SILVA, J. L. **A rotatividade docente numa escola na rede estadual paulista**. 2007. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.
- SILVA, J. C. **A política educacional do governo José Serra (2007-2010): uma análise da atuação da APEOSP**. 2013. 231 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- SILVA, L. B. **A avaliação no regime de progressão continuada: contribuições das teses e dissertações**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.
- SILVA, L. P. F. M. **Políticas de avaliação e gestão escolar: pressupostos e contradições**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.
- SILVA, S. E. G. **Quinze anos de Progressão Continuada: A percepção dos professores**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.
- SILVA, T. M. M. **Entre discursos, prescrições e percepções: a (des)valorização do estatuto socioprofissional dos professores da rede estadual paulista de ensino**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2017.
- SOUSA, F. L. **Performatividade e subjetividade na gestão escolar**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.
- SOUZA, A. N. **As políticas educacionais para o desenvolvimento e o Trabalho Docente**. 1999. 203 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- SOUZA, R. B. **Reorganização curricular e o exercício da docência no ciclo interdisciplinar: um estudo de duas escolas da rede municipal de São Paulo em 2014**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.
- THOMAZ, W. A. **O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e sua função certificadora do ensino médio – o caso paulista**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.
- THOMAZINI, L. **Carreira e vencimento de professores da educação básica no Estado de São Paulo**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.
- TORRES, T. A. R. **O Projeto Escola de Tempo Integral na rede estadual de São Paulo: considerações acerca do direito à educação de qualidade**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.
- VASCONCELOS, L. A. **O bônus do professor**. 2006. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação e Letras, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006.

VIÇOTI, M. A. S. **A política educacional da secretaria de estado da educação de São Paulo no período de 1999 a 2002**: possibilidades e limites da autonomia da escola pública. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

VILELA, L. R. **Uma análise de política educacional de ensino paulista na década de 1990**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

ZATTI, A. M. **Avaliação do desempenho docente nas redes públicas estaduais de ensino do Brasil e sua relação com a remuneração**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2017.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

QUADRO DE INFORMAÇÕES SOBRE AS TESES E DISSERTAÇÕES SELECIONADAS POR INSTITUIÇÃO DE ENSINO

PUC CAMPINAS							
Nome	Título	Ano	Grau	Abordagem Metodológica	Tipo	Instrumento	Sujeitos
Bruna Colombo	Prova Brasil e SARESP: Repercussões na construção da qualidade da educação na percepção de professores e gestores de escolas públicas estaduais do município de Campinas (SP)	2015	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas Grupo focal	Gestores e Professores
Camila dos Santos Almeida	O Processo formativo do Programa Ler e Escrever: Uma análise da rede de formações proposta pelo Estado de São Paulo	2014	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas e questionários	Professores, supervisores de ensino e professores coordenadores
Edna Buoro	Avaliação da aprendizagem nos ciclos e na progressão continuada a partir das concepções de atores do processo educacional	2013	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Questionário	Professores, Gestores e Alunos
Larissa Francian e Greve	Saresp e Enem: Efeitos no currículo do ensino médio integral em escolas públicas estaduais do município de Campinas na	2017	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Supervisora, diretor, vice diretora e pedagoga

	percepção de gestores e professores						
Marisa Xavier Coutrim Dalri	Gestão da Escola de Tempo Integral: O caso de uma escola pública de ensino fundamental do município de Americana (SP)	2013	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Professores e Gestores
Rafael Gabriel de Oliveira Júnior	Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo: Um estudo a partir da produção científica brasileira (1996-2011)	2013	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica	Revisão	-

PUC SÃO PAULO							
Nome	Título	Ano	Grau	Abordagem Metodológica	Tipo	Instrumento	Sujeitos
Allan Ary Merguedician	Plano de Carreira do professor da rede de Educação Básica do Estado de São Paulo: expectativas e atendimento	2012	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Professor, gestor, representante sindical
Cristiane Dias Mirisola	Inserção profissional docente no Estado de São Paulo: A escola de formação e o curso para professores ingressantes da SEE/SP	2012	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Professores e professor coordenador
Eduardo Francisco	Formação e Trabalho Docente: um estudo com professores do Ensino Médio	2010	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Questionário	Professores
Eliana Allbarrans	Impacto da Reforma	2011	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Grupo Focal	Grupo focal com

Leite	Curricular do Estado de São Paulo (gestão 2007-2010) em uma unidade escolar da rede						professores
Eloisa Barbosa Oliveira de Blasis	Avaliação educacional em larga escala e as políticas municipais de educação em duas cidades do Estado de São Paulo	2011	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Estudo de Caso	Secretárias da Educação (2)
Jadilson Oliveira da Silva	A rotatividade docente numa escola na rede estadual paulista	2007	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Entrevista com professores, diretores
José Luís Feijó Nunes	A reforma da educação pública paulista dos anos 90: O discurso oficial e a ação prática do governo estadual para implementar a política do Banco Mundial	2005	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Entrevista com professores e observação de reuniões de pais (com transcrição)
Juarez Bernardino De Oliveira	A reforma da educação pública paulista dos anos 90: Crítica aos modelos de análise	2017	Doutorado	Qualitativa	Bibliográfica	Revisão	-
Lorena Rodrigues de Oliveira	Perfil e visão de trabalho expressa por professores eventuais de escolas de uma Diretoria de Ensino da	2010	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Questionário/ Entrevistas	Professores

	Rede Estadual de São Paulo						
Marieta Gouveia de Oliveira Penna	O professor de séries iniciais do ensino fundamental de escolas públicas de São Paulo: Posições sociais e condições de vida e trabalho	2007	Doutorado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas e questionário	Professores, alunos, diretor, pais de alunos e prof.coord enador
Melina Sant'anna Alcantara	Políticas de bonificação e indicadores de qualidade: mecanismos de controle nas escolas estaduais paulistas	2010	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica	Revisão	-
Rute Rodrigues dos Reis	O movimento docente e o debate sobre o financiamento educacional: o caso da APEOSP (1995-2002)	2006	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Professores integrantes do sindicato
Tatiana Pereira de Freitas	Autonomia e identidade profissional de professores de Educação Física diante da proposta curricular do Estado de São Paulo	2011	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Professores e Prof. Coordenador

UFSCAR 03							
Nome	Título	Ano	Grau	Abordagem	Tipo	Instrumento	Sujeitos
Claudia Carnevis de Mello	A política educacional paulista e o processo de municipalização - 1995-2008: gerenciamento de	2010	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Diretores

	resultados e patrimonialismo						
Danielle Cristina Nogueira	Revisitando O espaço escolar: os sentidos produzidos pelos professores sobre o Saesp na escola prioritária	2015	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Estudo de Caso	Professores (sala de recurso) e professores coordenadores
Juliana Cristina Perloti Piunti	O Exame Nacional do Ensino Médio: uma política reconstruída por professores de uma escola pública paulista	2015	Doutorado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Professores e professora coordenadora
Luisa Foppa Bergo	Política De Bonificação Salarial No Estado de São Paulo: Desdobramentos para o desenvolvimento profissional e o Trabalho Docente	2016	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevista	Professores
Priscila de Paulo Uliam Martins	Políticas públicas de avaliação na perspectiva docente: desdobramentos da Provinha Brasil, Prova Brasil e Saesp para o trabalho de professores dos anos iniciais do ensino fundamental	2015	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas/ Questionário	Professores (Ens. Fundamental)
Solange Aparecida Da Silva Brito	Estágio remunerado, formação, profissionalização e precarização do Trabalho Docente: um estudo a partir do programa residência educacional”	2013	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica/ Documental	Revisão	-

UMESP 04							
Nome	Título	Ano	Grau	Abordagem	Tipo	Instrumento	Sujeitos
Antonio Carlos Soler Notário	Autonomia do Trabalho Docente na Rede Pública Paulista: política educacional e resistência sindical	2007	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevista	Professores militantes da APEOSP
Luís Antônio Vasconcelos	O Bônus Professor	2006	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Questionário	Professor
Patricia Da Veiga	O Banco Mundial e a	2010	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica/Docume	Revisão	-

Pinheiro	Educação no Brasil: Estudo realizado a partir das teses defendidas na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no Período De 1995 a 2007				ntal		
Valdenir Abel dos Santos	Interdisciplinaridade: As causas das dificuldades de implementação do novo Ensino Médio Brasileiro e do Trabalho Docente	2007	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica/Documental	Revisão	-

UNESP ARARAQUARA 05							
Nome	Título	Ano	Grau	Abordagem	Tipo	Instrumento	Sujeitos
Andreza Barbosa	Os salários dos professores brasileiros: implicações para o Trabalho Docente	2011	Doutorado	Qualitativa	Bibliográfica/Documental	Revisão	-
Eliane Paganini da Silva	A profissionalização docente: identidade e crise	2006	Mestrado	Qualitativa e Quantitativa	Empírica	Entrevistas	Alunos do curso de Pedagogia
Franciele Del Vecchio dos Santos	Trabalho Docente em Escolas Estaduais Paulistas: o desafio do professor da categoria O	2016	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Professores (categoria O)
Hilda Maria Gonçalves da Silva	Gestão Educacional e Sistemas de avaliação: Os pressupostos ideológicos do SARESP e a trajetória das avaliações	2006	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica/Documental	Revisão	-

	aplicadas entre 1996 e 2005.						
Jean Douglas Zeferino Rodrigues	Implicações do Projeto “São Paulo Faz Escola” do Trabalho de Professores do Ciclo I do Ensino Fundamental	2010	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Professores
Juliana Tiburcio Silveira Fossaluzza	A Memória-Trabalho e Política de Professores da Educação Básica e a Consciência de Classe Proletária Potencial	2017	Doutorado	Qualitativa	Empírica	Entrevista	Professores
Juliane Salvador	Os (Im)Pactos da Progressão Continuada na Voz dos Professores de Língua Portuguesa	2009	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Professores e Prof Coordenador
Letícia Brito da Silva	A avaliação no regime de progressão continuada: contribuições das teses e dissertações	2010	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica/ Documental	Revisão	-
Luci de Lima Andrade Aquino	O Trabalho Docente para além do ensino: O uso do tempo destinado ao preparo de aula por professoras alfabetizadoras de escola estadual de Ciclo I do Ensino Fundamental	2009	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevista/ Questionário	Professores
Maria José Da Silva Fernandes	Problematizando o trabalho do professor coordenador	2004	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica/ Documental	Revisão	-

	pedagógico nas escolas públicas paulistas						
Maria José da Silva Fernandes	A Coordenação Pedagógica em Face das Reformas Escolares Paulistas (1996-2007)	2008	Doutorado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Profs e prof coordenador
Maristela Gallo Romanini	Avaliação, sistema de ciclos e regime de progressão continuada: progressão das aprendizagens do aluno ou progressão de fluxo	2007	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Etnográfica/ entrevistas	Professores
Rita de Cássia Duarte	O professor coordenador das escolas públicas estaduais paulistas: análise das condições de trabalho e a construção do projeto político-pedagógico	2007	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Questionário	Profs e profs coordenadores
Saulo Rodrigues de Carvalho	Profissionalização docente e subordinação do trabalho educativo à lógica flexível da produção capitalista.	2016	Doutorado		Bibliográfica/ Documental	Revisão	-
Saulo Rodrigues de Carvalho	Políticas Neoliberais e Educação Pós-Moderna no Ensino Paulista	2010	Mestrado		Bibliográfica/ Documental	Revisão	-
Vanessa Lara Antonini	Banco Mundial e política educacional brasileira:	2006	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica/ Documental	Revisão	-

	um olhar sobre o Fundescola e o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE)						
Wellington Luiz Alves Aranha	Professores Eventuais nas Escolas Estaduais Paulistas: Ajudantes de Serviço Geral da Educação?	2007	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Depoimentos	Professores e gestores

UNESP MARÍLIA 06

Nome	Título	Ano	Grau	Abordagem	Tipo	Instrumento	Sujeitos
Ana Lúcia Garcia Parro	Avaliação Externa, Gestão e Qualidade Da Educação Escolar: concepções veiculadas e concepções vivenciadas no cotidiano escolar	2016	Doutorado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Profs, gestores, pais ou responsáveis
Ana Paula Giavara	Entre o discurso e a prática: a implementação do currículo de história para o ensino médio no Programa Educacional "São Paulo Faz Escola"	2012	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Estudo de Casos	Prof de história e prof coordenador
Andréia Melanda Chirinéa	O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e as dimensões associadas à qualidade da educação na escola pública municipal	2010	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Professores e diretor (gestor)
Carolina Baryl de Moura	A Precarização do Trabalho Docente nas escolas estaduais paulistas	2013	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica/ Documental	Revisão	-
Érica Luisa Matos Furtado	Políticas educacionais e gestão democrática na escola	2005	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica/ Documental	Revisão	-
Fernanda Fernandes dos Santos Lanza	Gestão democrática, sindicato e participação política dos	2010	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Profs do Conselho da escola

	professores						
Luciana Pegoraro Francisco de Mello e Silva	Políticas de avaliação e gestão escolar: pressupostos e contradições	2016	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevista	Gestores (profs coord, diretores, vice-diretor)
Maria do Carmo Capputti Mazzini	A Precarização do trabalho das professoras da Rede Municipal de Educação de Marília/SP	2017	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Professores
Maristela Bortolatto Cunha	O Novo Ensino Médio e o Exercício da Cidadania: Controvérsias e Desafios	2005	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Estudo de casos	Prof. Coordenador e alunos (Conselho)
Renato Kedy Hidaka	As Políticas Neoliberais dos Governos Covas e Alckmin (1995-2006) e o Movimento Sindical dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo	2012	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Professores (APEOSP)
Viviani Fernanda Hojas	SARESP: a escola como produtora de políticas	2017	Doutorado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Profs., prof coordenadores, diretor e vice direto

UNESP PRESIDENTE PRUDENTE 07							
Nome	Título	Ano	Grau	Abordagem	Tipo	Instrumento	Sujeitos
Beatriz Passos da Silva	Política educacional e o ensino fundamental de 9 anos: da proposição à implantação	2012	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Questionários	Professores
Cláudia Márcia de Souza Oliveira	As implicações da implementação do currículo oficial do Estado de São Paulo no cotidiano de uma escola	2012	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Etnográfica: Estudo de caso/ Diário de campo	Professores
Edimar Aparecido	Sistemas Apostilados	2013	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Questionários	Professores e Gestores

da Silva	de Ensino: As percepções dos Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental de Álvares Machado						
Eduard Angelo Bendrath	O Programa Escola da Família enquanto Política Pública: Políticas Compensatórias e Avaliação de Rendimento	2010	Mestrado	Qualitativa e Quantitativa	Empírica	Estudo de Caso	Professores e alunos de pedagogia
Fabio Perboni	Avaliações Externas e em Larga Escala nas Redes de Educação Básica dos Estados Brasileiros	2016	Doutorado	Qualitativa	Bibliográfica / Documental	Revisão	-
Jucirley Cardoso de Jesus	O Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp) e suas Implicações no Contexto de uma Escola Estadual No Município de Osvaldo Cruz/SP	2014	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Questionário	Professores e gestores
Juliano Mota Parente	Gerencialismo e Performatividade na Gestão Educacional do Estado de São Paulo	2016	Doutorado	Qualitativa	Bibliográfica / Documental	Revisão	-

Maria Ângela Oliveira de Sá Rubini	Políticas Públicas de Avaliação em Larga Escala, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e a Organização da Escola: Limites e Possibilidades	2017	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevista	Professores, Diretor e Orientador Pedagógico
Maria Solange Caravina	Impacto da municipalização do Ensino Fundamental Público sobre as condições de trabalho dos professores no município de Presidente Prudente-SP	2009	Mestrado	Qualitativa e Quantitativa	Empírica	Entrevista	Professores
Rita de Cássia Zirondi Nallo	Avaliação Externa: Estratégias de Controle ou Inclusão?	2010	Doutorado	Qualitativa	Empírica	Estudo de caso	Professores
Sérgio Eduardo Gomes da Silva	Quinze anos de Progressão Continuada: A percepção dos professores	2015	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Questionário	Professores
Uillians Eduardo Santos	Política de Avaliação Externa e em Larga Escala: O olhar do sujeito professor da Rede Municipal de Presidente Prudente	2017	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevista	Professores

Nome	Título	Ano	Grau	Abordagem	Tipo	Instrumento	Sujeitos
Alessandra Aparecida Cain	O Atendimento ao Ensino Fundamental: Análise de parcerias de dois Municípios Paulistas e o setor privado na aquisição de 'Sistema de Ensino'	2009	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Diretor e Professor coordenador
Amanda Polato	A Relação entre as avaliações em larga escala e a organização do trabalho escolar em duas escolas públicas estaduais do interior de São Paulo	2014	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Etnográfica: entrevista e observação	Professor e Gestores (prof. Coordenador e diretores)
Bruna Padilha de Oliveira	O Essencial É Invisível Aos Olhos: A Emulação À Escola Produtivista E A Subsunção Das Múltiplas Jornadas Das Professoras No Programa De Ensino Integral De São Paulo	2017	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Depoimentos	Professores
Elisângela Maria Pereira Schimonek	O Plano de Desenvolvimento da Escola (Pde-Escola): Instrumento de Autonomia para as Unidades Escolares?	2012	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Professores, diretores, professores coordenadores
Fabiana Alvarenga Filipe	A Concepção De Qualidade Educacional Induzida Pelas Avaliações Em Larga Escala: Análise De Documentos Oficiais Do Estado de São Paulo (2008-2014)	2016	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica/ Documental	Revisão	-
Jefferson Alves da Rocha	A Gestão Democrática Como Estratégia Neoliberal Nas Políticas	2016	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Professores (conselho da escola)

	Educacionais Locais: A Rede Municipal de Rio Claro						
Katia Cristina Deps Miguel	Programa Mais Educação: uma análise do projeto pedagógico	2015	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Professores
Marcos da Silva Felix	A prática do professor de matemática em classes de recuperação de ciclo II no regime de progressão continuada do Estado de São Paulo	2007	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Questionário/ Entrevistas	Professores (matemática) e assistente pedagógico
Marcos Vinicius Marques	O Processo de Configuração Curricular: Uma Análise da Compreensão de Professores de Educação Física das Séries Iniciais do Ensino Fundamental	2014	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Questionário/ Entrevistas	Professor
Mariana da Rocha Basílio	Valorização do Trabalho Docente ou uma miríade de novas responsabilidades e exigências ao professor nos decretos do governo paulista?	2015	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica/ Documental	Revisão	-
Marilda Aparecida Leme	Programa Escola da Família: Gestão Democrática nas Escolas Públicas Paulistas?	2007	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas e questionários	Professor e Professor coordenador
Marina da Silva Margiotti	Expectativas de aprendizagem diante da progressão continuada	2010	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevista/ Questionário	Professor, prof coordenador, diretor e pais
Robson da Silva Rodrigues	A Valorização do Trabalho do Professor? Considerações a partir de uma análise das Políticas Federais, das Políticas Estaduais e da Apeoesp	2017	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica/ Documental	Revisão	-

UNICAMP 09							
Nome	Título	Ano	Grau	Abordagem	Tipo	Instrumento	Sujeitos
Ana Lucia Lennert	Professores de Sociologia: relações e condições de trabalho	2009	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevista	Professores (sociologia)
Aparecida Neri de Souza	As Políticas Educacionais para o desenvolvimento e o Trabalho Docente	1999	Doutorado	Qualitativa	Empírica	Entrevista	Professores
Carlos Alberto Regalo	Educação, Escola e Sociedade no Brasil: Matrizes Históricas, Determinações Políticas E Estigmas Institucionais Da Reforma Neoliberal (1996-2006) E De Suas Implicações Pedagógicas E Curriculares	2013	Doutorado	Qualitativa	Bibliográfica / Documental	Revisão	-
Cibele Madai Valderramas Ignácio	O programa ler e escrever e o ensino de matemática nos anos iniciais da rede pública de São Paulo	2014	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica / Documental	Revisão	-
Denise da Silva Ribeiro	Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP): A educação a serviço do capitalismo	2008	Mestrado	Qualitativa	Bibliografia	Revisão	-
Gisiley Paulin Zucco Piolli	A Reforma Educacional do Ensino Médio no Estado de São Paulo e os atuais desafios dos docentes	2006	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Professores do Ensino Médio

Juan Carlos da Silva	“A Política Educacional Do Governo José Serra (2007-2010): uma análise da atuação da Apeoesp”	2013	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica / Documental	Revisão	-
Juliana Regina Basílio	Tornar-Se Professor(A) Na Rede Estadual De Ensino De São Paulo: Práticas De Contratação E Condição Docente (1985-2013)	2016	Doutorado	Qualitativa	Empírica	Questionário/ Entrevista	Professores
Karolina Da Silva Miranda Jardim	O Trabalho Docente Na Rede Estadual De Ensino No Estado de São Paulo	2016	Doutorado	Qualitativa	Empírica	Entrevista	Professores
Luciane Ribeiro Vilela	Uma Análise De Política Educacional De Ensino Paulista Na Década De 1990	2002	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevista	Professores
Mara Rosana Pedrinho	O professor no novo capitalismo: representações sociais de professores do ensino fundamental, formadores e alunos de pedagogia	2013	Doutorado	Qualitativa	Empírica	Questionário	Estudantes de Pedagogia
Maria Lúcia Ferreira	Análise da política de integração escola – comunidade: um estudo de caso do Programa Escola da Família do Estado de São Paulo	2009	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Estudo de caso/ Entrevista	Professores, Professor coordenador, diretor
Marli Aparecida da Silva Viçoti	A Política Educacional Da Secretaria De Estado Da Educação De	2010	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevista/ Questionário	Dirigente regional de ensino, Supervisores de ensino e

	São Paulo No Período De 1999 A 2002: Possibilidades E Limites Da Autonomia Da Escola Pública						Diretores de escola.
Paulo César Martins	A (des)concentração como estratégia e fortalecimento institucional como condição na implementação da política educacional do Estado de São Paulo (1995-1998)	2000	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Dirigente regional de ensino e Supervisores de ensino
Potiguara Mateus Porto de Lima	“Concepção E Valorização Do Trabalho Docente: Políticas Meritocráticas Na Educação Pública”	2015	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevista	Supervisores de Ensino, Secretária da Educação
Regina Helena Lombardo Perez	Progressão Continuada: Mais Um Capítulo Da Reformulação Do Ensino No Estado de São Paulo	2009	Doutorado	Qualitativa	Empírica	Entrevista	Professores
Rosana Prado Biani	A Progressão Continuada Rompeu Com Mecanismos De Exclusão?	2007	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Estudo de Caso	Professores, gestores e funcionários
Walkiria de Oliveira Rigolon	O Que Muda Quando Tudo Muda? Uma Análise Da Organização Do Trabalho De Professores Alfabetizadores	2013	Doutorado	Qualitativa	Empírica	Entrevista	Professores, professores aposentados, professores coordenadores, diretores de escola, supervisores de ensino
Wilmara Alves Thomaz	O Exame Nacional Do Ensino Médio (Enem) E Sua Função Certificadora Do Ensino Médio – O	2016	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevista	Professores, diretores, prof. Coordenador e supervisores

	Caso Paulista						
--	---------------	--	--	--	--	--	--

UNIFESP 10							
Nome	Título	Ano	Grau	Abordagem	Tipo	Instrumento	Sujeitos
Alexandre Weingrill Araujo	Entre Finalidades, Aspirações E A Experiência: O Ensino Médio E Os Seus Sujeitos.	2015	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Professores, gestores e alunos
Antonio Marcos Zatti	Avaliação Do Desempenho Docente Nas Redes Públicas Estaduais De Ensino Do Brasil E Sua Relação Com A Remuneração	2017	Mestrado	Qualitativa e Quntitativa	Bibliográfica/Documental	Revisão	-
Francisco Lindoval de Sousa	Performatividade e subjetividade na gestão escolar.	2016	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Questionário	Gestores(diretores, vice, prof. Coordenadores
João Batista Silva Dos Santos	Professores Temporários Da Rede Estadual De São Paulo: Análise Da Política De Pessoal Da Perspectiva Orçamentária	2016	Mestrado	Qualitativa e Quantitativa	Bibliográfica/Documental	Revisão	-
Leandro Thomazini	Carreira e vencimento de professores da educação básica no Estado de São Paulo	2016	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Representantes das secretarias/diretorias municipais de Educação
Marcos Pedro Rezende	Os Impactos Das Condições De Trabalho Sobre A Construção Das	2017	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Professores

	Territorialidades Do Professor Na Escola Pública Estadual De São Paulo.						
Maria Lucia Lanza	Sobre o bom professor: estudo de caso em uma escola da rede estadual paulista com alunos do ensino médio	2016	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevista/ Estudo de caso	Professores e alunos
Rafaela De Barros Souza	Reorganização Curricular E O Exercício Da Docência No Ciclo Interdisciplinar: Um Estudo De Duas Escolas Da Rede Municipal De São Paulo Em 2014	2016	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Estudo de Casos / Entrevistas	Professores
Thiago Moreira Melo e Silva	Entre Discursos, Prescrições e Percepções: a (Des)Valorização Do Estatuto Socioprofissional Dos Professores Da Rede Estadual Paulista De Ensino	2017	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Professores, gestores (diretores, vice-diretores e coordenadores) e familiares
Vanessa Filgueira	Condições De Trabalho Docente No Ensino Fundamental II Na Rede Estadual Paulista E Representações De Professores Sobre	2017	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevista	Professores

	Autonomia						
--	-----------	--	--	--	--	--	--

UNIMEP 11							
Nome	Título	Ano	Grau	Abordagem	Tipo	Instrumento	Sujeitos
Alex Sander Contiero	O Regime De Progressão Continuada No Estado de São Paulo: Indicadores E Perspectivas Para Novas Pesquisas	2009	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica/ Documental	Revisão	-
Cíntia Magno Brazorotto	Ensino Médio Integrado: Os Desafios Para A Implantação Da Política Educacional	2014	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Estudo de Caso	Professores e Diretores (Ens. Médio)
Claudionéia Aparecida Fontana	O Trabalho Informal Docente Na Rede Pública De Ensino Do Estado de São Paulo	2008	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica/ Documental	Revisão	-
Ednéia Soares De Souza Oliveira	O Projeto “A Escola De Cara Nova Na Era Da Informática” Na Diretoria De Ensino Região De Bauru – Sp: Análise De Seu Desenvolvimento	2007	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevista	Professores e Diretores
Eliana Maria Ferin	O Currículo De Geografia Do Ensino Médio Das Escolas Públicas Estaduais De São Paulo: Implicações Do Uso De Competências	2015	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica/ Documental	Revisão	-
Elias Enrique Moreira	A Reforma Educacional Paulista Entre 1995-2000 E O Trabalho Docente	2007	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica/ Documental	Revisão	-
Karina Cintra	Partidos Políticos E	2007	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica/ Documental	Revisão	-

De Abreu Angelo	Educação: A Implantação Da Reforma Educacional E O Papel Da Assembléia Legislativa Do Estado de São Paulo (1995-1998).						
Maria Inês Miquelet o Casado	O Sistema De Ciclos E A Jornada De Trabalho Do Professor Do Estado de São Paulo	2006	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica/ Documental	Revisão	-
Rosemary Mattos	A Política Educacional No Estado de São Paulo (2007-2010) E Suas Articulações Com O Trabalho Docente	2012	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevistas	Professores
Yeda Strada Raab	Escola Para Quê? Reflexões Sobre A Função Da Escola Pública Estadual Paulista	2016	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Entrevista coletiva	Professores e Alunos

USP 12							
Nome	Título	Ano	Grau	Abordagem	Tipo	Instrumento	Sujeitos
Bárbara Barbosa Born	Prova São Paulo e currículo: imbricações e tensões da avaliação externa na Rede Municipal de Ensino de São Paulo	2015	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica / Documental	Revisão	-
Caio Augusto Carvalho Alves	Os saberes profissionais dos professores: formações, carreiras e experiências nas reformas da rede pública de	2016	Doutorado	Qualitativa	Empírica	Entrevista	Professores

	ensino do Estado de São Paulo (1980 a 2010)						
Carolina De Roig Catini	Trabalho Docente, capital e Estado crítica de interpretações sobre o magistério no Brasil	2008	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica / Documental	Revisão	-
Debora Cristina Jeffrey	Representações De Docentes Sobre O Regime De Progressão Continuada: Dilemas E Possibilidades	2006	Doutorado	Qualitativa	Empírica	Entrevista	Professores
Isabela Bilecki Da Cunha	A postura docente diante dos ciclos de aprendizagem	2007	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Estudo de Caso/ entrevista	Professores
Nathalia Cassettari	Remuneração variável para professores: revisão da literatura e desdobramentos no Estado de São Paulo	2010	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica / Documental	Revisão	-
Pâmela Félix Freitas	Usos Das Avaliações Externas: Concepções De Equipes Gestoras De Escolas Da Rede Municipal De Ensino De São Paulo	2014	Mestrado	Qualitativa e Quantitativa	Empírica	Entrevista/ Questionário	Professor coordenador, diretor e assistente de diretor
Paula Daniele Ferraresi	Ensino Fundamental De Nove Anos: Uma Ampliação De Direitos?	2015	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica / Documental	Revisão sistemática	-
Paula De Souza Nunes	Reforma curricular na rede estadual de ensino de São Paulo: decorrências para a organização do trabalho em uma escola	2014	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Estudo de Caso/ Entrevista	Professores, Prof. Coordenadores, diretores

Raíssa De Oliveira Chappaz	A Prova São Paulo e as tensões das avaliações externas: diálogos com o currículo oficial da Rede Municipal de Ensino de São Paulo	2015	Mestrado	Qualitativa	Bibliográfica / Documental	Revisão	-
Tânia Gonçalves	Autoridade docente Pensamento, responsabilidade e reconhecimento	2012	Doutorado	Qualitativa	Bibliográfica / Documental	Revisão	-
Tathiana Gouvêa Da Silva Barrera	O Movimento Brasileiro De Renovação Educacional No Início Do Século XXI	2016	Doutorado	Qualitativa	Bibliográfica / Documental	Revisão	-
Tatiane Aparecida Ribeiro Torres	O Projeto Escola de Tempo Integral na rede estadual de São Paulo: considerações acerca do direito à educação de qualidade	2016	Mestrado	Qualitativa	Empírica	Estudo de Caso/ Entrevista	Professores, gestores, pais, alunos

Fonte: Elaborado pelos autores.

NOTA: (-) Pesquisas que não apresentaram sujeitos participantes.

APÊNDICE 2

QUADRO DE EIXOS DE ANÁLISE A PARTIR DA RECORRÊNCIA DOS TERMOS E DA LEITURA

Notas:

(-) Termo não utilizado pelo (a) autor (a)

(X) Termo utilizado pelo (a) autor (a)

Eixos de Análise: Palavras-chave		Contexto						Características				Medidas Reformistas	
IES	AUTOR	Capitalismo	Neoliberalismo	NGP	Gerencialismo	Performatividade	Org. Internacional	Intensificação	Precarização	Flexibilização	Proletarização	Bonificação	Regulação
PUC CAMPINAS	Colombo (2015)	X	X	-	-	-	X	-	X	-	-	X	X
	Almeida (2014)	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X
	Buoro (2013)	-	-	-	-	-	X	X	-	-	-	X	-
	Darli (2013)	X	X	-	X	-	X	X	X	X	-	-	X
	Greve (2017)	X	X	-	X	X	X	X	-	-	-	X	X
	Oliveira Jr.(2013)	X	X	X	X	-	X	X	X	-	-	X	X
	TOTAL	5	5	1	3	1	5	4	3	1	0	4	5
Eixos de Análise: Palavras-chave		Contexto						Características				Medidas Reformistas	
IES	AUTOR	Capitalismo	Neoliberalismo	NGP	Gerencialismo	Performatividade	Org. Internacional	Intensificação	Precarização	Flexibilização	Proletarização	Bonificação	Regulação
PUC- SÃO PAULO	Merguedician (2012)	X	X	-	X	X	X	X	X	X	-	X	X
	Mirisola (2012)	-	-	-	X	-	X	X	X	X	-	-	-
	Francisco (2010)	X	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	-
	Leite (2011)	X	X	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X

	Blasis (2011)	X	-	-	X	-	X	X	X	X	-	X	X
	Silva (2007)	-	-	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-
	Nunes (2005)	X	X	-	-	-	X	X	X	-	-	-	-
	Oliveira (2017)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Oliveira (2010)	X	X	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X
	Penna (2007)	X	-	-	-	-	X	X	X	X	-	-	X
	Alcantara (2010)	X	X	-	X	-	X	X	X	X	X	X	X
	Reis (2006)	X	X	-	X	-	X	X	X	X	X	X	-
	Freitas (2011)	X	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X
	TOTAL	11	7	1	6	1	9	12	12	11	7	9	8
Eixos de Análise: Palavras-chave		Contexto						Características				Medidas Reformistas	
IES	AUTOR	Capitalismo	Neoliberalismo	NGP	Gerencialismo	Performatividade	Org. Internacional	Intensificação	Precarização	Flexibilização	Proletarização	Bonificação	Regulação
UFSCAR	Mello (2010)	X	-	X	X	-	-	-	X	X	-	-	X
	Nogueira (2015)	X	X	-	-	X	X	X	X	-	-	X	X
	Piunti (2015)	X	X	-	-	-	X	X	X	X	-	X	X
	Bergo (2016)	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Martins (2015)	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Brito (2013)	X	X	-	-	-	X	-	X	X	X	X	X
	TOTAL	6	5	1	3	3	5	4	6	5	3	5	6
Eixos de Análise: Palavras-chave		Contexto						Características				Medidas Reformistas	

	Romanini (2007)	X	X	-	-	-	X	-	-	-	-	X	X
	Duarte (2007)	X	X	-	X	-	X	X	X	X	X	X	-
	Carvalho (2016)	X	X	-	X	-	X	X	X	X	X	-	X
	Carvalho (2010)	X	X	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X
	Antonini (2006)	X	X	-	X	-	X	-	-	X	-	-	-
	Aranha (2007)	X	X	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X
	TOTAL	16	16	0	10	4	15	14	11	14	10	11	12
Eixos de Análise: Palavras-chave		Contexto						Características				Medidas Reformistas	
IES	AUTOR	Capitalismo	Neoliberalismo	NGP	Gerencialismo	Performatividade	Org. Internacional	Intensificação	Precarização	Flexibilização	Proletarização	Bonificação	Regulação
UNESP MARÍLIA	Parro (2016)	X	X	-	X	-	X	-	-	X	-	X	X
	Giavara (2012)	X	X	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X
	Chirinéa (2010)	X	X	-	X	-	X	-	-	X	-	X	X
	Moura (2013)	X	X	-	X	-	X	X	X	X	-	X	X
	Furtado (2005)	X	X	-	-	-	X	X	-	X	X	-	X
	Lanza (2010)	X	X	-	X	-	X	-	X	-	X	X	X
	Silva (2016)	X	X	-	X	-	X	X	-	-	-	X	X
	Mazzini (2017)	X	X	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X
	Cunha (2005)	X	X	-	X	-	X	X	-	X	-	X	X
	Hidaka (2012)	X	X	-	X	-	X	X	X	X	X	X	X
Hojas (2017)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-	X	X	
	TOTAL	11	11	1	8	2	11	8	6	9	5	11	11
Eixos de Análise: Palavras-chave		Contexto						Características				Medidas Reformistas	
IES	AUTOR	Capitalismo	Neoliberalismo	NGP	Gerencialismo	Performatividade	Org. Internacional	Intensificação	Precarização	Flexibilização	Proletarização	Bonificação	Regulação

UNESP PRESIDENTE PRUDENTE	Silva (2012)	X	-	-	-	-	X	-	X	-	-	-	-
	Oliveira (2012)	X	X	-	-	-	X	-	X	-	-	X	X
	Silva (2013)	X	X	-	X	-	X	X	X	X	-	-	X
	Bendrath (2010)	X	X	-	X	-	X	-	X	-	-	X	X
	Perboni (2016)	X	X	-	X	X	X	X	X	X	-	X	X
	Jesus (2014)	X	X	-	X	X	X	X	X	X	-	X	X
	Parente (2016)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-	X	X
	Rubini (2017)	X	X	-	X	-	X	X	X	X	X	X	X
	Caravina (2009)	X	X	-	-	-	X	X	X	-	-	X	-
	Nallo (2010)	X	X	-	X	-	X	-	X	X	-	X	X
	Silva (2015)	X	-	-	X	-	X	X	X	X	-	-	X
	Santos (2017)	X	X	-	X	-	X	X	X	-	-	X	X
	TOTAL	12	10	1	9	3	12	8	12	7	1	9	10
Eixos de Análise: Palavras-chave		Contexto					Características					Medidas Reformistas	
IES	AUTOR	Capitalismo	Neoliberalismo	NGP	Gerencialismo	Performatividade	Org. Internacional	Intensificação	Precarização	Flexibilização	Proletarização	Bonificação	Regulação
UNESP RIO CLARO	Cain (2009)	X	X	-	X	-	X	-	X	X	-	X	X
	Polato (2014)	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Oliveira (2017)	X	X	-	X	X	X	X	X	X	-	X	X
	Schimonek (2012)	X	X	-	X	X	X	X	X	X	-	X	X
	Filipe (2016)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	-	X	X
	Rocha (2016)	X	X	-	-	-	X	-	-	-	X	-	X
	Miguel (2015)	X	X	-	-	-	X	-	X	-	-	-	-
	Felix (2007)	X	X	-	-	-	X	X	X	-	-	X	X
	Marques (2014)	X	-	-	-	-	-	X	X	X	-	-	X
Basílio (2015)	X	X	-	X	-	X	X	X	X	X	X	X	

	Leme (2007)	X	X	-	X	-	X	X	X	X	-	X	X
	Margiotti (2010)	X	X	-	X	-	X	X	X	X	X	X	X
	Rodrigues (2017)	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	TOTAL	13	12	1	9	5	12	10	12	10	5	10	12
Eixos de Análise: Palavras-chave		Contexto						Características				Medidas Reformistas	
IES	AUTOR	Capitalismo	Neoliberalismo	NGP	Gerencialismo	Performatividade	Org. Internacional	Intensificação	Precarização	Flexibilização	Proletarização	Bonificação	Regulação
UNICAMP	Lennert (2009)	X	-	-	-	-	-	X	X	X	X	-	X
	Souza (1999)	X	X	-	-	-	X	X	X	X	X	-	-
	Regalo (2013)	X	X	-	-	X	X	X	X	X	-	X	X
	Ignácio (2014)	-	X	-	-	-	X	X	X	-	X	X	-
	Ribeiro (2008)	X	X	-	X	-	X	X	X	X	X	X	X
	Pioli (2006)	X	X	-	X	-	X	X	X	X	X	X	X
	Silva (2013)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Basílio (2016)	X	-	-	-	-	X	-	X	-	-	X	X
	Jardim (2016)	X	X	-	X	-	X	X	X	X	-	X	X
	Vilela (2002)	X	X	-	-	-	X	-	-	X	-	X	X
	Pedrinho (2013)	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	-	X
	Ferreira (2009)	X	X	-	X	-	X	X	X	X	-	-	X
	Viçoti (2010)	X	X	-	X	-	X	X	X	X	-	X	X
	Martins (2000)	X	-	-	X	-	X	-	-	X	-	-	X
	Lima (2015)	X	X	-	X	X	X	X	X	X	-	X	X
	Perez (2009)	X	X	-	-	-	X	X	X	X	-	-	X
	Biani (2007)	X	X	X	X	-	X	X	X	X	X	-	X
	Rigolon (2013)	X	X	-	X	X	X	X	X	X	-	X	X
Thomaz (2016)	X	X	-	X	X	X	-	X	X	-	X	X	
	TOTAL	18	16	2	12	6	18	15	17	17	8	12	17
Eixos de Análise: Palavras-chave		Contexto						Características				Medidas Reformistas	

IES	AUTOR	Capitalismo	Neoliberalismo	NGP	Gerencialismo	Performatividade	Org. Internacional	Intensificação	Precarização	Flexibilização	Proletarização	Bonificação	Regulação
UNIFESP	Araujo (2015)	X	X	-	-	-	X	-	X	X	-	X	X
	Zatti (2017)	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Sousa (2016)	X	X	-	X	X	X	X	X	X	-	X	X
	Santos (2016)	X	X	-	X	X	-	X	X	X	X	-	X
	Thomazini (2016)	X	X	-	X	-	X	X	X	X	-	X	X
	Rezende (2017)	X	X	-	X	-	X	X	X	-	X	X	X
	Lanza (2016)	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	-	X
	Souza (2016)	X	X	-	X	-	X	X	X	X	X	-	X
	Silva (2017)	X	X	-	X	-	X	X	X	X	X	X	X
	Filgueira (2017)	X	X	-	X	-	X	X	X	X	X	X	X
TOTAL		10	10	0	9	4	9	9	10	9	7	7	10
Eixos de Análise: Palavras-chave		Contexto					Características					Medidas Reformistas	
IES	AUTOR	Capitalismo	Neoliberalismo	NGP	Gerencialismo	Performatividade	Org. Internacional	Intensificação	Precarização	Flexibilização	Proletarização	Bonificação	Regulação
UNIMEP	Contiero (2009)	X	X	-	-	-	X	X	X	X	-	-	X
	Brazorotto (2014)	X	X	-	-	X	X	X	X	X	-	X	X
	Fontana (2008)	X	X	-	-	-	X	-	X	-	-	X	-
	Oliveira (2007)	X	X	-	-	-	X	-	-	X	-	-	-
	Ferin (2015)	X	X	-	X	X	X	X	X	X	-	X	-
	Moreira (2007)	X	X	-	-	-	X	-	-	X	-	-	X
	Angelo (2007)	X	-	-	-	-	-	X	X	X	X	-	-
	Casado (2006)	X	-	-	X	-	X	-	X	X	-	-	-
	Mattos (2012)	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Raab (2016)	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
TOTAL		10	8	0	4	4	9	6	8	9	3	5	5
Eixos de Análise: Palavras-chave		Contexto					Características					Medidas Reformistas	




IES	AUTOR	Capitalismo	Neoliberalismo	NGP	Gerencialismo	Performatividade	Org. Internacional	Intensificação	Precarização	Flexibilização	Proletarização	Bonificação	Regulação
USP	Born (2015)	X	X	-	X	-	X	X	X	X	-	X	X
	Alves (2016)	X	X	-	-	-	X	X	X	X	-	X	X
	Catini (2008)	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	-	X
	Jeffrey (2006)	X	X	-	X	X	X	X	X	X	-	X	X
	Cunha (2007)	-	-	-	-	-	-	X	-	X	-	-	X
	Cassettari (2010)	X	X	-	-	X	X	-	X	-	X	X	X
	Freitas (2014)	-	-	-	-	X	X	X	X	-	-	X	-
	Ferraresi(2015)	X	-	-	X	-	X	-	-	X	-	-	-
	Nunes(2014)	X	X	-	X	X	X	-	X	X	-	X	X
	Chappaz(2015)	-	-	-	X	X	X	X	X	X	-	X	X
	Gonçalves (2012)	X	X	-	X	-	X	-	X	X	X	-	-
	Barrera(2016)	X	X	-	-	-	-	X	-	-	-	X	X
	Torres(2016)	-	-	-	-	-	X	X	X	-	-	X	-
TOTAL		12	8	0	7	6	11	9	10	9	3	9	9

Fonte: Elaborado pelos autores.

APÊNDICE 3

QUADRO SOBRE O TRABALHO DOCENTE CONCEITUADO NAS PESQUISAS

Legenda:

-  Trabalhos sobre o contexto = 7 trabalhos
-  Trabalhos sobre a característica e natureza docente = 61 trabalhos
-  Trabalhos sobre as medidas reformistas = 66 trabalhos

Nota:

* O número de vezes que aparece no texto os termos: Trabalho Docente

PUC CAMPINAS
<p>*3 VEZES</p> <p>Bruna Colombo: impacto das avaliações externas no Trabalho Docente. Resultado: apresenta a necessidade da condição de trabalho e a gestão pedagógica de serem mais emancipatórias, transcendendo as metas relacionadas ao desempenho.</p>
<p>*7 VEZES</p> <p>Camila dos Santos Almeida: O trabalho foca na atuação do professor coordenador, analisando o processo de formação do Programa Ler e Escrever do estado de SP, os resultados apontaram para o coordenador um aplicador de práticas. A dificuldade de estabelecer autonomia- sobrecarga de trabalho</p>
<p>*8 VEZES</p> <p>Edna Buoro: Buscou investigar sob a óptica docente a inserção da progressão continuada, o resultado foi de que em SP surgiu um modelo híbrido de seriação com Progressão Continuada e Ciclos, caracterizando em uma progressão automática sem uma ação refletida o que gera danos para todos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem</p>
<p>*38 vezes</p> <p>Larissa Franciane Greve: A pesquisa se preocupou em investigar como as avaliações externas (Saresp e Enem) impactam no currículo do ensino médio integral, logo o que observou foram: processo de indução do Trabalho Docente em conformação com as avaliações e projeto, intensificação de treinamento para avaliações, a preocupação para alcançar as metas e ter bom desempenho.</p>
<p>Marisa Xavier Coutrim Dalri: A pesquisa estudou o processo de gestão em uma escola de tempo integral no interior de SP, Americana. Resultados: Apontou os desafios de garantir o aumento da jornada aliado à qualidade do tempo de aprendizagem, além da intensificação do Trabalho Docente e falta de condição estrutural e envolvimento com a comunidade, entretanto há aspectos positivos citados: o compromisso pedagógico, a organização pedagógica interdisciplinar.</p>

<p>*2 vezes</p> <p>Rafael Gabriel de Oliveira Júnior O que as teses e dissertações dizem sobre o Saresp. Resultado: identificaram 12 tipos de impactos utilizando a análise de conteúdo das avaliações- treinamento para provas, resistência e desconfiança, rankiamento e bonificação.</p>
<p>PUC SP</p>
<p>*16 vezes</p> <p>Allan Ary Merguedichian: o estudo aprofundou sobre o plano de carreira dos professores de ed. Básica de SP(1997 E 2011). Resultados: O plano não atende as expectativas dos docentes e contribui para a desvalorização e a dificuldade dos docentes de incorporarem novas características exigidas (performatividade).</p>
<p>*31 vezes</p> <p>Cristiane Dias Mirisola: compreende a inserção do profissional docente no estado de SP. Resultados: O processo de formação e iniciação é ambíguo pois promove a inserção e acolhimento, mas tende à padronização de atuação. Alerta sobre a política educacional focada no controle e desempenho, o que faz com que a condição de trabalho seja comparada a um técnico.</p>
<p>*57 vezes</p> <p>Eduardo Francisco: estudou como os professores utilizam formas de resistência ou se adaptam diante do controle de seu trabalho. O resultado indicou que os professores tendem a resistir mais do que se adaptarem, lutando por melhores condições, principalmente, aqueles formados em universidades públicas. Discute sobre a ambivalência da proletarização x profissionalização; precarização, formas de controle e redução da autonomia.</p>
<p>*12 vezes</p> <p>Eliana Allbarrans Leite: A pesquisa focou na inserção curricular pelo programa SP faz escola. Resultados: Indicou que a implantação foi negativa, provocando descontentamento entre os professores, ruptura no trabalho coletivo e na autonomia, processo de tecnização das ações.</p>
<p>*1 vez</p> <p>Eloisa Barbosa Oliveira De Blasis: A utilização da avaliação externa no âmbito das reformas para mecanismo de controle e desempenho de qualidade. Resultado: A gestão baseada na busca pela eficiência ao gerenciamento e a utilização de Índice e metas na Avaliação Externa</p>
<p>*15 vezes</p> <p>Jadilson Oliveira Da Silva: O estudo analisa a rotatividade docente na rede estadual de SP. Resultados: apontaram que os professores temporários são os que mais apresentam com a rotatividade, porém a estabilidade não garante a permanência é preciso a efetivação de políticas que acabem com a precarização.</p>
<p>*Nenhum, utiliza o termo profissional docente 9 vezes</p> <p>José Luís Feijó Nunes: o objetivo foi esclarecer as mudanças na educação pós reforma na década de 1990 pautando em outros críticos, como Paulo Freire para justificar as novas implementações. Os resultados foram de que os autores foram utilizados de maneira equivocada para promover um consenso/ conformação.</p>
<p>*7 vezes</p> <p>Juarez Bernardino De Oliveira: investigou as produções acadêmicas acerca da reforma educacional paulista. Reduziu a reforma no campo partidário, não dando conta de explicar a complexidade das políticas educacionais. Despersonalização do controle da escola e dos docentes.</p>
<p>*22 vezes</p> <p>Lorena Rodrigues De Oliveira: analisar o perfil dos professores eventuais em sp. São professores jovens, formados em faculdades privadas com pouco tempo de formação, manifestam o sentimento de desvalorização e não pertencimento.</p>
<p>*29 vezes</p> <p>Marieta Gouveia De Oliveira Penna: estudou por meio da contribuição do capital cultural, de Bordieu, o exercício docente. Resultado foi de que a maioria pertence a camada populares, mas que representou uma ascensão social e mesmo que a função seja desvalorizada socialmente, significa melhoria na condição de vida.</p>
<p>*28 vezes</p> <p>Melina Sant'anna Alcantara: analisou as reformas e o avanço das políticas neoliberais, focando na implementação do pagamento por bônus. E como resultado observou a intensificação do Trabalho Docente voltado para o resultado, controle e qualidade total.</p>
<p>*1 vez</p>

<p>Rute Rodrigues Dos Reis: analisou como se deu o debate por financiamento e recursos é colocado pelo movimento sindical (APEOSP). Resultados foram: o sindicato priorizou o debate pela carreira, emprego, estabilidade e remuneração. Denuncia o processo de precarização e desprofissionalização.</p>
<p>*29 vezes Tatiana Pereira De Freitas: o trabalho procurou compreender como os professores de ed. Física lidam com a autonomia do trabalho diante da nova proposta curricular (SP faz escola). Resultado: os professores tem autonomia limitada, e algumas práticas pedagógicas foram alteradas, exigindo do professor uma nova postura.</p>
<p>UFSCAR</p>
<p>*Uma vez e docente aparece 18 vezes Claudia Carnevskis de Mello: analisou as mudanças no padrão de gestão no âmbito das reformas. O resultado foi a presença do gerenciamento de resultados, pautado na racionalização, avaliação do sistema, descentralização. O processo inviabiliza a participação popular na gestão das escolas públicas.</p>
<p>*2 vezes Danielle Cristina Nogueira: buscou investigar sob o ponto de vista dos professores, o sentido do Saresp. Resultado: os professores se sentem responsabilizados pelos resultados. Sentimento de frustração e fracasso e uso de táticas usadas pelos professores de português e matemática (disciplinas avaliadas) para superar o desempenho.</p>
<p>*42 vezes Juliana Cristina Perlotti Piunti: desvendar a perspectiva dos professores do ensino médio sobre o Enem em suas práticas pedagógicas. Resultado: trabalho isolado do professor; o consumo das políticas sem uma reflexão; indução de mudanças e precarização.</p>
<p>*42 vezes Luisa Foppa Bergo: investigou a política de bonificação e o desenvolvimento profissional docente. Resultado: as políticas estão atrelas a um movimento mundial, os professores paulistas indicam descontentamento, desvalorização do papel de ensino e portanto a perda de identidade profissional.</p>
<p>*58 vezes Priscila de Paulo Uliam Martins: estudou a perspectiva dos docente diante das avaliações externas. Resultado: Os professores não foram contra a avaliação, mas sim o modo como foi colocado, uma vez que gera competição entre os pares, pelo pagamento de bônus por meio do resultado, além de treinamento dos alunos para provas e muito estresse.</p>
<p>*98 vezes Solange Aparecida da Silva Brito: a pesquisa focou o estudo em analisar as relações de estágio remunerado com processos de formação, profissionalização precarização do trabalho, no âmbito da reforma em 2008. Apontou que o programa específico, Residência Educacional, não relaciona diretamente com as diretrizes curriculares e cursos de licenciatura, que busca resolver os problemas de aprendizagem dos alunos, mas não de promover a formação do licenciando. Indica a complexidade do trabalho.</p>
<p>UMESP</p>
<p>*147 vezes Antonio Carlos Soler Notário: analisa o esvaziamento da autonomia e processo de precarização do Trabalho Docente no contexto das reformas. Resultado: o trabalhador docente acabou assumindo o caráter de “hospedeiro da ideologia dominante”, no qual fica submetido a normatizações que o torna cada vez mais passivo e alienado. Precarização, descontentamento, crise do sindicalismo para efetivar a resistência.</p>
<p>*16 vezes Luís Antônio Vasconcelos: analisa a implantação do pagamento de bônus para os professores. Resultado: a influência do setor da gestão administrativa na escola, que provoca a divisão de trabalho, impessoalidade, o que parece ser um benefício é na verdade, um controle econômico para a educação.</p>
<p>*18 vezes. Patricia da Veiga Pinheiro: analisou sobre o tema da influência do banco mundial na educação segundo teses de doutorado. Resultado: influência do pensamento neoliberal, seu caráter técnico, racional, individualização, flexibilização do trabalho, degradação, intensificação e condição precária (aumento de número de aluno por sala e salário insatisfatório)</p>
<p>*2 vezes Valdenir Abel dos Santos: averiguou as dificuldades para implantar o novo ensino médio, as dificuldades dos docentes. Resultado; as mudanças voltadas para atender uma demanda de mercado neoliberal. Necessidade de nova postura e prática pedagógica; responsabilização docente.</p>
<p>UNESP ARARAQUARA</p>
<p>*207 vezes</p>

<p>Andreza Barbosa: O trabalho comprometeu-se em investigar as implicações dos baixos salários dos professores no Brasil, especificando para o caso paulista. O resultado mostrou que o baixo salário contribui para a pouca atratividade para a carreira, insatisfação, doenças, aumento da rotatividade e itinerância, além de configuram a precarização e intensificação do trabalho.</p>
<p>*36 vezes Eliane Paganini da Silva: a pesquisa procurou investigar a imagem que os professores tem de si e averiguar o contexto de crise de identidade. Resultado: o trabalho revelou que os professores estão confusos e diante de uma profissionalidade fragmentada (redução da autonomia e controle)</p>
<p>*111 vezes Franciele Del Vecchio Dos Santos: a pesquisa buscou compreender o processo de contratação de professores da categoria O. Resultado: As especificidades demonstram uma fragilização contratual, que desencadeia sentimento de não pertencimento, deterioração da categoria docente, desvalorização, precarização nas relações, competição entre os pares, intensificação da jornada.</p>
<p>*1 vez Hilda Maria Gonçalves da Silva: identificar as principais características das avaliações externas no estado de sp. Resultado: a centralização das decisões por parte da gestão entorno das avaliações e a ausência da participação dos docentes na elaboração, planejamento, apenas ficando incumbidos de executar.</p>
<p>Jean Douglas Zeferino Rodrigues: analisou o projeto SP faz escola e as políticas de desempenho, buscando compreender as implicações para o trabalho dos professores do ciclo I do ensino fundamental. Resultados: treinamento para provas externas, responsabilização, intensificação, responsabilização, competição entre pares, sentimento de culpa e frustração.</p>
<p>*1 vez, usa o termo professor-proletário 7 vezes. Juliana Tiburcio Silveira Fossaluzza: A consciência de classe proletária potencial nos professores da Educação Básica é a tese que foi defendida na pesquisa. Resultado: os professores entrevistados expressaram em diferentes graus e nuances seus processos de consciência de classes, de consciência de classe proletária potencial. Condições de precarização.</p>
<p>Juliane Salvador: o estudo procurou analisar as implicações das medidas adotadas, focando na progressão continuada, como resultado observou que a progressão não oferece mecanismos para o professor acabar com as defasagens de aprendizagem, são deixados de lado na formulação de políticas</p>
<p>*8 vezes Letícia Brito da Silva: o trabalho procurou analisar como as dissertações e teses abordaram a implantação das políticas de avaliação externa e na qualidade no período da reforma. Resultado: a implantação das avaliações em consonância com a progressão continuada. a desvinculação dos conteúdos tratados nas salas de aulas regulares com os das aulas de recuperação; a ausência de diálogo entre os professores regulares e os professores do projeto de recuperação</p>
<p>*95 vezes Luci De Lima Andrade Aquino: A intenção central da presente pesquisa foi compreender o Trabalho Docente fora da situação de sala de aula e voltado para o preparo e organização do ensino. Resultados: Professores iniciantes gastam mais tempo para o preparo das aulas. Foi observado uma intensificação no trabalho e condições de serviço precarizada.</p>
<p>*18 vezes Maria José Da Silva Fernandes (2004): Por meio de documentos, a pesquisa analisou a trajetória realizada pela coordenação docente, no âmbito das reformas da década de 1990. Resultado: Desvio de função, falta de identidade, a falta de um território próprio de atuação no ambiente escolar, o isolamento do trabalho cotidiano, a deficiência na formação pedagógica, a convivência com uma rotina de trabalho burocratizada, a utilização da função na veiculação, imposição e defesa de projetos da Secretaria de Educação, a presença de traços autoritários e julgadores e a fragilidade de procedimentos para a realização de trabalhos coletivos.</p>
<p>*49 vezes Maria José da Silva Fernandes (2008): a pesquisa comprometeu-se em investigar o papel do coordenador pedagógico frente as reformas educacionais. Resultado: apontam que, apesar da fragilidade e precarização do trabalho educativo que decorre das reformas do final do século, os (bons) professores estão resistindo, trabalhando na contradição entre a “cultura dos reformadores”</p>
<p>*6 vezes Maristela Gallo Romanini: o trabalho investigou a influência da avaliação e mecanismos (intra e extra-institucional) no processo de tomada de decisão sobre a progressão escolar. Resultado: os mecanismos norteadores são pautados na eficiência e eficácia, além de problemas como a alta rotatividade, responsabilização docente.</p>

<p>*24 vezes Rita de Cássia Duarte: a pesquisa analisou qual é a percepção dos demais professores com relação ao professor coordenador no contexto das reformas. O resultado indicado foi de que os professores coordenadores são burocráticos e sem uma identidade consolidada.</p>
<p>Saulo Rodrigues de Carvalho (2010): relacionou o neoliberalismo e a proposta curricular no estado de sp. O modelo produtivo afeta o Trabalho Docente, promovendo competitividade entre os pares, valorização de conhecimentos técnicos (competência)</p>
<p>*36 vezes Saulo Rodrigues de Carvalho (2016): analisa a identidade profissional docente no contexto das reformas. Resultados: o foco na produtividade em detrimento a transmissão de conteúdo, além da degradação da condição de trabalho: baixo salário, síndrome de burnout, flexibilidade contratual, alienação.</p>
<p>*Categoria docente e formação 26 vezes Vanessa Lara Antonini: analisar as propostas e diretrizes que permeiam o Programa Fundescola - Fundo de Fortalecimento da Escola-, fruto de um acordo de empréstimo entre Banco Mundial/BIRD e Governo Federal/MEC. Resultado: Trata de um projeto homogêneo de educação. A educação valorizada é tradicional, transmissora e bancária, recebendo o mínimo/ básico. A posição do BM é ambígua e contraditória, exigindo muito dos professores, culpabilizando-os, porém não valorizando o trabalho feito.</p>
<p>*72 vezes Wellington Luiz Alves Aranha: procurou descrever e analisar o trabalho dos professores eventuais. Resultado: os professores eventuais são polivalentes e caracterizados como um exercício além de precarizado, materializam uma descaracterização, apontando para a desprofissionalização o que faz com que os jovens se afastem da profissão docente.</p>
<p>UNESP MARÍLIA</p>
<p>*1 vez- 16 docente Ana Lúcia Garcia Parro: analisar as concepções veiculadas pela política educacional dos dois últimos governos paulistas (2007 a 2014) e as concepções vivenciadas pelos diferentes integrantes de escolas públicas paulistas a respeito da avaliação externa em larga escala, gestão da escola e qualidade da educação escolar. Resultados: apontou que os entrevistados acreditam que a qualidade escolar é um conceito mais amplo do que o resultado das avaliações externas, entretanto, tal concepção convive com a gestão de estratégias para aumentar o índice da avaliação em uma perspectiva de gestão empresarial na qual não há construção coletiva de objetivos educacionais.</p>
<p>*11 vezes Ana Paula Giavara: o objetivo desta pesquisa é analisar, por meio de um estudo de caso, o processo de implantação e manutenção da proposta curricular de História para o ensino médio em duas escolas estaduais do município de Assis. Resultado: mesmo em face da publicação de um currículo unificado para a rede educacional paulista, cada escola estabelece um modo particular de implementar os programas de reforma propostos pelo Estado. Indica a falta de participação docente para participar do projeto e a política de bonificação gerou o auto monitoramento, precarização.</p>
<p>*2 vezes Andréia Melanda Chirinéa: Este trabalho procurou investigar as dimensões engendradas no interior de duas escolas municipais de ensino fundamental que contribuem para elevar a qualidade da educação no Brasil, demonstrada por meio de testes padronizados. Resultados: A respeito do Trabalho Docente a pesquisa aponta alta rotatividade dos professores, a falta de sentimento de pertencimento, índice de absenteísmo, alienação com relação ao trabalho, dupla ou tripla jornada- intensificação.</p>
<p>*150 vezes Carolina Baruel de Moura: O presente estudo tem como intuito analisar as condições do Trabalho Docente. A partir da análise do ideário neoliberal incorporado às políticas públicas da educação paulista, nos anos de 1990, buscamos neste estudo investigar a situação do Trabalho Docente, em especial, os aspectos que indicam a intensificação, a flexibilização e a precarização desse trabalho. Resultados: Por meio dos organismos internacionais, principalmente Banco Mundial, contribuiu para a implementação de políticas públicas baseadas na lógica capitalista de privatização, mercadorização, desregulação e abertura de mercados, ou seja, a implantação de um <i>estado mínimo</i>, acarretando implicações diretas para a educação e para o Trabalho Docente.</p>
<p>*Nenhum e quatro de docente Érica Luisa Matos Furtado: Este trabalho tem como objetivos compreender os conceitos de democracia e de gestão que integram artigos da LDB 9394/96 e sistematizar os estudos realizados pelos membros do Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia, acerca do tema gestão democrática. Resultados: Os objetivos da educação foram sendo substituídos por tecnologias organizacionais e administrativas que cultuavam a eficiência econômica e a eficácia institucional.</p>

***5 vezes**

Fernanda Fernandes dos Santos Lanza: Este trabalho tem como objetivo analisar o papel desempenhado pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), no processo de democratização da gestão da escola pública, bem como suas atuais pautas de luta, no que concerne à gestão democrática. Resultado: mesmo o sindicato estar enfraquecido, luta por melhores salários, na opinião dos professores, deveria ser canalizada às reivindicações de interesse do magistério estadual paulista. Não obstante o grande movimento de democratização da gestão da escola, por meio do Conselho Deliberativo, atualmente, as pautas de luta da APEOESP têm sido preenchidas por questões essencialmente de caráter salarial, justificadas pela precarização do Trabalho Docente.

***7 vezes**

Luciana Pegoraro Francisco de Mello E Silva: A presente pesquisa teve como objetivo investigar as políticas de avaliação externa e seus desdobramentos para a gestão escolar. Resultado: Monitoramento e controle do Trabalho Docente, responsabilização, atrelamento de bonificação por resultado, “autonomia vigiada”

***175 vezes**

Maria do Carmo Capputti Mazzini: O estudo teve como objetivo investigar a precarização do Trabalho Docente na Rede de Educação do município de Marília/SP. Resultados: a partir do processo de municipalização do Ensino Fundamental, impactando de modo negativo no mundo do Trabalho Docente local e conduzindo a categoria a um intenso processo de precarização. Intensificação, gestão voltada para o desempenho.

***Uma vez- 4 vezes docente**

Maristela Bortolatto Cunha: Este estudo teve como objetivo investigar como estão se concretizando espaços para a formação e o exercício da cidadania no ensino médio, considerando-se as orientações da reforma educacional em processo de implantação no país. Resultado: sobre o Trabalho Docente, a pesquisa indica que estamos em processo de implementação da reforma do ensino médio, que vem afetando muito a dinâmica institucional da escola, o trabalho do professor e muito pouco a realidade do aluno. Trata-se de uma proposta que aborda princípios axiológicos e pedagógicos que não estão muito claros quanto aos seus conceitos e finalidades. Falta condições estruturais para o professor desempenhar um bom trabalho.

***7 vezes**

Renato Kendy Hidaka: Este trabalho analisa a relação entre o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) e a política educacional paulista implementada entre os anos de 1995 a 2006. Resultado: reforma e racionalização da rede administrativa e mudanças nos padrões de gestão. A pesquisa sustenta que se por um lado a APEOESP não aderiu ao neoliberalismo, por outro, ao optar pelo participacionismo, convergiu em diversos aspectos com a política implementada, e, quando se contrapôs a ela, ofereceu apenas resistências pontuais as medidas

***1 vez- e 17 só docente**

Viviani Fernanda Hojas: Esta pesquisa teve como objetivo analisar as relações que as políticas produzidas no interior de quatro escolas estabelecem com o SARESP. Resultados: indicaram duas relações, A primeira se configura como um movimento de reforço da regulação e do controle subjacentes ao sistema de avaliação paulista e demais medidas atreladas a ele e a segunda se apresenta como um movimento de resistência a essa lógica reguladora e controladora.

UNESP PRESIDENTE PRUDENTE

***4 vezes**

Beatriz Passos da Silva: intenção foi investigar como se deu o processo administrativo-pedagógico de organização e reformulação para ampliação dessa etapa de ensino e também a forma como o grupo de professoras recebeu as mudanças do novo contexto, tendo em vista que o prazo legal da adequação de todas as escolas às determinações legais foi o ano de 2010. Resultado: As professoras entrevistadas defendem formação continuada e constatarem a relevância na discussão do currículo, bem como salientam que a reorganização da estrutura física e material merece ser repensada.

***24 vezes**

Cláudia Márcia de Souza Oliveira: O objetivo geral é compreender as implicações ocorridas na prática de quatro docentes da 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental de Língua Portuguesa de uma escola do interior do Estado de São Paulo, em decorrência da implantação do currículo oficial. Resultado: é preciso ter ações “consciência de nós” (Heller, 2004) de modo que os educadores deixem de ser considerados meros consumidores do currículo e passem a ser sujeitos da ação educativa. Demonstraram ainda que os tempos e espaços escolares tornando-se esfera da não cotidianidade constituem-se como alternativa para superar a alienação e fortalecer o trabalho coletivo na escola, privilegiando a objetivação dos processos de planejamento, desenvolvimento e avaliação da prática docente.

***10 vezes**

Edimar Aparecido da Silva: A pesquisa teve como objetivo analisar as percepções dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental de Álvares Machado-SP a respeito dos Sistemas Apostilados de Ensino (SAE), de

origem privada, em sua sala de aula. Resultado: Os professores indicaram que o uso de apostilas seria para trazer melhorias, no entanto, há uma lógica de mercado nessa oferta, pautada pela sedução e atratividade do material. E não podemos desconsiderar que essa lógica é capaz de suprir a necessidade dos professores, conforme os dados foram mostrando ao longo da pesquisa.

***1 vez, 12 vezes docente**

Eduard Angelo Bendrath: o objetivo geral deste estudo foi analisar o Programa Escola da Família tomando-o como política pública compensatória, averiguando o seu desenvolvimento junto às populações-alvo; nesse caso dados oficiais foram analisados e um censo foi aplicado para a verificação resultante da relação entre as propostas do Estado e o processo de Cultura da Paz da UNESCO. Resultados: a verticalização de algumas ações por parte da Secretaria de Educação não levou em consideração as especificidades das localidades onde as escolas estão inseridas, comprometendo os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade do programa. Trabalho Docente direcionada para a produtividade.

***2 vezes**

Fabio Perboni: teve como objeto de análise as avaliações externas e em larga escala das redes estaduais de educação básica. O cenário contemporâneo, marcadamente nas três últimas décadas, esteve pontuado por reformas estruturantes dos Estados Nacionais, acompanhadas ou inspiradas, sobretudo, por uma concepção neoliberal. Resultados: Identificamos, entre outras questões, a pequena relação entre os partidos no poder e a criação das avaliações próprias, demonstrando que as mesmas se configuram como tendência incorporada às políticas públicas educacionais, com tendência crescente de vinculação de seus resultados à premiação das escolas e bonificação dos professores, redução da autonomia.

***2 vezes**

Jucirley Cardoso de Jesus: O objetivo foi investigar e analisar quais as implicações do SARESP no contexto de uma escola estadual no município de Osvaldo Cruz/SP. Resultados: indicaram que o sistema de avaliação externa em larga escala paulista tem trazido implicações para o contexto da escola, entendidas aqui como movimentos gerados no interior da escola na prática pedagógica dos gestores e dos professores para melhor desempenho dos alunos nas provas e para o alcance das metas pré-estabelecidas. Pagamento de bônus mérito.

***10 vezes**

Juliano Mota Parente: A pesquisa tem como objetivo analisar a influência do gerencialismo e da performatividade na gestão educacional do Estado de São Paulo. Resultados: A pesquisa documental demonstrou a presença de elementos gerencialistas na gestão educacional de São Paulo, na medida em que as orientações contidas na legislação estadual estimulam a competitividade das escolas, a racionalidade na gestão, a ênfase nos resultados e a padronização do ensino

***1 VEZ e 77 docente**

Maria Ângela Oliveira de Sá Rubini: A pesquisa tem como tema a avaliação em larga escala e suas implicações na organização escolar. O objetivo foi identificar e analisar os efeitos do IDEB na organização de uma escola da rede municipal de Presidente Prudente que atende as séries iniciais de ensino fundamental. Resultados: A divulgação dos resultados das avaliações, altera a organização escolar, pois fica voltado para o desempenho. Além disso, não considera as especificidades das diferentes realidades, os professores são cobrados e monitorados, responsabilizados, há intensificação de trabalho.

***1 vez**

Maria Solange Caravina: Analisa, em particular, o recente processo de municipalização do ensino fundamental ocorrido no Município de Presidente Prudente-SP, desencadeado a partir destas alterações na legislação federal, destacando a atuação do Conselho Municipal de Educação no início deste processo. Resultados: A pesquisa permitiu verificar que a municipalização do ensino fundamental acarretou vantagens e desvantagens nas condições de trabalho dos professores que atuam no ensino fundamental, sendo determinantes para as mesmas o tempo de serviço, a formação do professor e o vínculo funcional de cada professor com a rede pública de ensino. as professoras entrevistadas apontaram como desvantagens o fato de o professor efetivo da rede estadual não poder desempenhar funções de suporte pedagógico na rede municipal. Também, o professor efetivo que presta serviço no município não pode participar de atividades de formação continuada oferecidas pela SEE/SP, sendo que para evolução funcional a rede estadual não aceita certificados de cursos de capacitação da rede municipal.

***3 vezes**

Rita de Cássia Zironi Nallo: Esta pesquisa baseou-se numa investigação, do tipo estudo de caso, através da análise documental, com informações sobre as características significativas que estabelecem uma conexão sólida entre a avaliação da política educacional, as tendências mundiais, a política educacional brasileira e a do Estado de São Paulo, elementos determinantes das políticas de avaliação externa dos sistemas educativos. Resultados: o Estado apropria-se dos resultados dos sistemas de avaliação de maneira que pode reforçar a exclusão social, pois viabiliza os mesmos mecanismos utilizados no mercado, como a competição, o sucesso individual, estabelecimento de metas

com vantagens monetárias, prevalecendo da lógica financeira sobre a lógica social e educacional, com a falácia dos gestores políticos que declaram que o objetivo da avaliação é a elevação da qualidade do ensino.

***10 vezes**

Sérgio Eduardo Gomes da Silva: A pesquisa teve como objetivo compreender as percepções dos professores da rede municipal de educação de Presidente Prudente – SP sobre o regime de progressão continuada quinze após sua implantação. Resultado: observamos que os professores possuem uma percepção negativa acerca da progressão continuada, que as ações de formação continuada não suprem as necessidades docentes para atuar neste modelo de escola pública e o desejo por retornar ao modelo seriado. Crítica à promoção automática dos alunos, pelo fato dos alunos passarem sem adquirir conhecimento e a condições de trabalho.

***10 vezes**

Uillians Eduardo Santos: O objetivo geral dessa pesquisa foi investigar e analisar como as avaliações externas e em larga escala são compreendidas pelos docentes e suas possíveis repercussões na orientação da organização do trabalho pedagógico em sala de aula. Resultados: o docente precisou alterar a metodologia de ensino e buscar outras práticas paralelas com o que está determinado em seus planos de ensino, mesmo sem orientações pedagógicas externas, não há uma análise coletiva dos resultados dessas avaliações. Identificamos, ainda, que essas avaliações têm trazido práticas antidemocráticas para a sala de aula: estreitamento curricular, pressão sobre o desempenho dos alunos e a preparação para os testes, precarização da formação do professor e destruição moral do professor e do aluno.

UNESP RIO CLARO

***6 vezes**

Alessandra Aparecida Cain: pesquisa investigou e analisou a implantação e as consequências das parcerias público-privadas estabelecidas entre a administração pública municipal e o setor privado, nos estudos de dois casos intencionalmente selecionados: os municípios de Ipeúna e Santa Gertrudes, no Estado de São Paulo, na aquisição de ‘sistema de ensino’, com adoção de material didático apostilado. Resultado: alterou-se o ‘lôcus’ decisório quanto à seleção e organização dos conteúdos curriculares e quanto à formação de professores, transferindo-os para o ‘sistema de ensino’. Descentralização-municipalização; uniformização do ensino,

***5 vezes**

Amanda Polato: Esta pesquisa teve como objetivo analisar como as avaliações em larga escala se relacionam com a organização do trabalho escolar. Resultados: indicam que o SARESP, mais do que outras avaliações, tem um papel central nas duas escolas pesquisadas e que seu cotidiano tem se baseado nelas./ Responsabilização pelo desempenho nas avaliações, insatisfação por parte dos professores.

***72 vezes**

Bruna Padilha De Oliveira: apresenta uma pesquisa qualitativa sobre a questão da intensificação do Trabalho Docente a partir do exame das principais intervenções relacionadas ao trabalho dos docentes inseridos no Programa Escola Integral, proposto pela atual gestão da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (Governo de Geraldo Alckmin do PSDB). Resultado: Concluímos que a política educacional não valoriza o trabalho dos professores das escolas integrais do estado, sendo a bonificação e as promessas de melhores condições de trabalho e de jornada integral em uma única escola um mecanismo de sedução para justificar um processo de trabalho cada vez mais intensificado. Nosso trabalho demonstra as consequências da realização de uma política pública sobre a condição de vida das mulheres, questão deixada de lado na formulação da política educacional, pois a intensificação do trabalho é multiplicada e intercalada com as responsabilidades profissionais e familiares das professoras.

***3 vezes**

Elisângela Maria Pereira Schimonek: objetivou promover uma análise da implantação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) em duas unidades educacionais do município de Limeira-SP, que apresentaram o IDEB/2007 abaixo da média nacional (4.2) e que foram direcionadas a implantar a metodologia PDE-Escola a partir de 2009. Resultado: O foco do programa foi posto na melhoria dos resultados educacionais medidos a partir da aplicação da Prova Brasil, combinados com indicadores de desempenho dos alunos coletados por meio do Censo Escolar, tendo como consequência a responsabilização/culpabilização dos profissionais da educação pelos índices alcançados. O monitoramento, cobrança e controle das etapas do PDEEscola, atrelados ao direcionamento de ações a serem consideradas na elaboração dos Planos de Suporte Estratégico/Planos de Ações Financiáveis, dificultaram a possibilidade de gradativa da autonomia pedagógica, administrativa e financeira das

escolas
<p>*14 vezes</p> <p>Fabiana Alvarenga Filipe: esta investigação busca responder a seguinte questão: Nos documentos oficiais do Estado de São Paulo, as avaliações em larga escala estão induzindo a que concepção de qualidade educacional? Resultado: Os documentos apontaram que o campo educacional no Estado de São Paulo é permeado pela lógica gerencialista do ideário neoliberal, de forma que as avaliações em larga escala estão induzindo a uma concepção mercadológica de qualidade educacional.</p>
<p>*1 vez</p> <p>Jefferson Alves Da Rocha: O presente trabalho discute a gestão democrática da escola como política pública para a classe trabalhadora, na atual conjuntura e diante dos novos processos de racionalização produtiva. Resultados: o pressuposto da luta de classes, analisamos a questão da cidadania e da participação social na medida em que são ressignificados para a classe trabalhadora, porém, entram em contradição com a ordem social estabelecida, o que nos permite discutir a real dimensão democrática destes direitos. Quanto ao Trabalho Docente aponta que, a responsabilidade da escola não deve recair apenas nos docentes.</p>
<p>*4 vezes</p> <p>Katia Cristina Deps Miguel: Estudamos a implantação do Programa Mais Educação na fase de sua execução no Estado de São Paulo como esforço de cartografar em todos os procedimentos e na leitura dos documentos de apoio, Resultados: A maioria dos educadores é composta por moradores da comunidade local, o presente estudo nos chamou a atenção para a fragilidade do PME e a importância de rever o projeto pedagógico e sua execução nas escolas. Ao decidir por monitoria voluntária, o programa estará suscetível à descontinuidade e às constantes interrupções, sem falar da qualidade do ensino nas atividades.</p>
<p>*39 vezes sobre a escola não deve recair apenas sob</p> <p>Marcos da Silva Felix: Este trabalho aborda a prática docente, especificamente do professor de Matemática no Regime de Progressão Continuada do Estado de São Paulo, em classes com alunos retidos no final do ensino fundamental. Resultados: Alguns dos professores de matemática investigados revelaram compromisso com o projeto e mostraram uma prática singular para trabalhar com esses alunos diferenciados e, mesmo sem condições ideais, conseguiram garantir condições de aprendizagem para parte desses alunos; as funções complexas que o professor desempenha e as cobranças contraditórias.</p>
<p>*24 vezes</p> <p>Marcos Vinicius Marques: O objetivo do trabalho é analisar a compreensão dos professores de Educação Física sobre sua participação no processo em que se configura o currículo, a partir das dimensões do ambiente escolar, de sua formação e do discurso dos mesmos sobre a participação docente no currículo. Resultados: as influências das condições do Trabalho Docente na prática pedagógica, os professores de Educação Física apontam que os principais entraves para o desenvolvimento das atividades de ensino estão diretamente ligados aos condicionamentos escolares (falta de material, espaço, número dos alunos por sala, baixo salário)</p>
<p>*105 vezes</p> <p>Mariana Da Rocha Basílio: Na presente pesquisa analisamos qual é o fenômeno deste conceito de valorização, apreendendo as novas miríades de responsabilidades e exigências sobre o Trabalho Docente no atual governo dos homens, que se conceitua numa reordenação do modo taylorista de gestão do trabalho. Resultado: concluiu-se que há nas legislações do Estado, a partir das ordenações de organismos internacionais, uma essência que se revela como controle do professor, que ao invés de valorizar na realidade precariza o Trabalho Docente, o responsabilizando pela boa qualidade da educação nas escolas, o dividindo em diferentes categorias e formas de contrato de trabalho, aligeirando sua formação e oferecendo pequenos ajustes salariais, a partir de mecanismos de avaliação externa, que se apresentam como uma política de meritocracia entre os professores.</p>
<p>*5 vezes</p> <p>Marilda Aparecida Leme: Este trabalho de pesquisa tem como objetivo a reflexão sobre uma proposta específica da política educacional para o Estado de São Paulo que implementou na rede paulista de ensino, em Agosto de 2003, o Programa Escola da Família. Resultado: fatores que impedem a gestão democrática e participação da comunidade são: as péssimas condições de trabalho, precariedade do prédio escolar, classes abarrotadas, falta de recursos didáticos, baixo salário dos docentes, além de prejudicar a qualidade de ensino também entravam a concretização da democratização da gestão escolar. Embora se constate resistências de algumas instituições escolares à participação da comunidade e, algumas vezes, falta de identidade da escola pública com os problemas da comunidade, fatores como o estabelecimento de relações democráticas entre os vários segmentos envolvidos na vida escolar e a</p>

promoção de relações humanas mais cooperativas e solidárias no interior da escola podem contribuir para a efetivação da gestão democrática. A população também não decidia a respeito das atividades e nem sobre a maneira de utilizar o espaço escolar, apenas optava por uma das formas de uso propostas. Alguns professores da escola pesquisada somente se envolveram no cursinho pré-vestibular

***8 vezes**

Marina da Silva Margiotti: Esta dissertação tem por objeto um estudo sobre a Progressão Continuada e os documentos *Expectativas de Aprendizagem*, publicados pela Secretaria do Estado da Educação de São Paulo às escolas da etapa I do Ensino Fundamental. Resultado: os professores acabaram utilizando os documentos como “guias” e indicaram que a proposta atropelou a progressão continuada. Pagamento de bônus mérito não garantiu boas condições de trabalho

***77 vezes**

Robson da Silva Rodrigues: O objetivo desta pesquisa foi apreender as noções de valorização do trabalho do professor presentes nas políticas educacionais federais e paulistas, bem como nos documentos que orientaram a intervenção do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo – APEOESP. Resultados: O esvaziamento de sentido, as ardilosas apropriações e lacunas obnubilaram a dimensão axiológica que tem no reconhecimento social da categoria de professores do ensino básico – pela sua função social, seus saberes técnicos, teóricos e experienciais – os fundamentos de valorização para além da garantia de salários, plano de carreira, assistência previdenciária e condições de trabalho, situação coerente com as práticas sociais relacionadas ao trabalho na sociedade contemporânea, uma vez que no capitalismo há uma disputa constante pela transformação de todo trabalho concreto em trabalho abstrato.

UNICAMP

***11 vezes**

Ana Lucia Lennert: O objetivo desta pesquisa é analisar as relações e as condições de trabalho de professores formados em cursos de licenciatura em Ciências Sociais. Resultados: Com relação aos professores entrevistados, quase totalidade não possuía a intenção de ingressar no magistério. A precariedade das relações de trabalho marca o trabalho dos professores de Sociologia, que são, na sua maioria, contratados como “ocupantes de função atividade”, isto é, possuem contrato de trabalho temporário. A pesquisa defrontou-se com professores com dificuldades de inserção no coletivo de professores da escola, pois a reduzida carga horária da disciplina Sociologia os leva a trabalhar em diversas escolas e a mudar de escola com frequência.

Aparecida Neri De Souza: O objetivo da pesquisa foi analisar a relação entre o projeto educacional implementado pelo governo estadual de SP, entre 1995 e 1998, e as concepções de política educacional formuladas pelo Banco Mundial, com a compreensão docente das escolas públicas acerca dessas políticas. Resultados: A educação é voltada para a produtividade. Os professores são considerados pela SEE “custo educacional”, portanto os salários, número de alunos por sala e jornada não serão consideradas condições importantes para garantir qualidade na educação. Os professores são responsabilizados pelo sucesso/fracasso escolar, seu trabalho passa pelos processos de flexibilização e intensificação.

***2 vezes**

Carlos Alberto Regalo: Trata-se de pesquisa histórica de base filosófica e política, voltada para o balanço crítico do impacto das medidas e dispositivos da Reforma Neoliberal da Educação (1996-2006) e suas implicações curriculares e pedagógicas. Resultados: escola é marcada pelo alinhamento à lógica do neoliberalismo, mantendo-se comprometida com a formação técnica para o mercado, com as avaliações constantes, com o material didático raso e com um forte apelo à tecnologia em sala de aula, fundada pela política de achatamento das práticas pedagógicas emancipadoras, vinculada a mecanismos de controle. Os professores foram convocados à formação continuada, mas questionamos a qualidade desse acesso e dessa formação.

***4 vezes**

Mara Rosana Pedrinho: O objetivo desse trabalho foi o de identificar se as mudanças ocorridas no “novo capitalismo”, bem como as políticas públicas e educacionais frutos do chamado “Estado-Avaliador” – expressas pelo futuro professor, professor formador e professor em serviço em uma instituição privada de Ensino Superior e duas escolas públicas municipais (pesquisadas para este trabalho) de uma cidade de porte médio no interior do Estado de São Paulo. Resultados: Nos futuros professores, é possível notar que sentem com clareza a contradição existente, expressos em colocações de vão do deboche à melancolia, quando não um discurso cínico. No professor formador é possível visualizar um espaço onde persiste uma “incerteza moral” e a utilização de um “conhecimento moral”, convivendo com o discurso performativo; um grupo que sofre pela precariedade, conflitos, ansiedade, acúmulo de trabalho e pela incerteza quanto ao futuro. Dentre os professores em exercício, no grupo com maior tempo de

experiência é possível perceber que sentem a mudança, mas sua história anterior permite um enraizamento, o que não se percebe no grupo com menos tempo de exercício profissional que mostra mais nitidamente as marcas do sofrimento, somado à precarização e à incerteza.

***4 vezes**

Cibele Madai Valderramas Ignácio: O presente trabalho trata-se de um estudo de abordagem histórica, que teve como objetivo investigar e analisar o processo de implantação do Programa Ler e Escrever, da Secretaria Estadual da Educação de São Paulo, em uma escola pública de Campinas/SP. Resultado: Verificamos que fatores como a descontinuidade das políticas públicas dos últimos trinta anos, a falta de diálogo entre as propostas estaduais e federais, as avaliações externas como forma de controle do Trabalho Docente e da aprendizagem do aluno, são alguns dos fatores que têm contribuído cada vez mais para o estreitamento curricular e priorização do ensino da Língua Portuguesa nos três primeiros anos do Ensino Fundamental em detrimento em relação à Matemática.

***2 vezes**

Denise da Silva Ribeiro: Esta pesquisa abordou o tema: Avaliação da educação no Brasil ao procurar responder a seguinte pergunta: como a avaliação externa surgiu, estabeleceu-se e sucedeu-se enquanto mecanismo de regulação da educação brasileira? Resultado: Através do aprofundamento do estudo das características e aplicabilidades do SARESP ao longo de suas edições percebemos que a lógica mercadológica instituída pelo capitalismo penetrou na escola igualando educação a produto. Porém, ao esmiuçar esse programa e o contexto em que o mesmo se deu, verificamos, também, que tal acontecimento não se deu sem o confronto com aqueles que acreditam na escola enquanto instituição formadora de cidadãos capazes de compreender o processo produtivo no qual estão inseridos. Desta forma, através da interpretação dos dados contextualizados com a História política do período em questão, conclui-se que a regulação avaliativa vincula-se a projetos hegemônicos na sociedade com vistas à perpetuação do capitalismo.

***24 vezes**

Gisiley Paulin Zucco Pioli: dissertação analisa as contradições entre o que os documentos legais expressam, sobre as exigências para melhor desempenho da educação, e a realidade constatada através das entrevistas com docentes do ensino médio das escolas públicas do Estado de São Paulo. Resultados: A escola, como fruto de políticas públicas da área educacional, também passa por esse discurso de desqualificação, expresso por uma racionalidade hierárquica estabelecida entre os que concebem e os que executam as políticas educacionais. Os docentes trabalham sob condições de precarização e flexibilidade.

***14 vezes**

Juan Carlos da Silva: Este trabalho analisa a relação entre a política educacional executada no governo José Serra no Estado de São Paulo, entre os anos de 2007 a 2010, e a atuação do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP). Resultados: A lógica do governo estadual parece ser a mesma do governo federal, isto é, procura-se racionalizar as despesas com pessoal no setor público, premiar pelo mérito e por resultados, flexibilizar os contratos de trabalho; promover o ajuste e a eficiência fiscal da máquina pública. Pouco importa o que se ensina e o que se aprende nos sistemas educacionais públicos. As bandeiras de lutas da APEOESP parecem se resumir pontualmente na “defesa da escola pública” e as questões salariais. No entanto, não é possível afirmar se a permanência das mesmas bandeiras se deve ao rebaixamento das condições de vida dos professores da rede estadual paulista ou se elas resultam das práticas sindicais tradicionais, acumuladas ao longo da história da APEOESP, revelando assim, certo distanciamento da cúpula em relação as suas bases.

***16 vezes**

Juliana Regina Basílio: A pesquisa teve em vista contribuir para o entendimento sobre a produção e reprodução das desigualdades educacionais na educação básica. Para isso, baseou-se em um estudo sobre a socialização profissional dos professores da rede estadual de ensino de São Paulo. Resultados: (i) grande parte dos professores dá início à sua carreira na rede estadual, em grande parte por meio de contratos de trabalho temporários de diferentes tipos; (ii) as experiências iniciais nas escolas estaduais, sobretudo quando reguladas por esses contratos temporários, são marcadas por situações que colaboram para a desprofissionalização dos professores; (iii) nas etapas seguintes da carreira, os professores buscam, nas várias redes de ensino que compõem o mercado de trabalho da educação básica paulista, espaços de atuação profissional.

***80 VEZES**

Karolina Da Silva Miranda Jardim: Nesta pesquisa procura-se compreender, a partir das reformas educacionais das décadas de 1990 e 2000, alguns aspectos sobre a situação do trabalho dos professores de escolas da rede estadual de ensino no Estado de São Paulo. Resultados: Com maiores responsabilidades em relação ao alcance das metas

estipuladas pelo poder público e cobranças por resultados positivos, os docentes têm experimentado a desvalorização da profissão, o crescente desgaste físico e mental, o aumento da ocorrência de doenças profissionais e a pouca atratividade da carreira, fatores que mantêm e aprofundam a precariedade de suas condições de trabalho.

Luciane Ribeiro Vilela: A pesquisa buscou analisar as cinco ações da rede pública de ensino de SP nos últimos dez anos: Escola Padrão, Reorganização Física da rede de ensino, Capacitação de professores, progressão continuada e sistema de avaliação do rendimento escolar. Resultado: Observou que a implantação das ações não promoveu a democratização do ensino, mas sim uma busca pela racionalização dos custos e eficiência. Exigiu uma nova postura do docente com relação às avaliações, exigindo um bom resultado, porém sem uma capacitação de qualidade que pudesse orientar os professores quanto às análises e interpretações de dados.

***1 vez**

Maria Lúcia Ferreira: O presente estudo analisou a Política de integração escola-comunidade a partir das diretrizes do Programa Escola da Família, e suas ações práticas numa escola da periferia de uma cidade de médio porte do Estado de São Paulo; confrontou os dados com as falas da comunidade local. Resultados: pesquisa mostrou que os desencontros entre o real e o ideal de relações humanas ainda são fatores a serem revistos. Mostra também que tanto os discursos oficiais quanto os da sociedade, em geral, apontam para um esvaziamento de significados, invertendo questões importantes como responsabilidade, cooperação, ética e casos de desajustamento em consequência do que há de perverso nos serviços prestados, ainda que no fazer das relações humanas estas sejam compreendidas na escola como reflexo da sociedade em um círculo vicioso.

***1 VEZ**

Marli Aparecida da Silva Viçoti: Este trabalho teve como objetivo analisar se a política educacional da SEE-SP no período de 1999 a 2002 possibilitou autonomia às escolas públicas estaduais, numa perspectiva democrática. Resultados: Os resultados indicaram que, ao implementarem a política educacional no interior das escolas, os gestores oscilaram entre reproduzir as normas emanadas da SEESP e inovar, adotando o que Lima (2001) chamou de “infidelidade normativa” ao produzirem novas regras requeridas pela sociedade do entorno da escola. Desse modo, os limites impostos pela SEESP na definição da política educacional afastaram as possibilidades do exercício de uma autonomia escolar como construção social e política.

Paulo César Martins: O estudo focou em analisar a reorganização dos órgãos regionais da secretaria de educação, alterando as Delegacias de ensino, no processo de descentralização, com o discurso de promover a qualidade. Resultado: O aspecto pedagógico deveria oferecer indicadores de melhoria nos resultados, o que era difícil de ser efetivado, pois em educação os resultados começam a surgir em médio ou longo prazo. / Foco no trabalho do coordenador pedagógico, oficinas de capacitação, Saresp.

***35 vezes**

Potiguara Mateus Porto de Lima: Tratamos nessa pesquisa das políticas educacionais contemporâneas no tocante ao padrão de regulação social que imprimem aos processos de trabalho e de valorização dos professores da educação básica. Resultados: O projeto de escolarização conduzido pelo Estado gerencialista é voltado à formação de novos trabalhadores adequados aos processos de valorização do capital, processos estes marcados por condições de trabalho flexíveis e precárias. A outra faceta marcante do Estado gerencialista é sua convivência e especialização à lógica da escassez de recursos para as “áreas sociais”. partir da análise de embates surgidos em torno de políticas que, em diferentes contextos (Lei do Piso Nacional e Prova do Mérito no Estado de São Paulo), reivindicam-se como de valorização docente, encontramos manifestações representativas de uma concepção liberal-meritocrática que, hegemônica na sociedade, em geral, apresenta-se também como referência fundamental para se pensar tanto as políticas educacionais de Estado, quanto as formas de resistência contra elas.

***20 vezes**

Regina Helena Lombardo Perez: Esta pesquisa apresenta a análise das condições de trabalho em uma escola estadual paulista para o desenvolvimento do Ciclo II de Ensino Fundamental em regime de Progressão Continuada, modelo organizacional adotado pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo a partir de 1998 para toda a sua rede escolar. Resultados: A análise dos dados revelou incompatibilidades e contradições na própria legislação e entre esta e as condições de trabalho disponibilizadas na escola. Este fato torna mais difícil o desenvolvimento de ensino qualificado no regime de progressão continuada e da formação profissional dos docentes em serviço. Essas condições de trabalho encontradas na escola contribuem para que esse regime se caracterize como mais um mecanismo de seletividade e exclusão de muitos alunos e para precarizar o trabalho de ensinar.

***Nenhuma vez, 6 vezes só docente**

Rosana Prado Biani: Este trabalho analisa a seletividade, o fracasso escolar e a exclusão após a implantação da

Progressão Continuada na rede escolar pública estadual de São Paulo. Resultados: A análise dos dados permite afirmar que: 1) da forma como se concretizou, a Progressão Continuada não rompeu com mecanismos e processos de seleção, fracasso e exclusão levando a escola a manter o seu caráter seletivo e excluyente; 2) a exclusão, antes exterior à escola – pelo não ingresso, repetência e evasão – acontece, agora, com a criança na escola – pela pouca qualidade da aprendizagem; 3) os mecanismos de exclusão estão intimamente ligados aos processos avaliativos e intensificaram, dentro da escola, a produção das desigualdades o que, numa análise, contribui com a manutenção das desigualdades sociais. No entanto, pode-se afirmar que a implementação da proposta criou condições objetivas para que as discussões sobre as finalidades da educação, a função social da escola, a organização e a cultura escolar, as práticas pedagógicas e a qualidade na educação ganhassem novas dimensões de análise o que poderá contribuir historicamente para a superação da escola seletiva e a construção da escola para todas as crianças.

***131 VEZES**

Walkiria de Oliveira Rigolon: Essa pesquisa tem como objetivo compreender as alterações na organização do trabalho de professores alfabetizadores vinculados à Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Resultados: indicou que o Trabalho Docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental tem se deparado com novas demandas e formas de controle que têm aportado crescente precariedade nas relações de trabalho que, concomitantemente passaram a desencadear pressões e tensões até então inéditas neste campo.

***4 vezes**

Wilmara Alves Thomaz: A presente pesquisa teve como foco principal a análise da função certificadora do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no Estado de São Paulo, com o objetivo de verificar se a quantidade de certificados emitidos no período de 2009 a 2013 foi suficiente para causar impacto nas matrículas da EJA e se a certificação tem sido uma via de regularização do fluxo escolar e aceleração do término da escolaridade básica. Resultados: Os dados do Censo de Educação de 2009 a 2014 demonstram que a certificação não tem causado impacto nas matrículas da EJA. Os indícios existentes sugerem, que um exame direcionado para a seleção dos melhores candidatos às vagas das grandes universidades públicas, não pode também ser adequado para certificar o ensino médio./ Pagamento de bônus aos professores/ modalidade de ensino precarizada.

UNIFESP

***5 vezes**

Alexandre Weingrill Araujo: Este trabalho discute a questão da identidade do ensino médio no Brasil, que se afigura como questão pressurosa na atualidade, tendo em vista a promulgação da Lei nº 12.796, de 2013, que na prática tornou tal nível obrigatório para os adolescentes brasileiros. (Focou na escola de Suzano-SP) Resultados: Este trabalho concluiu que os sujeitos escolares atribuem importante potência formativa à escola de ensino médio, tanto no âmbito da preparação para o mercado de trabalho, quanto para a preparação para a vida em sociedade e a construção de cidadania, mas que essa potência não se realiza. Os motivos apontados para isso foram as deficiências dos níveis escolares anteriores, a política da progressão continuada, a falta de presença da família no ambiente escolar, o desinteresse dos jovens pela escola, a falta de espaços adequados, a monotonia da vida escolar e a ausência de atividades diversificadas, a falta de escuta por parte dos profissionais da escola, a falta de unidade e comprometimento do corpo profissional da escola e a distância entre os órgãos definidores das políticas educacionais e a unidade escolar.

***57 vezes**

Antonio Marcos Zatti: Este estudo tem por propósito traçar o panorama nacional relacionado às políticas de avaliação do Trabalho Docente, vinculadas ao pagamento de incrementos financeiros, em vigência nas secretarias de educação de todos os estados brasileiros e do Distrito Federal no ano de 2015. Resultado: Contraditoriamente, ao invés de se configurarem como estratégias indutoras da valorização da categoria profissional, diante de uma realidade regida pelo princípio do desempenho e da busca incessante pela produtividade, as políticas de avaliação se constituem como tecnologias de controle sobre o trabalho dos professores, estabelecendo padrões de conduta, exigindo adaptação e ajustamento à lógica da racionalidade tecnológica, tendo como efeitos a reconfiguração das relações de trabalho e a progressiva tendência ao individualismo e à responsabilização dos sujeitos

***1 vez**

Francisco Lindoval De Sousa: Neste trabalho investigamos o impacto das políticas públicas de educação da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE/SP), fundamentadas pelos princípios do gerencialismo, calcadas no aumento da eficiência para atingir metas e resultados, sobre a Gestão Escolar e sobre o trabalho dos gestores escolares (diretor de escola, vice-diretor de escola e professor coordenador pedagógico). Resultado: Da análise dos resultados das entrevistas realizadas com gestores e com base na seleção das escolas a pesquisa revelou alguns efeitos da performatividade sobre os gestores escolares e gestão das escolas./ Princípios de regulação, controle e homogeneização.

***26 vezes**

João Batista Silva Dos Santos: Esta pesquisa tem como objetivo investigar a política de pessoal docente da rede de ensino de educação básica do Estado de São Paulo - REE-SP, tendo como foco os professores temporários que nela atuam. Resultados: No âmbito do Estado de São Paulo, especificamente quanto à política de pessoal docente, vê-se o estabelecimento de formas precárias de contratação na REE-SP, a diminuição dos gastos em educação e a manutenção de um excessivo número de docentes temporários, de forma que uma gestão regulada da folha de pagamento impacte menos no gasto do Estado, em detrimento dos direitos relativos ao trabalho –seguridade e proteção social.

***56 vezes**

Leandro Thomazini: A pesquisa se propôs a analisar estatutos e planos de carreira do magistério da rede estadual de São Paulo e de quatro municípios paulistas: Águas de São Pedro, São Caetano do Sul, Barra do Turvo e Natividade da Serra. Resultado: Constatou-se que aspectos dos planos de carreira e estatutos não haviam sido implementados pelos municípios, influenciando negativamente nas possibilidades legais de movimentação e, conseqüentemente, na diminuição da dispersão do vencimento-base, o que significa remuneração inferior àquela possível de acordo com os planos. Observou-se que a carreira da rede estadual incorporou aspectos das recomendações dos organismos internacionais ao adotar políticas meritocráticas de vinculação de bônus a resultados de desempenho dos docentes. Por fim, evidenciou-se a não aplicação de aspectos previstos na legislação nacional nos planos de carreira estudados, especialmente em relação à jornada de trabalho e ao licenciamento remunerado para estudos

***74 vezes**

Marcos Pedro Rezende: Neste trabalho buscamos relacionar condições de trabalho, tempo e espaço para compreendermos como e em quais espaços da escola pública estadual de São Paulo os professores constroem territorialidades. Resultados: Ao relacionarmos condições de trabalho, tempo e espaço docente apontamos para uma realidade que acaba por convergir para o confinamento dos docentes, quase que exclusivamente, às salas de aula reduzindo a territorialidade do professor e por consequência restringindo, e negando, o acesso aos demais espaços públicos do prédio escolar pelos docentes e pelos alunos dentro da própria escola na qual trabalham e estudam.

***19 vezes**

Maria Lucia Lanza: O foco deste trabalho está nos principais sujeitos da educação escolar: professores e alunos. O objeto é a visão de alunos do ensino médio sobre seus bons professores e o objetivo é investigar, a partir da perspectiva desses estudantes, elementos que compõem a atuação de um professor competente. Resultados: Ao excesso de discurso, à pobreza de práticas, ao excesso de queixas e à constatação de práticas exitosas, nos deparamos com a valorização de professores por seus alunos concomitantemente a relatos de desrespeito; à constatação do enorme potencial humanizador e civilizador da escola opuseram-se resultados de aprendizagem supostamente tênues./ não é possível abstrair o Trabalho Docente de suas condições materiais e de seu contexto, já que há aspectos da realidade que extrapolam as responsabilidades docentes, devendo ser creditados às políticas públicas insuficientes e/ou equivocadas.

***36 vezes**

Rafaela De Barros Souza: Esta pesquisa buscou compreender os possíveis efeitos da política curricular de reorganização do ensino realizada pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo no ano de 2014, na prática docente. Resultados: As constantes mudanças e descontinuidade nos programas da rede foram consideradas como fatores de influência neste processo, bem como questões de ordem estrutural e administrativa, segundo os docentes entrevistados./ Sentimento de culpa, insegurança e solidão.

***81 vezes**

Thiago Moreira Melo e Silva: A pesquisa analisa algumas formas de controle e de (des)qualificação do Trabalho Docente promovidas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) por meio de discursos e medidas oriundas do universo reformista. Resultados: Contrapondo-se a essa perspectiva de crise da escola pública, a equipe pedagógica e os familiares dos alunos entrevistados expressaram certa satisfação com a qualidade do Trabalho Docente realizado nas escolas, contudo, sem se eximirem de realizar apontamentos com relação às dificuldades financeiras e de infraestrutura vividas por suas escolas, o que incide sobre a qualidade ofertada por estas. Embora os entrevistados em alguns momentos façam apontamentos e críticas à formação e ao Trabalho Docente, as dificuldades pelas quais passa a rede estadual paulista de ensino foram muito mais atribuídas a uma gestão central autoritária do que ao tipo de trabalho realizado pelos profissionais da educação no interior das escolas.

***156 vezes**

Vanessa Filgueira: A pesquisa teve como objetivo investigar as representações dos professores sobre sua

autonomia, estabelecendo relações entre tais representações e a concretude do trabalho que realizam, bem como ao conhecimento prático do mundo social que possuem, e à posição que ocupam na estrutura social. Resultado: As análises permitiram evidenciar que a representação dos professores de sua autonomia se vincula ao controle dos aspectos técnicos do trabalho e ao exercício de poder e autoridade sobre os alunos. Estas representações se relacionam ao *status* e prestígio que os docentes conferem ao trabalho que executam, visão de mundo que busca valorizar a docência por meio da luta simbólica para distinguirem-se. Verificou-se ainda a representação que entende a autonomia como relacionada a percepção das questões que permeiam a escola e a sociedade de forma crítica, colocando a possibilidade de agir em prol de mudanças sociais e educativas.

UNIMEP

*11 vezes

Alex Sander Contiero: Com o propósito de colaborar para um melhor entendimento da implantação do Regime RPC e de seus resultados, este trabalho tem por objetivo caracterizar os indicadores e perspectivas para novas pesquisas, através de uma investigação nos trabalhos científicos de mestrado e doutorado sobre a progressão continuada implantada no Estado de São Paulo. Resultados: Os resultados apontam que a implantação e manutenção do Regime de Progressão Continuada foram e continuam sendo alvos de controvérsias por parte de docentes, pais de alunos e pesquisadores. A síntese dos postulados, compilados a partir da análise dos resumos dos trabalhos acadêmicos, aponta que os objetivos democráticos e inclusivos do RPC não têm sido atingidos.

*30 VEZES

Cíntia Magno Brazorotto: investigou-se a implantação da política educacional voltada ao ensino médio integrado, previsto no Termo de Acordo de Cooperação Técnico Educativo firmado entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) e a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Resultados: aponta, portanto, divergências importantes entre a orientação presente na formulação da política expressa nos documentos institucionais e a realidade em que ela se estabelece. Constata-se, ainda, a manutenção do dualismo presente na educação brasileira, posto que não se concretizou a efetiva integração entre a base comum do currículo, referente ao ensino médio, e a parte profissionalizante, distanciando-se, assim, de uma perspectiva que promova a integração entre as duas modalidades como caminho para se constituir a escola unitária e politécnica. Trabalho Docente: No que diz respeito às formas de contratação, observa-se que enquanto o professor do IFSP é contratado, em grande parte, em Regime de Dedicção Exclusiva – que lhe confere remuneração prevista em plano de carreira e uma jornada distribuída de forma a organizar o tempo entre aulas, preparação de aula, correção de provas e trabalhos, participação em reuniões e dedicação à pesquisa e aos estudos –, o professor da SEE-SP passa a maior parte do seu tempo em sala de aula, e, ainda, devido aos baixos salários praticados, é comum recorrer a outros contratos para complementar sua renda.

*20 vezes

Claudioneia Aparecida Fontana: O estudo tem como objeto de análise o trabalho de professores não-efetivos na rede pública de ensino do Estado de São Paulo, especificamente os admitidos em caráter temporário (ACTs) e os chamados “professores eventuais”, no período compreendido entre 1930 e 2007. Resultado: foi possível detectar a falta de identidade profissional do professor não-efetivo devido às relações ambíguas na sua forma de admissão. A admissão sem vínculo empregatício, mas que deveria ocorrer de acordo com a lei, por meio de concursos públicos, tornou-se uma constante na Secretaria de Estado da Educação do Estado de São Paulo, colocando o professor na condição de prestador de serviços, de tal forma que acabam prevalecendo as razões de Estado em detrimento da racionalidade formal.

*5 vezes

Ednéia Soares De Souza Oliveira: Esta pesquisa tem como objetivo analisar o desenvolvimento do Projeto “A Escola de Cara Nova na Era da Informática” tendo como ponto de partida o Programa Nacional de Informática – PROINFO. Resultados: A pesquisa evidenciou que a informática educacional pode concorrer para o ensino de qualidade; de outra parte, evidenciou as dificuldades na adoção desta ferramenta na rede estadual de ensino./ As ações da capacitação oferecidas aos docentes, pelo Projeto de Informática na Educação, por vezes superficiais, nem sempre se preocuparam em colocar todas as tecnologias como ferramenta de ensino e serem capazes em integrar a informática nas atividades em sala de aula.

*5 VEZES

Eliana Maria Ferin: esta dissertação procurou compreender o contexto político e econômico de surgimento da atual reforma curricular do Estado de São Paulo, analisar a concepção de currículo presente nos documentos oficiais, bem como o sentido do uso do termo “competências” no currículo de Geografia do Ensino Médio e algumas limitações teóricas dele. Resultados: passaram a existir nas escolas sistemas de gerenciamento, bonificação meritocrática e responsabilização. Nesta concepção, observamos semelhanças também com a perspectiva tecnicista de ensino,

objetivando atender as exigências dos novos padrões de mercado. Os estudos sobre as propostas curriculares de Geografia mostraram que, na década de 70, as disciplinas Geografia e História foram retiradas do currículo. Hoje, percebemos uma desvalorização das Ciências Humanas, por conta da diminuição da sua quantidade de aulas na grade curricular paulista para o Ensino Médio.

***57 vezes**

Elias Enrique Moreira: O tema do presente estudo é a política educacional paulista entre os anos de 1995-2000, mais precisamente o processo de implantação das principais diretrizes educacionais e suas implicações para o Trabalho Docente entre 1995-2000. Resultado: Apesar da resistência de parte dos setores atingidos por esse processo, principalmente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), o Governo do Estado e a Secretaria da Educação conseguiram implantar suas diretrizes educacionais e atingir os objetivos que haviam estabelecido para o período.

Dentre as diversas alterações que essa reforma produziu, nos concentramos nas que se referem à duração e intensidade da jornada de trabalho, salários, tempo de trabalho e tempo livre no ensino fundamental e médio. / Salário aquém as necessidades, turmas numerosas, intensificação do trabalho.

***Nenhum e 6 docentes**

Karina Cintra De Abreu Angelo: Esta pesquisa teve o objetivo investigar a participação dos partidos políticos, com assento na Assembléia Legislativa de São Paulo, na formulação de políticas públicas para a área de educação no ensino fundamental e médio no Estado de São Paulo, entre 1995 e 1998, ou seja, na 13ª legislatura, por meio das proposições apresentadas pelos seus deputados durante o período estudado. Resultados: As proposições apresentadas pelos parlamentares paulistas, em sua grande maioria, trataram de temas genéricos da educação, revelando um desconhecimento evidente do funcionamento e dos problemas do ensino no Estado de São Paulo.

***45 vezes**

Maria Inês Miqueleto Casado: As principais razões que motivaram a realização desta investigação foram a nossa necessidade de compreensão do tipo de Trabalho Docente do sistema escolar, mantido pelo Estado de São Paulo e a de procurar responder a alguns questionamentos quanto à organização do ensino em ciclos e a jornada de trabalho dos professores. Resultados: Fica ressaltado neste trabalho o aspecto político das reformas educacionais, aparentemente administrativas, efetuadas pelo Estado, uma vez que a jornada de Trabalho Docente não condiz com o trabalho exigido pela organização do ensino em ciclos. Dos autores lidos e das legislações analisadas para a realização dos estudos sobre a relação entre ciclos de aprendizagem e jornada de Trabalho Docente no Estado de São Paulo, verificamos que faltou coerência à Secretaria da Educação, pois ao mesmo tempo em que reconhecia a necessidade do planejamento das aulas e do trabalho posterior às aulas, o plano de carreira implantado não oferece uma carga horária que atenda às reais condições de trabalho em sistema de ciclos.

***98 vezes**

Rosemary Mattos: Discute o Trabalho Docente nas escolas públicas do Estado de São Paulo, focalizando, particularmente, a política educacional implementada no período 2007-2010 (governo José Serra). Resultados: Identificou que, para os docentes, as condições de trabalho são agravadas frente à superlotação das turmas; a necessidade em trabalhar em diversas escolas, em função dos baixos salários praticados; exercício de outras atividades além da docência no ambiente escolar; estrutura física inadequada para exercer a profissão. Constatou-se a presença de tensão cotidiana decorrente das medidas instituídas por esta política, a qual articula níveis precários de contratação de professores, imposições pedagógicas relacionadas ao sistema de avaliação institucional e condições de trabalho degradadas.

***30 vezes**

Yeda Strada Raab: Com o intento de pensar a função da escola pública estadual paulista de Educação Básica, acreditando que a escola não se explica por si própria, mas sim através da relação que estabelece com a sociedade, esta pesquisa recorreu à articulação entre três fontes de informação: os documentos oficiais, a literatura e o campo empírico. Resultados: Tendo suas tarefas docentes atravessadas por inúmeras demandas, os professores abordam a dificuldade em atingir os alunos, evidenciando um contexto no qual a escola aparece esvaziada de sentido. No entanto, articulando os olhares dos participantes com o referencial e a análise dos documentos oficiais se faz possível ponderar que esta escola, que atende à classe trabalhadora, tem fundamentado sua função em uma proposta de educação limitada, disseminando conhecimentos básicos para o trabalho, distanciando-se demasiadamente da socialização do saber e da produção deste saber

USP

***3 vezes**

Bárbara Barbosa Born: A pesquisa procurou entender quais as consequências para o currículo a utilização de avaliações externas. Resultado: Os resultados das análises não indicaram estreitamento do currículo com as provas (prova sp), por outro lado evidenciou significativa interface com relação as avaliações externas de um modo geral e o currículo de modo que foi orientado para a promoção das competências leitora, escritora e resolução de problemas em função de desempenhos considerados insuficientes quanto a esses aspectos em testes padronizados./ Responsabilização docente e intensificação de trabalho.

Caio Augusto Carvalho Alves: A pesquisa investiga os saberes docentes construídos dentro das escolas de rede pública estadual de SP, diante as políticas implementadas desde 1980 a 2010. Resultado: É possível observar muitas mudanças e permanências na escola ao longo dos anos, sobre as transformações podemos relacionar com as políticas externas que implicam alterações- cultura escolar.

***326 vezes**

Carolina De Roig Catini: O problema que esta pesquisa coloca é se as análises mais correntes acerca do Trabalho Docente oferecem uma base adequada para a compreensão da realidade desses profissionais de ensino. Resultados: De acordo com as análises revelaram limitadas as apreensões conjecturais, desconsiderando determinações fundamentais do Trabalho Docente que resultam de um processo histórico vinculado ao desenvolvimento da forma-escola e à subordinação do Trabalho Docente ao Estado./ Fragmentação do trabalho, organização e conhecimento.

***7 vezes**

Debora Cristina Jeffrey: A pesquisa aborda a representação de docentes sobre o regime de progressão continuada, destacando os dilemas e as possibilidades. Resultados: A falta de compreensão da proposta ou das condições necessárias de trabalho, desencadeou um trabalho individualizado. Alguns professores se mostraram resistentes frente a proposta por observar que o aluno não estava adquirindo conhecimento, o que gera descontentamento e instabilidade na organização de trabalho.

***26 vezes**

Isabela Bilecki Da Cunha: A partir da análise de pesquisas sobre as propostas de ciclo e progressão continuada no Brasil, foi realizado um estudo de caso em uma escola pública no estado de SP em 2006. Resultado: Verificou que os docentes, em geral contrários a proposta de ciclos tem mudado de postura e construído novas práticas, tudo para atender a demanda de aprendizagem dos alunos. A análise revela ainda que as condições de trabalho não tem sido contemplada: formação docente, articulação do trabalho coletivo e a criação de novos instrumentos.

***40 VEZES**

Nathalia Cassettari: A pesquisa analisou a remuneração por desempenho dos professores de educação básica no Brasil e focando especificamente no caso da SEE de SP. Resultado: A política de remuneração por desempenho é colocada como “salvadora” dos problemas, porém é pouco consistente e ela por si só não irá melhorar o sistema educativo./ treinamento para avaliação externa- fraude para alcançar bom rendimento./ alguns professores são resistentes a tais medidas, de modo individual ou coletivo, por meio de sindicato.

***3 vezes**

Pâmela Félix Freitas: A pesquisa focou em compreender como as equipes gestoras concebem o uso das avaliações externas. Resultados: Identificou morosidade na divulgação dos resultados, necessidade de mais formação para uso da informações geradas pela avaliações externas.

10 vezes

Paula Daniele Ferraresi: Buscou analisar o processo da política de ampliação do ensino fundamental de nove anos, em âmbito nacional e focando no estado de SP (maior quantidade de trabalhos produzidos). Resultados: A maioria das pesquisas focou no primeiro ano do ensino fundamental. Os docentes tiveram pouca participação na discussão sobre a política implementada, além dos cursos de formação serem escassos e não contemplarem as dúvidas dos professores. As pesquisas ainda ressaltaram a falta de planejamento estrutural e pedagógico para implementação da política.

7 vezes

Paula De Souza Nunes: A pesquisa tem o objetivo de discutir a reforma curricular na rede estadual de ensino de SP e as decorrências da mesma para a organização de trabalho. Resultado: A escola observada mostrou que o principal objetivo da reforma não foi atingindo, que era a padronização curricular na prática. Os docentes criticam a associação do resultados das avaliações externas com o pagamento de bônus.

***8 vezes**

Raíssa De Oliveira Chappaz: A pesquisa procurou compreender como o processo de construção e desenvolvimento da avaliação externa (Prova São Paulo) se relacionou com a política curricular formulada. Resultados: Não é possível afirmar que a avaliação externa restringiu o, mas há uma influência. / Os documentos de ciclo I tem o caráter mais prescritivo / política de responsabilização que proporciona a lógica meriocrática e de culpabilização.

***11 vezes**

Tânia Gonçalves: O estudo buscou refletir e trazer contribuições para o entendimento da condição docente na cultura do mundo contemporâneo. Resultado: As determinações governamentais que normatizam o cotidiano escolar tem buscado homogeneizar práticas em realidades heterogêneas. Esse controle por meio de guias padronizados e avaliações institucionais, tem afetado a autoridade docente, privando o professor da decisão e da autonomia e acomodando-os na condição de passividade.

***3 vezes**

Tathiana Gouvêa Da Silva Barrera: Buscou por meio da pesquisa analisar a rede das organizações brasileiras que realizam ou mobilizam mudanças no modelo atual de escola. Resultados: Concluiu-se que mudanças profundas na forma de organização escolar, implicam transformações antropológicas e não pelo viés burocrático que visa a produtividade, fragmentação e controle.

3 vezes

Tatiane Aparecida Ribeiro Torres: O estudo procurou analisar o projeto Escola em Tempo Integral, criado pela SEE-SP, em 2005. Resultados: Verificou que a escola pesquisada não passou por nenhuma reestruturação para o atendimento das crianças em tempo integral, não recebeu mais recursos financeira e nem orientações para implementação do projeto o que gerou consequências negativas para o trabalho pedagógico, demonstrando que a prioridade pedagógica era atingir um bom resultado nas avaliações externas.

ANEXO

ANEXO 1

Imagem do resultado da tabela inicial do programa *Alceste*, referente à Unesp (Campus Araraquara)



Liste des mots significatifs pour chacune des classes avec leur coefficient d'association Phi

Présence Φ (Phi)		Présence Φ (Phi)		Présence Φ (Phi)		Présence Φ (Phi)	
capital	0,32	ano	0,39	aluno	0,35	coordenado	0,40
crise	0,27	crianca	0,29	aprendiz	0,33	escol	0,23
identidade	0,26	alfabetizacao	0,29	progress	0,33	func	0,21
profiss	0,25	fundament	0,27	regime	0,31	atu	0,20
consciencia	0,24	ciol	0,27	continui	0,31	coordena	0,20
salarios	0,23	esorita	0,24	diretor	0,27	competitiv	0,18
profissional	0,21	ensin	0,23	recuper	0,26	unidade	0,18
sociedade	0,21	banco	0,23	acompanha	0,24	reform	0,17
forca	0,18	interativa	0,22	avali	0,23	estadu	0,16
produtiv	0,18	manifestaor	0,22	reforc	0,22	pela	0,16
soci	0,17	fundescola	0,21	gest	0,21	cotidiano	0,16
baixo	0,16	mundi	0,21	dos	0,20	professor	0,16
aument	0,16	documentos	0,21	processo	0,20	clima	0,15
docencia	0,16	estud	0,20	decis	0,19	par	0,15
compet	0,15	grupo	0,19	instrumento	0,19	bonus	0,14
vid	0,15	analis	0,19	programa	0,19	pedagog	0,14
tempo	0,15	alfabetizad	0,19	sistem	0,19	atribuic	0,14
proletari	0,15	abord	0,18	aprendizage	0,18	performativ	0,14
passo	0,15	leitura	0,19	aspecto	0,17	espaco	0,14
trabalhador	0,15	atendimento	0,18	mecanismo	0,17	figura	0,14
Absence Φ (Phi)		Absence Φ (Phi)		Absence Φ (Phi)		Absence Φ (Phi)	
escol	-0,30	form	-0,14	professor	-0,22	capital	-0,12
aluno	-0,21	func	-0,13	docente	-0,12	aluno	-0,12
diretor	-0,19	profissional	-0,13	identidade	-0,13	crise	-0,12
coordenado	-0,19	capital	-0,12	capital	-0,12	programa	-0,11
ano	-0,18	identidade	-0,12	publico	-0,11	consciencia	-0,11

Fonte: Imagem retirada do Programa *Alceste*.